

Maria Margarida Crespo Cardoso

O GRITO PELA TERRA

Religiosos católicos e subalternos rurais na Amazônia Legal Brasileira,
na década de 1970

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Poder e Sociedade

Orientador

Profº Dr. Fernando Antonio Faria

Niterói/RJ

2006

C268g Cardoso, Maria Margarida Crespo.
O Grito pela terra : religiosos católicos e subalternos rurais na Amazônia Legal Brasileira, na década de 1970 / Maria Margarida Crespo Cardoso. — Niterói, RJ : Universidade Federal Fluminense, 2006.
130 f., 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, 2006.

1. Igreja e problemas sociais. 2. Igreja – Movimento social rural. 3. Amazônia Legal. I. Título.

CDD 261.83

Maria Margarida Crespo Cardoso

O GRITO PELA TERRA

**Religiosos católicos e subalternos rurais na Amazônia Legal Brasileira,
na década de 1970**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Poder e Sociedade

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Antonio Faria
Orientador

Prof^ª Dr.^a. Márcia Maria Menendes Motta **UFF- PPGH**

Prof^ª Dr.^a. Leonilde Sérvolo de Medeiros **UFRRJ - CPDA**

Prof^º Dr. Théo Lobarinhas Piñero **PPGH - UFF**
Suplente

Prof^º Dr. Ricardo Emmanuel I. de Carvalho **PPCIS - PUC/Rio**
Suplente

Ao meu avô Ponciano, minha avó Zilda, meu pai Francisco, aqueles que, espontaneamente me transmitiram o amor dos meus antepassados pela terra e o respeito conferido a todos, que dela tiram o seu sustento.

in memoriam

Agradecimentos

A Universidade Federal Fluminense (UFF), onde concluí o Curso de Pós-Graduação *Lato-Sensu* em História do Brasil Pós-30, no ano de 2003 e, através do qual tive, o prazer de ter tido como professores: Dr^a. Sonia Regina de Mendonça, Dr^a Márcia Maria Menendes Motta, Dr^a Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes e Dr^o Carlos Gabriel Guimarães. Mestres que pela grandeza dos seus conhecimentos em Brasil transmitem uma história crítica e responsável e, desse modo, foram, para mim, um estímulo importante para prosseguir em meus estudos, realizando este Mestrado em História Contemporânea do Brasil.

Ao Prof^o Dr^o Mario Grinszpan (UFF/ FGV) que, gentilmente, aceitou-me como orientanda, sugeriu-me boas leituras e me acompanhou até o Exame de Qualificação, em outubro de 2005.

Ao Prof^o Dr^o Fernando Antonio Faria (UFF/UERJ) por ter me acolhido sob a sua orientação cuidadosa no momento de realizar a redação dessa dissertação, fazendo-me rever leituras, sugerindo-me outras e auxiliando-me a produzir um texto que me possibilitasse alcançar o grau de titulação de Mestre, a partir dos encontros que vêm se realizando, desde fins de outubro de 2005.

Outros professores marcaram a minha trajetória acadêmica tais como: Prof^o. Dr^o Mario Maestri Filho, do Programa de Pós-Graduação em História da UPF-RS, que na qualidade de meu professor de graduação, na USU, passou para toda turma a seriedade da profissão exercida na área de História, foi exemplo, de dedicação ao ensino e à pesquisa e, particularmente, fez-se amigo como profissional que me orienta sobre questões do mundo acadêmico; a Dr^a Leonilde Sérvolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ), a quem tive a satisfação de conhecer, uma mente aberta às novas idéias, uma pessoa altamente comprometida com o debate relativo as questões da terra no Brasil, sem perder a simplicidade com que acolhe seus alunos e, por isso, digna de admiração e afeto.

A Comissão Pastoral da Terra - CPT - regional em São Mateus/ES, sob a coordenação de Glaison Marcos Nimer, onde encontrei portas abertas para pesquisar, visitar locais onde o trabalho dessa comissão se faz presente na região, além de realizar entrevistas com pessoas que estiveram envolvidas e outras, hoje, atuantes com o trabalho da CPT. Foram eles: Darli Casali, João Branco, Wonibaldo Rutzen, Clóvis Carlos Rossi, Alaíse Folador e uma grande expressão do trabalho na região: Mercedes das Graças Rafaski, mulher destemida e combatente que precisa ser citada pela história, junto ao movimento regional voltado para a luta dos excluídos da terra, ao lado dos que sofrem a violência no campo.

Muitos foram amigos na trajetória dos últimos dois anos e de alguma forma me deram algum apoio em aspectos diversificados. Quero destacar: Marília Sodré, Everton Lima, Prof^a Dr^a. Cláudia Cristina de Mesquita, Maria Beatriz Peixoto, Gina Maria Vasconcelos, Dr^a. Denise Pamplona e, minha mãe: Margarida Crespo Cardoso. Com destaque, Prof^a Marlene Araújo (CSVP) que com carinho e dedicação fez a revisão ortográfica desse trabalho, aos queridos amigos Simone Simões que traduziu o resumo para o francês e o Prof^o Dr. Eduardo Vasconcelos da Escola de Serviço da UFRJ que fez o mesmo para o inglês, além do gentil Prof^o Dr. Hippolyte Brice Sogbossi, adjunto de Antropologia na Universidade de Sergipe, que fez a tradução para o espanhol. Ao Colégio São Vicente de Paulo (CSVP), fonte de onde brotou parte da minha inspiração para realizar esse trabalho de pesquisa. Aos meus filhos: Vinicius e Marina com os quais aprendi, que para além das conquistas no campo intelectual, também os incentivos e desafios do mundo afetivo podem nos transformar em pessoas mais generosas e preparadas para a vida. Por último, o meu grande amigo e companheiro de todos os momentos: José Antonio Galvão de Carvalho, parceiro amoroso e intelectual que muito me incentivou ao trabalho, presenteando-me com livros e questionando-me acerca de algumas das idéias elaboradas, durante a redação.

Resumo

Esse trabalho está fundamentado, sobretudo, na análise de textos produzidos pela hierarquia da Igreja Católica romana, além de outros redigidos pelo CELAM (Conselho do Episcopado Latino-americano) e pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), como também nas fontes secundárias pertinentes à participação da Igreja na luta pela terra, no Brasil. Nessas fontes foram observados os posicionamentos ideológicos e políticos da Instituição, ao mesmo tempo em que foram aparecendo conexões entre as demandas da Igreja no plano mundial com o posicionamento do clero brasileiro, repercutindo sobre o comportamento do mesmo frente às opções políticas governamentais para o campo, sobretudo, na década de 1970.

Ficou constatado que a Igreja, enquanto instituição, estava dividida em frações políticas, diferentes e opostas, e no entanto, as resoluções oriundas de qualquer das frações originaram-se de demandas da hierarquia romana. Prova está que embora os “progressistas” do clero latino-americano, particularmente o clero brasileiro, possam ter ido para além das orientações vindas do Vaticano, foi, entretanto, atendendo aos indicativos de Roma que eles foram incentivados a levar à prática a “opção preferencial pelos pobres”.

Essa Dissertação de Mestrado orientou-se no sentido de buscar elementos para a confirmação da hipótese de que não sendo a Igreja um bloco monolítico de idéias, foi a ação do clero brasileiro denominado “progressista”, que resultou em uma teologia da “práxis” denominada Teologia da Libertação. Esta experiência eclesial ocorrida no mundo rural, na região da Amazônia Legal, na década de 1970, representou um marco histórico de curta duração relativa à participação da Igreja junto ao movimento social rural, embora tenha dado destaque à Instituição frente a um dos problemas do Brasil de longa duração: a permanência do latifúndio como gerador da questão agrária.

Abstract

This work is based, overall, on the analysis of documents produced by the Roman Catholic Church, by Latin American Bishop Council (CELAM) and by National Bishops' Conference of Brazil (CNBB), as well as other secondary sources on the participation of the Church in the struggle for rural land in Brazil. Through these sources, it was possible to overview the ideological and political stands of the institution, and, at the same time, the links between the demands from the Church at global level and the stands by the Brazilian clergy, influencing the latter's behaviour in relation to the Brazilian government's agrarian policies, particularly in the 1970s.

It was possible to verify that the Church, as an institution, have been divided in different and opposed political wings, but all decisions from any of the internal groups had have their origins in specific demands from the Roman hierarchy. A demonstration of this is that the so called "progressists" of the Latin American clergy, and in particular the Brazilian one, even reaching beyond the Vatican guidelines, have done so attending the Roman call to put in practice the so called "preferential option for the poor".

This Master dissertation aimed at finding elements to confirm the hypothesis that, not being the Church a monolithic block of ideas, the Brazilian "progressist" clergy's practice have been the main driving factor which led to a praxis theology, called Liberation Theology.

The largest church experience in the rural world has happened in the Legal Amazon area, particularly in the 1970s. Although this experience have been a short but key landmark in the process of the Church's participation in the rural social movements, it highlighted the importance of the Catholic Church in face with a long duration Brazilian problem, concerning the permanence of the latifundium as the source of the so called "agrarian issue" in the country.

Resumen

Este trabajo se fundamenta, sobre todo, en el análisis de textos producidos por la jerarquía de la Iglesia Católica Romana, además de otros redactados por el CELAM y por la CNBB, así como en las fuentes secundarias pertinentes a la participación de la Iglesia en la lucha por la tierra, en Brasil. A través de los mismos, se observó las posturas ideológicas y políticas de la Institución, mientras que fueron apareciendo conexiones entre las demandas de la Iglesia a nivel mundial y el posicionamiento del clero brasileño, repercutiendo en el comportamiento del mismo frente a las opciones políticas gubernamentales para el campo, sobre todo, en la década de 1970.

Es de observar que la Iglesia, como institución, estaba dividida en fracciones políticas, diferentes y opuestas; por consiguiente, las resoluciones oriundas de cualquiera de las fracciones se originaron de cierta demanda de la jerarquía romana. Se comprueba que a pesar de que los “progresistas” del clero latinoamericano, particularmente, el clero brasileño, puedan haber ido más allá de las orientaciones provenientes del Vaticano, fue, no entando, atendiendo a las indicaciones de Roma que ellos fueron estimulados a llevar a la práctica la “opción preferencial por los pobres”.

Esta Dissertación de Maestría se orientó en el sentido de buscar elementos para la confirmación de la hipótesis de que no siendo la Iglesia un bloque monolítico de ideas, fue la acción del clero brasileño denominado “progresista”, que resultó en una teología de la “praxis” denominada Teología de la Liberación.

Esta experiencia eclesial más amplia ocurrida en el mundo rural se dio en la región de la Amazonia Leal, particularmente en la década de 1970. Ella fue marco histórico de corta duración relativa a la participación de la Iglesia junto al movimiento social rural, a pesar de que haya dado destaque a la Institución frente a uno de los problemas brasileños de larga duración, en lo que toca a la permanencia del latifundio como generador de la cuestión agraria del país.

Résumé

Ce travail est fondé sur l'analyse des textes produits par la hiérarchie de l'Eglise Catholique Romaine, sur d'autres rédigés par le CELAM et par la CNBB, aussi bien que sur des sources secondaires pertinentes à la participation de l'Eglise dans la lutte pour la terre au Brésil. Dans ces textes on a pu remarquer les positions idéologiques et politiques de l'institution et les connexions entre les demandes de l'Eglise au niveau mondial et la position du clergé brésilien, ce qui réfléchit sur son comportement en face des options politiques du gouvernement pour la campagne, surtout dans les années 70.

On a pu constater que l'Eglise, en tant qu'institution, était partagée en fractions politiques différentes et opposées, et pourtant, les résolutions originaires de n'importe quelle fraction provenaient d'une certaine demande de la hiérarchie romaine. Ce qui prouve que les "progressistes" du clergé de l'Amérique Latine, en particulier le clergé brésilien, ont eu beau dépasser les orientations venues du Vatican, c'était en réponse aux indicatifs de Rome qu'ils ont mis en pratique "l'option préférentielle pour les pauvres".

Cette dissertation s'est orientée vers la recherche des éléments qui confirmeraient l'hypothèse que, bien que l'Eglise ne soit pas un bloc monolithique d'idées, c'est de l'action du clergé brésilien, appelé "progressiste", qui en est résulté une théologie de la praxis de la dite Théologie de la Libération.

Cette expérience ecclésiastique plus large dans le monde rural s'est passée dans la région de l'Amazonie Légale, en particulier dans les années 70. C'était un moment historique de courte durée par rapport à la participation de l'Eglise dans le mouvement social rural, pourtant cela a fait ressortir l'institution en face d'un problème brésilien de longue durée: la permanence des grandes propriétés comme génératrice des questions agraires du pays.

Sumário

Introdução.....	12
Capítulo 1:A Questão Agrária – um desafio que a modernização não enfrentou.....	22
1.1 A distribuição de terras no Brasil.....	22
1.2 A mudança de direção da questão agrária durante a ditadura militar.....	26
1.3 As contradições do projeto governamental agrário na Amazônia Legal.....	35
1.4 A Questão Agrária na Amazônia Legal brasileira	41
1.5 Política de modernização e a diversidade de formas de trabalho	46
Capítulo 2:Camponeses – porta de entrada para a Igreja Católica viver a Teologia da Libertação	54
2.1 Do conformismo a propostas de transformações sociais	54
2.2 A Igreja diante da proposta desenvolvimentista	59
2.3 Teologia da Libertação – novas linhas de força da doutrina social da Igreja.....	70
2.4 Os braços da ação política dos católicos	76
Capítulo 3: Amazônia Legal–espaço onde a Igreja católica tratou dos assuntos do céu e da terra	87
3.1 Ditadura militar: mudanças de rumos para os que vivem da terra	87
3.2 A reação armada	91
3.3 A reação da Igreja.....	95
3.4 A Igreja pelos caminhos da terra – “opção pelos pobres”	104
3.5 Amazônia Legal brasileira - A Igreja conquista seu lugar no mundo moderno.....	115
Conclusão.....	121
Fonte.....	125
Bibliografia.....	127

Introdução

Foram traçados como objetivos para esta dissertação uma análise da conjuntura política e econômica brasileira favoráveis ao desenvolvimento dos projetos de modernização para o campo, assim como os de colonização de fronteiras realizados na Amazônia Legal, na década de 1970. Investigou-se sobre a questão agrária que se estabeleceu na região citada, em função da desapropriação das populações e formas ilegais de apropriação da terra tal como a prática da grilagem.

Procurou-se, ainda, compreender os mecanismos que um certo segmento da Igreja, os “progressistas”, se utilizaram para se aproximar das áreas de conflito, chegando a ocupar um importante papel ao lado das populações oprimidas da região. Na busca de perceber a posição da Igreja de um modo geral, viu-se que, por um lado, a hierarquia da Igreja católica aprovou a criação de uma comissão específica para tratar assuntos da terra, a CPT; por outro, a maior parte da Instituição desaprovou a forma de atuação de alguns padres e bispos engajados na luta pela terra. Por último, relacionou-se a ação de uma fração de padres e bispos da América Latina na constituição de uma nova teologia: a da Libertação.

A escolha do tema relativo à questão agrária se justifica por associar-se a uma problemática brasileira de grande relevância que vem gerando um desajuste social permanente, tanto no modo de vida das populações do campo como, conseqüentemente, nos grandes centros urbanos. A questão social dela decorrente vem atravessando os tempos, sem que, entretanto, haja uma medida governamental que, definitivamente, procure atender às demandas das populações que da terra tiram o seu sustento.

Mantém-se, desta forma, grande parte da população brasileira excluída do direito à terra, transparecendo uma vontade política que privilegia os interesses das elites: os grandes

proprietários e os representantes do grande capital. A consequência desta política transformou o campo em uma área de permanente conflito, com mortes, assassinatos e práticas de grilagem como meio de tirar a terra dos menos favorecidos.

A manutenção do latifúndio tradicional ou aquele que passou à denominação de latifúndio moderno, implementado no Brasil, a partir dos governos militares instaurados desde 1964, são reconhecidos, nesta dissertação, como o poder do atraso, pois impede a inclusão, tanto do camponês, como do trabalhador rural, na condição respeitável de cidadão e a valorização deles como importantes agentes do processo econômico brasileiro.

Partindo de uma preocupação inicial que diz respeito à questão agrária, a esta somamos outra referente à inserção da Igreja Católica nesta mesma questão, ao tomar uma posição ao lado dos excluídos da terra. Este duplo interesse orientou o recorte do objeto de pesquisa desta dissertação que versa sobre a relação estabelecida entre os religiosos católicos na luta pela terra, na Amazônia Legal brasileira, nos anos referentes à década de 1970.

A investigação perseguiu, ao longo do trabalho, informações oriundas, sobretudo, das fontes primárias oficiais da Igreja, tanto as de Roma com aquelas produzidas pelos bispos da América Latina e do Brasil. Valeu-se também das importantes contribuições encontradas em fontes secundárias, referentes aos estudos correlatos ao objeto de pesquisa desta dissertação, de onde se retirou o que era importante para tratar da década de 1970.

O aprofundamento documental se fez necessário como pré-requisito para responder certas hipóteses de trabalho. A principal delas entende que foi a partir do envolvimento de uma fração de religiosos católicos na questão agrária vivida na Amazônia Legal, na década de 1970, que a Teologia da Libertação tornou-se uma teologia da “práxis”.

Outras hipóteses secundárias também foram aferidas, tais como: os religiosos católicos envolvidos na luta pela terra na Amazônia Legal ocuparam a função que Gramsci definiu por

intelectual orgânico por “adesão” junto aos excluídos. Desse lugar, criou-se a Comissão Pastoral da Terra como um órgão ligado à Igreja Católica para atuar como mediadora dos interesses do homem do campo, frente ao Estado. Esta comissão contribuiu com a expansão da cidadania, tanto do trabalhador rural, como do camponês, na região investigada.

Por último, a fração de religiosos citada construiu uma metodologia para realizar um trabalho de base a partir do ensino e aprendizado desenvolvido por vários pedagogos, inclusive, Paulo Freire. Objetivou, que os agentes de pastoral penetrassem nos códigos culturais do homem do campo para que, deste modo, operacionalizassem um trabalho de conscientização política junto aos subalternos rurais, articulando a idéia de “fé e política”, perspectiva a ser alcançada pela Teologia da Libertação.

Subdividimos esta dissertação em três capítulos:

No primeiro deles explica-se a escolha espacial e temporal como fruto de um importante momento histórico do País, em que os esforços governamentais do período foram marco de criação dos projetos de exploração de minérios, agropecuários, de colonização e de abertura de estradas. Esta última se realizou em nome de uma integração nacional, enquanto o de colonização se justificava como necessária à ocupação das áreas. Todos foram implementados, justamente, na área que compreende a Amazônia Legal brasileira.

O esforço deste capítulo, em parte, foi o de descortinar os verdadeiros interesses governamentais, associados aos particulares, que estiveram por trás do desenvolvimento destes projetos, que se diziam em prol da modernização da agricultura. No entanto, foram estes os responsáveis pelo aparecimento dos vários conflitos de terra na região, pela repressão militar às formas de organização dos trabalhadores e pela formação de uma importante massa de mão-de-obra à margem da legislação trabalhista que, para além da função de exército de mão de obra de reserva, foi submetida à condição de subalterno.

A priori, os esforços governamentais passaram a idéia de que, igualmente, pretendiam solucionar os problemas vividos pelo homem do campo, fossem eles do Sul, Centro - Oeste e, principalmente, os do Nordeste, após a grande seca que assolou a região, em 1970, em pleno governo Médici. Entretanto, o incentivo à migração desta população rural, para os locais onde estavam sendo postos em prática os projetos fez saltar aos olhos, durante a pesquisa, contradições sociais que foram tomando vulto e se constituindo numa questão agrária.

Paralelamente, os incentivos fiscais dados pelo governo federal às grandes empresas nacionais e internacionais, para se estabelecerem na área tratada, revelaram a necessidade de um volume significativo de mão-de-obra que, naturalmente, seria atendida por meio de levas de migrantes que deixaram seus estados de origem, estimulados pela conquista de terra e trabalho, numa zona a ser desbravada.

A idéia de se realizar uma reforma agrária no país vinha em pauta, desde os anos de 1960, e parecia que se efetivaria mesmo com o golpe de estado de 1964, uma vez que o governo Castelo Branco aprovou o Estatuto da Terra. O tempo mostrou que o regime militar substituiria tal projeto por outro, que denominou de colonização ou de ocupação das áreas desocupadas, em nome da segurança nacional, argumentando que, desse modo, evitaria a ocupação de estrangeiros na região. Deu-se a criação das agrovilas e promessas de distribuição de terras às margens das novas estradas, que não se efetivaram.

No segundo capítulo, procurou-se analisar a Igreja, não de forma homogênea, como, em geral, é pensada, mas com conflitos e contradições internas que refletem demandas que emergem da sociedade civil e política. Não foi objeto desta pesquisa investigar a Igreja como guardiã de uma dimensão sagrada, portanto, não é um trabalho teológico, embora, a instituição foi respeitada neste seu particular. Privilegiou-se reconhecê-la como aparelho

burocrático, com atuação no campo político, o que implicou em sua participação nas lutas sociais.

No esforço de realizar a análise e crítica aos documentos, sobretudo, os de ordem primária, procurou-se compreender o pensamento social da Igreja concernente à questão agrária brasileira. Uma referência importante neste processo foi dada, em 1968, com a II Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín, onde bispos latino-americanos procuraram pensar algumas questões que a Igreja universal vinha atravessando.

Inicialmente, foi convocada essa conferência para atender às demandas da hierarquia romana. A questão principal a ser pensada nessa reunião estava relacionada ao fato de que a Igreja universal, frente ao desenvolvimento da ciência, vinha perdendo fiéis no mundo moderno, portanto, se fazia necessário procurar meios de revitalizar o poder da Igreja.

Desde o pontificado de João XXIII, através da *Mater Et Magistra*, em 1961, a Igreja assumiu estar perdendo fiéis frente ao desenvolvimento da ciência e ao avanço do ateísmo. Este reconhecimento permitiu, por meio da documentação oficial elaborada pela hierarquia romana, identificar uma linha de continuidade no pensamento da instituição que viesse a explicar a importância que a América Latina passou a ter para a mesma, desde então.

Neste continente havia uma grande quantidade de católicos, sobretudo no mundo rural, que vivia uma fé popular, garantida desde os tempos de Conquista, porém, a presença do pároco junto a essa população era rara, em geral, se fazia por meio da Desobriga. Era preciso chegar mais perto desses camponeses e envolvê-los em uma nova dinâmica pensada em Medellín, a fim de construir uma Igreja de acordo com as demandas dos novos tempos.

Na *Rerum Novarum*, publicada na virada do século XIX para o XX, encontra-se os pressupostos desta crise inicial da Igreja contemporânea alojados no aparecimento do materialismo histórico que, conseqüentemente, criou uma doutrina marxista centrada nos

menos favorecidos da sociedade, entendidos como fruto das contradições de classe geradas pelo capitalismo e, assim, apontou para o homem oprimido um caminho libertador pela via revolucionária.

Desde então, começaram as inquietações vindas da Igreja que foram sendo enfrentadas, ao longo dos anos, através da criação de uma doutrina social que tomava para si alguns referenciais teóricos do materialismo histórico e passava, igualmente, a focar suas atenções sobre o “pobre”. Ademais, produziu vários documentos em que passou a privilegiar uma teologia da “práxis” como meio de se aproximar desse “pobre” que se evadia da Igreja, levado por uma expectativa revolucionária marxista. Por último, a América Latina fez-se lugar especial para se viver essa “práxis”.

Seguindo os passos dos principais documentos produzidos em Roma, a partir de João XXIII, passando por outros elaborados por Paulo VI, acatando as contribuições oriundas das várias fontes secundárias referentes à participação da Igreja no campo brasileiro, nos anos de 1960 e 1970 foi possível investigar o objeto de pesquisa dessa dissertação, chegando a compreensão do percurso da Igreja para se aproximar das lutas sociais no campo, especialmente, as da Amazônia Legal.

No terceiro capítulo é possível observar que, sobretudo, o período conhecido por “milagre brasileiro” (1968-1974) atendeu, sobremaneira, aos interesses do grande capital nacional e internacional em detrimento dos grupos populacionais nativos ou outros que para a região da Amazônia Legal migraram em busca de melhores condições de vida e trabalho. As contradições entre capital e trabalho foram tamanhas que, transformaram a região em palco dos maiores conflitos de terra do Brasil, na década de 1970.

Sendo expulso de sua terra de origem, tendo o reconhecimento de posse negado ou ficando impedido da ação judicial que legitimasse o acesso à terra por meio legal do

usucapião, permanentemente, a população rural instalada na região, era submetida ao remanejamento para outras áreas, empurrada pelas necessidades do dito progresso econômico do país.

Criou-se, portanto, uma questão agrária na região, que antes não havia. As relações de trabalho se tornaram sub-humanas projetando novos atores sociais frutos do desenvolvimento modernizador que, no entanto, foi gerando relações sociais de trabalho capitalistas selvagem. Poucos eram os trabalhadores atendidos pela legislação trabalhista, exceto os gerentes das empresas, fiscais, homens que defendiam diretamente os interesses dos proprietários.

A grande maioria da população, composta de homens pobres, foi submetida ao trabalho nas explorações das grandes jazidas de minérios como a de Carajás, no Pará, ou contratada, temporariamente, para a derrubada das matas a serviço das grandes empresas, ocupando a função de “bóias-frias” ou, principalmente, de “peões”. A abertura das estradas como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília retiraram, índios do seu *habitat* natural e limitaram suas áreas de circulação na floresta.

A região do Araguaia destacou-se, no cenário sócio-econômico da Amazônia Legal e, nela, havia a Prelazia de Conceição do Araguaia circunscrita em uma grande área, bem no coração da Amazônia. Padres dominicanos e freiras, lá viviam há muitos anos, desenvolvendo um trabalho missionário junto às populações indígenas. Inicialmente, os religiosos da região acreditavam que o progresso seria benéfico à população rural trazendo-lhe mais recursos à sobrevivência, através da abertura de frentes de trabalho.

Até então, o clero brasileiro vinha afinado com o projeto desenvolvimentista, implantado desde 1955, no governo de Juscelino Kubistchek e, através dele, recebia verbas para as suas obras assistencialistas e educacionais. Ademais, apostava que a intervenção estatal seria a

solução para se superar os problemas sociais do País. Nesta perspectiva, agiam junto ao homem do campo acreditando em soluções oriundas dos líderes governamentais.

Não obstante, o regime militar foi exibindo sua face autoritária e repressora, perseguindo estudantes, políticos e outros que contrariassem a ideologia do Estado. Tal fato se agravou com a assinatura do AI-5, em 1968, que legitimou as perseguições de ordem política, tanto nas cidades como no campo, e isso repercutiu, inclusive, sobre os guerrilheiros do PC do B que estavam vivendo na região do Araguaia, local que mais recebeu projetos agropecuários e onde estavam as principais jazidas de minérios.

Os padres, quando perceberam o alto nível de exploração e repressão sobre o homem do campo, passaram a fazer reivindicações às autoridades federais esperando que as mesmas pudessem controlar os abusos cometidos pelos representantes das empresas. Além disso, realizavam, permanentemente, denúncias radiofônicas, em nome dos direitos humanos, acerca das arbitrariedades que estavam ocorrendo na região, sem, no entanto, serem ouvidos. Até mesmo religiosos foram tratados como guerrilheiros, rotulados de comunistas e submetidos a prisões e torturas.

Desse modo, uma fração do clero brasileiro identificado como “progressista” se indispôs com o Estado, estabelecendo uma ruptura com o mesmo, passando a agir em nome de um humanismo filosófico. Essa fração passou a defender uma democracia participativa atuando no sentido da valorização das expressões populares, fossem religiosas ou políticas e, desse modo, foi se afastando dos interesses das classes dominantes.

Sob esse ponto de vista, a contradição entre os “progressistas” e o Estado centrou-se exatamente no autoritarismo do Estado que permitia conduta de mesmo caráter por parte das elites rurais, ambos em oposição às lutas sociais que se expressavam contra a ação do Estado

que insistia na defesa de um modelo de propriedade privada altamente concentrador, logo, excludente.

A modernização conservadora colocou a Igreja “progressista” contra o Estado, particularmente naquilo concernente às políticas governamentais executadas no campo. Em consequência, a questão agrária tornou-se lugar privilegiado para se observar a origem e a divergência entre Estado e Igreja, fato que produziu uma politização na fala de agentes expressivos da instituição: bispos, padres e muitos leigos

O grupo conservador da Igreja, entretanto, manteve-se à margem dos problemas sociais do campo, por vezes, lançando críticas contundentes às ações dos “progressistas”. Mas, sem dúvida, foram esses “progressistas” os responsáveis por fazer do Brasil, especialmente da região da Amazônia Legal, o berço da verdadeira Teologia da Libertação, como teologia da “práxis”.

Frente ao desafio do mundo moderno, a Igreja universal repensou suas teorias, elaborou documento em que discutiu e defendeu o sistema capitalista, fez suas críticas, reavaliou a importância da propriedade privada, chegando a entendê-la em sua função social. Os bispos da América Latina, por sua vez, partiram dos indicativos vindos de Roma e formularam uma nova teologia centrada nos menos favorecidos do continente, e proclamaram um novo humanismo no qual a fé pudesse ser compartilhada com a política.

A questão agrária que se impôs ao mundo rural brasileiro fez da região da Amazônia Legal o local privilegiado para se viver a “práxis” de uma nova teologia, via a ação dos religiosos “progressistas” do Brasil. Esses se engajaram na luta pela terra, ao lado dos excluídos, descreditaram de um paternalismo de Estado e passaram a ocupar o papel de mediadores entre os anseios desses excluídos e o Estado, nas áreas em conflito.

Para tanto, os intelectuais orgânicos da hierarquia de Roma e de Medellín criaram propostas bem elaboradas de inserção da Igreja junto às massas, onde as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), sobretudo aquelas do mundo rural, tiveram papel preponderante. Nelas, a Igreja se valeu dos seus intelectuais orgânicos como mediadores para formar lideranças, desenvolver trabalhos de educação, conscientização, formação de sindicatos dentre outros. O ponto de partida foi com uma nova interpretação dada ao Evangelho com ênfase na vivência do povo oprimido, objetivando levá-lo a um processo de conscientização acerca de sua própria realidade histórica, a exemplo de um Cristo libertador, desoprimindo-se, socialmente.

Ocupando os espaços organizacionais deixados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), do trabalho de base feito pela Igreja, emergiu uma Comissão especializada nos assuntos da terra, a CPT, fundada em 1975, trazendo para o seu interior todos os trabalhadores do campo, tanto os inseridos nas normas trabalhistas como aquela grande massa que, na região, estava na condição subalterna.

Desse modo, os padres “progressistas do Brasil, reconquistaram milhares de fiéis através das suas milhares de CEBs espalhadas pelo País, tendo sua parte mais significativa no campo ou nas pequenas cidades rurais, e fizeram da Amazônia Legal o *locus* onde a teologia da libertação tornou-se uma teologia da "práxis" ou uma teologia revolucionária que, por vezes, foi muito além do previsto pela alta hierarquia romana.

Capítulo 1: A Questão Agrária – um desafio que a modernização não enfrentou

1.1 A distribuição de terras no Brasil

Faz-se importante, inicialmente, observar a complexa estrutura fundiária brasileira: como estava distribuída a terra e quem eram os donos do Brasil agrícola, na década de 1970. Para tanto buscamos as tabelas do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ de 1975, pois nelas há referências a um processo de relativa distribuição de terras, iniciado entre 1920 e 1950, favorecendo à formação de pequenos estabelecimentos.

Para certos autores esse fenômeno se justifica pela decadência do açúcar e, posteriormente, do café. Como consequência disso, muitos latifundiários abandonaram suas terras, permitindo que as mesmas fossem ocupadas por arrendatários, posseiros e parceiros. Tal fato, entretanto, não decorreu de uma política governamental para o campo, visto que, ao contrário, a ação varguista do pós-30, atuara no sentido de favorecer os interesses do latifúndio.

A partir de 1960, sobretudo pós-1964, as tendências anteriores de distribuição de terras deram lugar a uma concentração fundiária, como podemos observar através do mesmo Censo de que no período citado: “1% dos estabelecimentos detém 43% das terras (...). Por outro lado, 90% dos estabelecimentos possuem somente 21% das terras”². Esse processo de concentração se diferenciou entre os vários estados do Brasil. Em Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rondônia e Acre essa concentração foi menor, possivelmente, pela presença de colônias agrícolas de imigrantes europeus produzindo nas pequenas propriedades.

Os maiores índices de concentração fundiária estavam no Nordeste, principalmente, no Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Bahia em função da cana-de-açúcar, enquanto as novas

¹ IBASE. “Alguns dados sobre o solo agrário no Brasil” in *Dados*, agosto de 1982.

² Idem, p.3.

áreas de colonização, tais como Amazônia, Pará e Roraima reproduziram as características concentradoras do resto do país.

Os dados contidos nos cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) demonstram que na década de 1970 houve uma concentração fundiária crescente, chegando a cálculos que permitem concluir que os minifúndios, em 1978, eram 67% das propriedades, ocupando 8,8% da terra, ao passo que os latifúndios detinham 86% da terra, como se pode concluir através da **Tabela 1: Distribuição das Propriedades Rurais do Brasil por tamanho e categoria: 1967/78³**

Estrato de área total (ha) e Categorias	Número de Imóveis (%)			Área total (%)		
	1967	1972	1978	1967	1972	1978
Menos de 10	36,4	31,1	28,5	1,7	1,4	1,0
10 a menos de 100	51,0	54,7	55,7	17,0	16,1	13,8
100 a menos de 1000	11,3	12,7	14,0	32,4	31,2	28,2
1000 a menos de 10.000	1,3	1,4	1,7	33,1	32,4	32,0
10.000 a menos de 100.000	0,1	0,1		12,3	14,6	17,5
100.000 e mais	-	-	-	3,5	4,4	7,5
Minifúndio	75,8	72,0	67,3	12,6	12,5	8,8
Empresa Rural	2,4	4,8	3,7	4,6	9,7	5,6
Lat. Exploração	21,8	23,2	28,9	76,4	72,9	77,7
Lat. Dimensão	-	-	-	6,4	4,9	7,8

³ SILVA, G. J. e R. Hoffman. "A Concentração Fundiária" in *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Nov/Dez de 1980, s/p.

Dois outros dados se fazem importantes para a compreensão da estrutura fundiária brasileira relativos ao período entre 1967 a 1978: o primeiro deles é de que houve um aumento na área das propriedades maiores de 10.000 has e as de 1.000.000 has. Assim, em 1972, 83 propriedades possuíam 16,5 milhões de has, porém, em 1978, 141 propriedades passaram a ter 30,6 milhões de has. Essa constatação levou o próprio INCRA a concluir que os 77% da área total aproveitável era considerada latifúndio, correspondendo a 273.954.000 has.

Os 73% da área total aproveitável para agro-pecuária estava insuficientemente explorada ou inexplorada pelos grandes latifundiários. Mesmo que, de 1920 a 1975, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE⁴ de 1975, tenha diminuído o número de proprietários, ainda assim, neste mesmo ano, observa-se que houve uma crescente concentração fundiária de mais de 60% das terras e estabelecimentos. É notável, entretanto, que os chamados ocupantes dos estabelecimentos agrícolas aumentaram de 6% em 1940 para 18% em 1975, configurando um dos aspectos importantes da questão agrária brasileira, como podemos observar abaixo:

A conclusão principal relacionada a estrutura agrária brasileira, porém, é que 917.271 estabelecimentos representando 20.259.138 has pertencem a categoria ocupantes, o que reflete uma situação instável, não assentada, do ponto de vista jurídico, gerando, em consequência, graves conflitos sociais (ocupações, invasões) que vêm crescendo nas últimas décadas.⁵

Ao recorrer-se à análise quantitativa para compreender a estrutura fundiária brasileira, da década de 1970, percebe-se o limite deste tipo de análise assim como deste conceito para

⁴ IBASE. Ob. Cit., p. 7.

⁵ Idem, p.8.

explicar a problemática do campo brasileiro. Os dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) servem de alerta. Quantifica-se como a terra estava distribuída entre a população rural: os 77% da área agrícola do país correspondiam às grandes propriedades.

A concentração fundiária respondeu, na década mencionada, como elemento estrutural de um dado desajuste social, uma vez que grande parte da população rural não se encontrava devidamente aquinhoadas, logo, não possuía o suficiente de terra sequer para o sustento de sua família, restando-lhe a expectativa de trabalho em terra alheia.

A possibilidade viável para o homem do campo era a de alienar sua força de trabalho, uma vez que não dispunha de terra própria, nem de recursos financeiros para ocupar terras alheias a título de arrendatário autônomo. A população rural, entretanto, não encontrou um mercado de trabalho quantitativo ou qualitativamente adequado às suas necessidades de sobrevivência. Tudo isso gerou uma população excedente, a margem deste mercado, no qual a balança de oferta e procura de mão-de-obra tendeu à procura, permitindo, deste modo, que os empregadores impusessem suas condições nas relações de trabalho, em geral, desfavoráveis ao trabalhador rural.

Caio Prado Junior⁶ analisou tais problemas, considerando a realidade do campo na década de 1950, e, em grande parte, seu pensamento manteve-se atualizado. Por isso, esse autor será uma referência metodológica e dele lança-se mão do conceito abaixo transcrito, a fim de se refletir a cerca das questões referentes ao campo brasileiro na década de 1970.

Mas o que ficou dito já nos serve para situar a questão agrária brasileira, e colocá-la em seus devidos termos que vêm a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da

⁶ PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária⁷.

Entendendo que a década de 1970 esteve marcada pela crescente concentração fundiária, outros fatores correlatos precisam ser esclarecidos para que se possa compreender a questão como resultante de uma totalidade de políticas econômicas desenvolvidas na área da Amazônia Legal brasileira, na década de 1970. Apresenta-se aqui o conceito de estrutura agrária para permitir fazer uma análise mais abrangente sobre a problemática rural brasileira.

Segundo Inácio Sotelo⁸ a estrutura agrária brasileira refere-se à “um conjunto de relações e de instituições econômicas sociais que regulam a utilização da terra como fator de produção”. Por esta via analítica, vê-se que se a estrutura agrária está internamente relacionada à estrutura social: a estrutura agrária brasileira modelou a própria estrutura social do país.

1.2 A mudança de direção da questão agrária durante a ditadura militar

Para dar-se uma configuração à estrutura agrária brasileira, na década de 1970, compreendendo o tipo de relação que se impôs ao mundo social rural, faz-se necessário, *a priori*, destacar a ação econômica desenvolvida pelo regime militar, que desde o seu início, foi a de intervir na crise econômica que vinha de 1961, priorizando a reorganização do capital com a finalidade de favorecer a concentração de terras e à centralização política por parte do Estado, reprimindo severamente os movimentos sociais rurais.

⁷ Idem, p. 18.

⁸ SOTELO, Inácio. Sociologia da América Latina. Tradução de José Fernandes Dias, Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1975, p. 71.

A agricultura passou a ser determinada por uma correlação de forças favoráveis aos grandes proprietários e pelo padrão de acumulação industrial centrado em um complexo agroindustrial sob a liderança de grandes empresas estrangeiras, **Tabela 2: Brasil - Alguns imóveis rurais pertencentes a pessoas físicas e jurídicas estrangeiras em unidades da federação, 1967⁹**

Unidade da federação	Nome do proprietário	País de Origem	Ha
Pará	Geórgia Pacific	US	100.000
	National Bulk Carriers (Daniel Ludwig)	US	1.250.000
	RobinHollie Mac Glown	US	600.000
	Cia. Agro-Pastoril Água Azul	US	52.272
Roraima	James Bryan Choatle	US	232.915
Amazonas	Victor Calwell	US	4.530
Goiás	The Investment Corporation of American	US	454.000
	The United American Co.	US	159.000
	Stanley Bros. Real State Co.	US	1.345.666
	Theodoro Van der Beck	Bélgica	36.014
	Louis Albert Salmore	US	115.000
	Universal Overseas Holding	US	504.000
	Cia Agro-Pastoril Água Azul	US	4.459
	World Land Co.	US	72.600
Bahia	Lynn Mac Eroy	US	5.982.500

⁹ SAMPAIO, Plínio. Capital Estrangeiro e Agricultura no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 43

Após a edição dessa Tabela 2 ocorreram outras mudanças como a chegada da Volkswagen no campo brasileiro, adquirindo 5.000.000 has, além do Grupo Jarí e muitos outros. A região Norte destacou-se como aquela que mais recebeu empresas transnacionais, atingindo no Amapá 36,6% da área do estado, o equivalente a 1/3 da área agrícola do seu território, segundo dados do IBASE publicados em 1982.

A presença destas empresas no campo brasileiro, sobretudo, na região Norte, sem que as mesmas tivessem uma tradição voltada para a produção agrícola, configurou o que Bernardo Sorj¹⁰ conceituou e definiu como uma opção do regime militar pelo modelo de desenvolvimento capitalista monopolista dependente, característico das grandes empresas de capital estrangeiro, nacional ou estatal, que buscavam novos níveis de acumulação de capital, tanto através de sua inserção em diferentes ramos da produção, como pela internacionalização do mercado interno.

Esta opção dada ao capital foi, gradativamente, favorecida pelos governos militares e, sobretudo, nos anos referentes a 1970, através da liberalidade da política de crédito rural, dos programas de incentivo fiscais, principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural, dentre outras, que se diziam em prol da modernização da agricultura, e, conseqüentemente, significaria desenvolvimento.

Estando os movimentos sociais sob uma ação política severamente repressiva, característica dos regimes autoritários, cabia aos governantes buscar soluções para os problemas sociais do homem do campo, sem ouvir suas bases. Entretanto, inicialmente, levaram em consideração algumas das suas reivindicações, sobretudo, àquela referente à reforma agrária: forte demanda social vivida pelo último governo civil liderado por João Goulart (1961-64). Os projetos sociais dos governos militares, portanto, se constituíram, entre 1964 a 1969, nos respectivos mandatos

¹⁰ SORJ, Bernardo. "O novo padrão de desenvolvimento agrícola: caráter da intervenção estatal" in Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, p.69.

de Castelo Branco e Costa e Silva, sinalizando para a possibilidade de uma reforma agrária que se realizaria juntamente ao projeto de modernização da agricultura.

Não por acaso, em 1964 foi aprovado pelo Congresso Nacional e colocado em vigor o Estatuto da Terra¹¹ que veio acompanhado de uma emenda constitucional importante para os trabalhadores, versando sobre uma das suas principais demandas relativas aos primeiros anos de 1960, qual seja: o pagamento das terras desapropriadas seria feito através de títulos da dívida agrária. No momento em que sua aprovação foi anunciada, seu valor foi ressaltado como o de uma lei de reforma agrária, uma lei de desenvolvimento rural, subdividida entre a temática referente à reforma e outra, relativa ao desenvolvimento.

Coerente com essa divisão, tipificavam-se os imóveis rurais existentes em minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndios por dimensão e empresas rurais. O objetivo da reforma agrária seria a gradual extinção de minifúndios e latifúndios, fontes de conflitos. A empresa, definida como empreendimento caracterizado pela exploração “econômica e racional”, dentro das condições da região em que se situasse e pela utilização de uma área mínima segundo padrões a serem estabelecidos em lei, tornava-se o modelo ideal de propriedade fundiária. Ela seria capaz de cumprir a função social que a Constituição impunha à propriedade...¹²

A aprovação do Estatuto da Terra levou os trabalhadores e a população, em geral, à expectativa de que, finalmente, realizar-se-ia uma reforma na estrutura agrária do País, através da redistribuição das terras com fins de dignificar o homem do campo, melhorando as relações de trabalho e suas condições de vida e, deste modo, projetaria o País no caminho do

¹¹ Foi colocada em vigor no governo de Castelo Branco através da Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

¹² MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989, p.87.

desenvolvimento sócio-econômico. Para a sociedade civil esta seria a solução para os problemas econômicos e sociais, um meio de superar a questão agrária, mas, tal política não chegou a efetivar-se.

A promulgação da Lei que aprovou o Estatuto da Terra resultou do esforço de uma diversidade de trabalhadores do campo que se mobilizaram e que, ao mesmo tempo, foram disputados por diversas lideranças para representá-los. Na década de 1950, essa disputa não era tão visível e as Ligas Camponesas se impuseram ao chamado movimento camponês, porém, a partir de 1961, essa organização entrou numa crise interna. Isoladas politicamente, passaram a atuar, restritamente, nos estados de Pernambuco e Paraíba e, ainda assim, enfrentando novos adversários. Passaram, então, a disputar a liderança da luta dos trabalhadores com o PCB e a Igreja que, gradativamente, se tornava mais atenta aos problemas sociais.

Para Leonilde em “toda a década de 50 é possível perceber em documentos eclesiais e em encontros episcopais uma crescente preocupação com a situação dos trabalhadores rurais e com as ‘estruturas sociais injustas’.”¹³ Na Carta de Dom Inocêncio Elgelker¹⁴, de 1950, o que se observa é uma primeira preocupação da Igreja com a problemática rural, principalmente, no que se referia ao fenômeno do êxodo rural somado a chegada do Partido Comunista no campo.

Neste início de década o pensamento eclesial era no sentido de levar os “patrões cristãos” a tomarem, juntamente à Igreja as rédeas da revolução antes que outro o fizesse, referindo-se aos comunistas. Faz-se importante esclarecer que a Igreja via nas “estruturas sociais injustas” antes de tudo uma ameaça à segurança da classe dominante rural e a sua própria hegemonia. Na década

¹³ Idem, p.79.

¹⁴ ELGELKER, Dom Inocêncio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a revolução rural” in Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, *Pastoral da Terra*, São Paulo: Edições Paulinas, 1976, pp.43-53.

de 60 outras estratégias de luta vão orientando a Instituição na direção dos menos favorecidos do campo, ainda que objetivasse com isso manter a sua hegemonia social.

...é por volta de 1960 que a Igreja se voltou para um trabalho organizativo e mobilizador. Nesse ano o SAR (Serviço de Assistência Rural do Rio Grande do Norte) criou um setor de sindicalização rural que passou a mobilizar e treinar líderes sindicais e dar orientações sobre a formação de sindicatos. Embora não houvesse regulamentação legal para tanto, a Igreja também se juntou às forças que passaram a pressionar o Estado para obtê-la.¹⁵

No processo de luta, foi aprovado no ano de 1961 o Estatuto do Trabalhador Rural e no ano seguinte foi regulamentada a sindicalização rural, porém, muito antes, já existiam, em vários locais, associações ou sindicatos que funcionavam sem reconhecimento. A partir desta, várias forças políticas queriam acumular, sob o seu controle, o maior número de sindicatos. Os trabalhadores, entretanto, não viam necessidade de manter fidelidade a uma única organização e tinham como prática freqüentar, por vezes, várias delas ao mesmo tempo.

No ano de 1964 a CONTAG foi reconhecida legalmente, segundo Leonilde, a partir de dois compromissos básicos: dar uma unidade ao movimento dos trabalhadores da agricultura e lutar pela ampliação dos sindicatos. Entretanto, dois meses depois, o golpe militar interrompeu um próspero período de experiências organizativas dos diversos trabalhadores do campo que, embora nos anos de 1950 e 60 tenham se concentrado mais fortemente no Nordeste, não se organizaram apenas nesta região. É importante observar que revelaram em suas lutas e

¹⁵ MEDEIROS, Leonide S. de Ob. Cit., p. 76.

reivindicações questões estruturais do País, tanto de ordem econômica quanto política, sintetizadas na figura do latifúndio.

...através de um complexo processo político, suas reivindicações imediatas se articularam com demandas amplas que colocavam em questão determinadas formas de exercício do poder, das quais o latifúndio era o maior símbolo. Evidentemente, isso foi produto de uma conjuntura muito particular ligada ao desenvolvimentismo, ao populismo, ao crescimento do movimento operário e cuja multiplicidade de dimensões não podemos desenvolver aqui.¹⁶

Na década de 1960 houve tamanha efervescência social em torno da reforma agrária e a sociedade civil cobrava-a com tal emergência que o tema se tornou marco de construção teórica e política envolvendo o tema da questão agrária. Esses temas, correlacionados, foram tratados, principalmente, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) através de seus intelectuais: Caio Prado Jr e Alberto Passos Guimarães, por setores reformistas da Igreja Católica, pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹⁷ e por economistas conservadores, cujo expoente máximo foi Delfim Neto¹⁸.

¹⁶ Idem, p. 79.

¹⁷ KELLER, Vilma e ARAÚJO, Emanuel. "Furtado, Celso" in Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro 1930-1983, 2º Vol. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária: FGV/CPDOC/FINEP, 1984, pp. 1414-1417. Órgão regional da ONU, criado em 1948 com sede em Santiago, Chile e contou com Celso Furtado na chefia da Divisão de Desenvolvimento Econômico. Este, através da CEPAL, promoveu conferências em vários países, a partir de 1950, defendendo a teoria que propunha o desenvolvimento da América Latina através de transformações da estrutura econômica, tais como a reforma agrária e mudanças radicais nas relações de comércio exterior. Sustentava também que o desenvolvimento devia apoiar-se na industrialização voltada para o mercado interno, colocando-se numa posição frontalmente antimonetarista.

¹⁸ MAYER, Jorge Miguel e BENJAMIN César. "Delfim Neto" in DHBB, pp.1060-1064. Já na Escola Técnica de Comércio começou a escrever sobre economia para os jornais *Folha da Tarde* e *O Tempo*. Presidiu o centro acadêmico da faculdade onde fazia o curso de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP), em 1951, onde depois de formado tornou-se catedrático de economia brasileira, no ano de 1958. Neste mesmo ano, foi eleito vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo e tornou-se membro do conselho editorial da *Revista de Ciências Econômicas*. A partir de 1965, passou a atuar em nível federal, quando ingressou no Conselho Consultivo de Planejamento (Consplan), órgão do governo do general Castelo Branco

No entanto, o debate agrário dominante entre os anos de 1970 e 1980 refutou as teses anteriores favoráveis à reforma agrária, ao mesmo tempo em que o pensamento do grupo conservador em assuntos agrários trouxe uma outra percepção sobre os problemas do campo, centrado, exclusivamente, na modernização agrícola. Delfim Neto passou a enfrentar a questão agrária sob uma perspectiva bem diferente da visão humanista de Caio Prado, crítico das relações sociais e do trabalho vigentes no meio rural brasileiro.

Antonio Delfim Neto acatou “... parte do argumento (...) de Inácio Rangel relativo ao chamados problemas ‘impróprios’ da questão agrária, tese calcada na função da agricultura e no desenvolvimento econômico.”¹⁹ Melhor explicando: a visão dos intelectuais da USP era de que não havia uma questão agrária ou problema fundiário no país, uma vez que a estrutura agrária existente havia cumprido as funções da agricultura para o desenvolvimento econômico. Funções essas que Delfim destacou como: liberação de mão-de-obra para a indústria, mercado para os produtos industriais, expansão das exportações e financiamento para capitalizar a economia, sobrepondo, claramente, as necessidades do capital sobre as necessidades humanas.

O que se observa é que, após 1964, o debate político sobre o problema do campo brasileiro foi sendo substituído por um debate puramente econômico, centrado nas questões relativas à oferta e

(1964-1967) tendo o ministro Roberto Campos no Planejamento e Otávio Gouveia de Bulhões na Fazenda. Com a posse do general Artur Costa e Silva na presidência da República, em 1967, foi nomeado ministro da Fazenda e Hélio Beltrão assumiu a pasta do Planejamento. Sua política econômica teve impacto recessivo e foi apoiado por organismos internacionais, em consequência da mesma deu-se uma aguda crise econômica, no ano de 1968. No governo de Garrastazu Médice, Delfim Neto manteve a política econômica e a taxa do PIB manteve-se elevada durante toda sua gestão na pasta de Ministro da Fazenda: 9% em 1969; 9,5% em 1970; 11,3% em 1971; 10,4% em 1972 e 11,4% em 1973. Esse período foi denominado “milagre brasileiro”. No governo de Ernesto Geisel ficou afastado das atividades executivas na área econômica. Passou a se dedicar a política e voltou em 1979, na presidência de João Batista Figueiredo a ocupar a pasta da Agricultura. Com a renúncia de Henrique Simonsen passou a chefia da Seplan, neste mesmo ano.

¹⁹ DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005, p.28.

demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio exterior, ou seja, das funções da agricultura.

Essa opção se deu em detrimento das reflexões acerca da estrutura concentradora da propriedade fundiária, das relações de trabalho desumanas e suas conseqüências sobre a questão social do país. Na realidade, o grupo da USP, liderado por Delfim Neto, tinha uma proposta de modernização técnica para o campo sem reforma agrária e suas idéias começaram por reagir ao Estatuto da Terra e passaram a ser postas em prática como projeto do governo, a partir de 1967, quando Delfim tornou-se Ministro da Fazenda. Sua política econômica fez parte, em seu tempo ministerial, do “período histórico (1965-1982), que se constituiu com muita clareza na ‘idade de ouro’ do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”.²⁰

De fato, houve um aumento significativo do uso de técnicas e da conseqüente modernização agropecuária, o que correspondeu ao aumento da produção e a sua diversificação. O setor rural passou a abastecer-se de meios de produção oriundos das indústrias e obtidos graças ao favorecimento do Sistema Nacional de Crédito Rural criado por Delfim Neto. Essa modernização foi responsável por uma heterogeneidade na agricultura brasileira que se manifestou tanto pelo uso de técnicas como pelo aparecimento de novas relações de trabalho, configurando um quadro sócio-econômico tecnicamente modernizante, entretanto, socialmente conservador.

Toma-se aqui a análise de Bernardo Sorj como uma das referências para analisar a década de 1970, quando se configurou o que o autor definiu como novo padrão de produção agrícola. Tratou-se de uma integração vertical ou de maior produtividade alcançada através do complexo agroindustrial, associada ao padrão horizontal ou de expansão de fronteira. Nesse

²⁰ Idem, p.34 .

padrão de produção estão situadas as origens da problemática do nosso objeto de pesquisa, haja visto que:

No (...) período, que se estende de 1970 a 1973, a proposta de uma reforma agrária é substituída por programas localizados, orientados a resolver o problema fundiário em localidades específicas, e, com um instrumental puramente técnico-administrativo. Finalmente, no (...) período, que vai de 1973 a 1978, a preocupação com a distribuição de terras fica totalmente marginalizada; invertem-se os termos do problema fundiário, como sendo este não mais causado pelo latifúndio mas sim pelo minifúndio.²¹

1.3 As contradições do projeto governamental agrário na Amazônia Legal

Partindo da premissa de que as determinações econômicas atuaram sobre a questão agrária, na região que compreende a Amazônia Legal, durante os governos referentes a Médici e Geisel, faz-se necessário investigar as contradições que emergiram a partir dos projetos governamentais implantados, nesta área. Tais projetos privilegiaram os interesses do grande capital e excluíram as massas camponesas do debate e reflexão acerca de suas próprias necessidades, delegando aos tecnocratas as soluções de vida para o homem do campo.

Portanto, não contribuíram para a superação da questão agrária nacional, ao contrário, configuraram, na dita área, novas contradições forjadas no bojo da realidade da década de 1970, quando os latifúndios ocupavam 77 % das terras brasileiras. Essa dado, embora, confirmado nos cadastros do INCRA, foi desqualificado pelos governantes do período de 1973-78, que passaram a responsabilizar os minifúndios pelo problema fundiário.

²¹ SORJ, Bernardo. Ob.Cit.,p.70.

O que assistimos, em 1970, no governo Médici, foi à criação do INCRA que revelou, através dos seus projetos iniciais de colonização de fronteira, uma das verdadeiras pretensões sócio-econômicas do governo, a ser implementada numa dada área geográfica denominada Amazônia Legal.

Esta área compreende as terras do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima e nela se efetivou o que Sorj, anteriormente, apontou como um projeto localizado e Mario Grynspan²² a ela relacionou a colonização como “somente, uma das faces da política de ocupação das áreas de fronteira”. Isso implica a análise de outros meios de ocupação e seus impactos sociais.

A colonização foi uma estratégia geopolítica que não estava comprometida com a redistribuição das terras e a melhoria de vida dos trabalhadores rurais e, sim, pretendeu uma ocupação controlada e dirigida, especialmente, nas áreas de fronteira, supostamente livres no Norte e Centro-Oeste. Opção esta, que, aparentemente, era exclusiva do campo político porque Marighela²³, em 1969, formara o Exército Revolucionário de Libertação Nacional e levou a luta urbana à guerra de guerrilhas na zona rural, com a intenção declarada de liquidar a ditadura militar.

²² GRYNSZPAN, Mario. “A questão agrária no Brasil pós-1964 e o MST” in O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.331.

²³ Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p.93.” No final de 1966, Marighela se desliga da Comissão Executiva do PCB e viaja, em 1967, para Havana, onde participa da assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que tenta articular um plano de ação revolucionária continental. Rejeitando a idéia de um novo partido, ele, começa a se distanciar de outros setores dissidentes do PCB e trilha um caminho próprio. ‘A ação faz a vanguarda’ torna-se o lema de sua organização, que nasce sem uma estruturação orgânica precisa, apoiando-se na autonomia de grupos armados e contando com forças mais expressivas em São Paulo. Discordando das teses ortodoxas do PCB, que, apontavam a burguesia como aliada dos operários e camponeses no processo revolucionário brasileiro, a organização Marighela propôs (...). Da luta armada no campo, deveria nascer, segundo ele, um Exército de Libertação Nacional, apto a derrotar o Regime Militar a aplicar um programa de transformações cujo eixo mais central era o ‘imperialismo’.”

Segundo Thomas Skidmore²⁴ “toda área foi declarada Zona de Segurança Nacional, sujeita a poderes especiais, policiais e militares” justificável, por um lado, pelo foco de resistência ao regime, lá instalado, mas, por outro, a ameaça política, na verdade, feria interesses de ordem econômica, como perceberemos a seguir:

Houve um grupo, porém, que deu as costas à cidade, os dirigentes maoístas do PC do B que se haviam separado do PCB em 1962. Escolheram para suas operações o Araguaia, em plena floresta tropical amazônica, numa região localizada na parte oriental do Pará perto da fronteira norte de Goiás. A região possuía enormes jazidas de ouro, manganês e outros minérios e ficava próxima de Carajás, também no Pará, que já havia sido escolhido como sede de gigantesco projeto de extração de minérios.²⁵

Em nome da Segurança Nacional tornar-se-ia possível assegurar um ambiente social favorável, não à população carente da região ou que para ela havia se dirigido, pois esta, ao contrário, foi mantida sob forte controle político. Começaram por aniquilar os guerrilheiros que iam se aproximando, discretamente, dos pauperizados, morando junto deles, mostrando-lhes como cuidar da sua saúde e ensinando-lhes métodos produtivos de cultivo.

Foi importante para o regime combater não somente os guerrilheiros, como todos aqueles moradores do campo que haviam aderido aos revolucionários. “Era a tradicional “doutrina do cerco e aniquilamento”, mais de uma vez mencionada nos escritos geopolíticos do general Golbery do Couto e Silva.”²⁶

²⁴ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. Tradução Mario Silviano Silva, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.245.

²⁵ Idem, p.244.

²⁶ MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 81.

A ação repressiva militar garantiu uma ampla população pobre e inconsciente politicamente, ocupada no desumano trabalho, tanto nos grandes projetos agropecuários, quanto na exploração das jazidas da região, atendendo aos interesses das grandes empresas exploradoras de minérios e de outros ramos econômicos. Sob este olhar, demarcar uma Zona de Segurança Nacional significou o comprometimento do regime militar com as grandes empreiteiras, instaladas nesta área, legitimando a ação governamental autoritária sobre qualquer movimento ou organização social que viesse a conscientizar a população carente do campo das péssimas condições de vida e trabalho a que se encontrava submetida. Subverter essa ordem social seria uma afronta ao regime, coadunado com os interesses das grandes empresas capitalistas, inclusive, aquelas exploradoras das grandes riquezas minerais da região, ou melhor:

Este era o caso da Doutrina de Segurança Nacional. O internacionalismo, parte desse corpo de princípios, constituiu-se tanto na justificativa da política econômica do Estado, quanto na da manutenção da “paz social”. Em nome do equilíbrio do capitalismo mundial, redefiniu-se o conceito da segurança no sentido da sua *internacionalização*, isto é, no de se manter uma “fronteira interna ao socialismo.”²⁷

Outro fato relevante que merece ser investigado diz respeito a Amazônia Legal, na década de 1970, e o analisaremos através dos seguintes questionamentos: o quê o presidente Médici, realmente, pretendeu alcançar ao associar duas regiões do país, ou seja, Nordeste e Amazônia através de um mesmo projeto sócio-econômico? Qual foi a justificativa para a transposição do excedente populacional do Nordeste, após uma grande seca que assolou a região no ano de 1970,

²⁷ MENDONÇA, Sonia Regina de. “Eficácia Econômica e Distinção Política: Em busca de legitimidade” in Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p.114.

para terras ditas férteis da Amazônia através do Programa de Integração Nacional (PIN)? Em que consiste a afirmativa do presidente de que buscaria “a solução para dois problemas: homens sem terra do Nordeste e terras sem homem na Amazônia”²⁸, evitando as migrações constantes de nordestinos para os grandes centros urbanos do Centro-Sul?

Para Skidmore²⁹: “como era impossível transferir para lá (Nordeste) novos recursos, ele (o presidente) optou pela idéia de tirar os nordestinos de lá” e, ainda, inserida na mesma conjuntura, o autor cita a “absoluta prioridade”, dada pelo governo Médici, à construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém como parte de um conjunto dos investimentos públicos característicos do período que ficou conhecido por “milagre brasileiro”. Não obstante, fez a seguinte ressalva:

O interesse de Médice pela Amazônia tinha outra lógica, além da necessidade de ajudar o Nordeste com o deslocamento dos seus habitantes. A elite brasileira, especialmente os militares, há muito receava que o país perdesse a Amazônia por falta de colonização. Gerações de cadetes do Exército brasileiro foram conscientizados sobre a significação geopolítica da Amazônia...³⁰

Ora, acreditar que o interesse de Médici pela Amazônia decorria de uma estratégia geopolítica para assegurar esta região para o país, seria pertinente, se as estatísticas relativas à década de 1970, não demonstrassem a entrada de tantas e tantas empresas estrangeiras naquela parte do país, alcançando níveis de concentração fundiária nunca visto em nossa história contemporânea. O “milagre brasileiro”, fenômeno econômico mais evidente entre os anos de

²⁸ SKIDMORE, Thomas. De Castelo a Tancredo, 1964 – 1985. Ob. Cit. pp.288/289.

²⁹ Idem, pp. 288-290.

³⁰ Ibidem, p.290.

1968 e 1974, “nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras).”³¹

Por um lado, o “milagre” marcou um período de crescimento econômico que alcançou níveis de 9% a 10% ao ano, por outro, pôs a frente, desse processo expansivo da economia, a empresa multinacional organizada em oligopólios. Esses oligopólios impunham uma realidade econômica com a qual a pequena empresa não era capaz de concorrer, nem o Estado encontrou meios de controlar tamanha evasão de recursos financeiros provocada pelas empresas estrangeiras.

Sabemos, entretanto, que muitas destas empresas não migraram para o Norte, senão pelo incentivo encontrado nos próprios projetos governamentais que proporcionavam facilidades tamanhas, levando-as a se ocuparem de outros ramos de produção que divergiam daquele seu de origem. O Estado não só lhes facilitou à aquisição dos recursos financeiros, como criou toda uma infra-estrutura de estradas e rodovias, além de disponibilizar mão-de-obra farta e barata, desenhando, no conjunto, um quadro de atrativos dirigido, sobretudo, a elas.

Tanto o complexo agropecuário, como as grandes construções de infra-estrutura demandavam mão-de-obra que, sem nenhuma originalidade histórica, viria do sofrido Nordeste. Logo, não há cabimento na análise de Skidmore ao afirmar que o interesse de Médici pela Amazônia seria para ajudar ao Nordeste, a não ser que o autor esteja se referindo a uma preocupação presidencial em não afetar aos interesses dos grandes latifundiários da região, àquela de maior concentração fundiária e palco, até então, dos principais conflitos por terra do País.

Para tanto, foi preciso subtrair o excedente de mão-de-obra mais problemático do excedente de mão-de-obra necessário ao cultivo das grandes extensões de terras do próprio Nordeste. Nesta linha de pensamento, podemos compreender por que tantos nordestinos haviam ido para o

³¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. Ob. Cit., p.91.

Centro-Sul e, agora, deveriam ir para a região Amazônica viver às margens das futuras rodovias, em colônias de agrovilas, com a finalidade, se não outra, de se instalarem na condição de trabalhadores de outras regiões. Naturalmente, não seria por meio do incentivo ao êxodo rural nordestino, deslocando pessoas das suas origens, do seu meio natural e cultural, sem assegurar-lhes um projeto social comprometido, que o Estado conseguiria atacar, construtivamente, a questão agrária.

1.4 A questão agrária na Amazônia Legal brasileira

Não há indícios de qualquer tomada de decisão governamental clara na direção de superar a situação de miséria material e moral da população trabalhadora do campo nordestino brasileiro, tanto em sua região de origem como naquela para a qual foi dirigida: a Amazônia – e nisso consistiu a premissa para a questão agrária, portanto, o que deve se ocupar em primeiro plano. Todas essas medidas governamentais que, até então, elencou-se, além de outras que virão a compor o fato histórico relativo a Amazônia Legal, dos anos de 1970, precisam, portanto, ser analisadas sob a perspectiva de se manterem distintos os vários aspectos humanos considerados.

Para tanto, Caio Prado Junior orienta e esclarece quais são esses aspectos: “Isto é, os interesses respectivos das diferentes classes e categorias sociais em jogo.”³² A partir desse referencial metodológico pode-se iniciar o questionamento acerca desta dada política agrária pensando nos fins que objetivava, realçando os fins humanos, que, com muita objetividade e sabedoria, Caio Prado elegeu como o mais relevante para tratar da questão agrária.

Não se compreende a afirmação de Skidmore de que era impossível ao governo transferir mais recursos para as áreas mais atingidas pela seca de 1970, no Nordeste, quando o próprio

³² PRADO JUNIOR, Caio. Ob. Cit. p. 23.

autor afirmou que houve um desvio dos fundos de incentivos oriundos dos fundos federais, que já haviam sido consignados para o Nordeste, através dos programas de incentivo tributário

A própria prioridade dada à abertura das rodovias revela que não havia, de fato, uma grande preocupação com os flagelados da seca. Na realidade, buscou-se criar uma infra-estrutura para que grandes projetos agropecuários ou de mineração fossem desenvolvidos por empresas montadoras de automóveis e bancos a fim de incentivá-los, através do que José de Souza Martins³³ chamou de “política de ocupação favorecida da região Amazônica”.

Essa política ofereceu recursos oriundos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e do Banco da Amazônia S.A (BASA), ou através dos incentivos fiscais dados aos empresários das regiões mais ricas como o Sudeste que transfeririam 50% do que pagariam em Imposto de Renda para esse banco, a fim de que o mesmo financiasse projetos de desenvolvimento na Amazônia. Desse modo, os investidores participariam com até 75% do capital investido nos projetos agropecuários para a região. Essa realidade contribuiu para o fato que Gryszpan veio a explicar:

Essa política se iniciou ainda em 1966, e no início dos anos de 1970 o interesse dos grupos pela região se intensificou com a valorização das terras provocada pelo asfaltamento da rodovia Belém-Brasília. Formaram-se enormes propriedades, como a do Projeto Jarí, que alcançava uma área de aproximadamente três milhões de hectares entre o Pará e o Amapá.”³⁴

Diante de uma estrutura agrária, em que pese a grande propriedade, o destino das pequenas ficou bastante comprometido por ocuparem posição de produtoras secundárias, pertencentes a

³³ MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit., p.79.

³⁴ GRYSZPAN, Mario. Ob. Cit., p.331.

pequenos agricultores e, sujeitas, ainda, a novos parcelamentos entre familiares herdeiros. Além de que, eram resultantes das vicissitudes que poderiam passar à grande exploração: o insucesso vivido por uma grande propriedade, em uma dada conjuntura econômica, como se exemplificou na parte inicial deste capítulo.

Logo, a pequena propriedade foi sempre, até a década de 1970, resultado, na história do Brasil, da presença preponderante da exploração em larga escala, realizada na grande propriedade que, por alguma circunstância, não logrou sucesso. Somente, assistir-se-ia ao parcelamento da terra, se o negócio nela realizado já não fosse lucrativo para o grande proprietário, pois o inverso manteria a terra concentrada como exigência primeira, para o sucesso do modelo de investimento econômico recorrente em nossa história.

Sendo assim, chegamos ao entendimento de que a pequena propriedade passou a ser vista como um problema no período que Sorj anteriormente indicou entre 1973-78, porque não poderia alcançar sucesso, inviabilizada, por pressão das grandes propriedades vizinhas, pela concorrência da produção e, “porque ocupando a grande exploração posição privilegiada e incontestável no conjunto da economia agrária do País, ela desvia para si e emprega em seu benefício, todas as forças propulsoras de que dispõe o organismo econômico do País”³⁵.

Deste modo, a necessidade do médio produtor, do pequeno ou médio industrial ou comerciante não eram incorporada ao sistema, em prol dos interesses da coletividade. As corporações multinacionais sobrepujam os seus interesses deslocando a participação dos pequenos e médios proprietários de qualquer função social, levando-os a se somar, socialmente, à condição dos excluídos de viver da terra.

³⁵ PRADO JUNIOR, Caio. Ob. Cit. p.75.

Frente ao desenvolvimento dos agronegócios, instalados na Amazônia Legal, baseado na produtividade campo-cidade e nas funções da agricultura pesaram, apenas, as questões materiais da produção e as conseqüências sociais foram graves. Caio Prado que defendeu, primeiramente, a meta do assalariamento para o trabalhador rural, viu, em seu tempo, que esta não estava sendo perseguida pelas autoridades.

Caio Prado percebeu que para solucionar a grave questão agrária, era preciso uma reforma agrária, ainda que respeitando uma concepção capitalista, dividindo a grande propriedade entre pequenos proprietários. Mas, as manobras das políticas governamentais, em geral, faziam valer como voz geral: “de que nada serve dividir a terra, se não se dispensar amparo ao pequeno proprietário”³⁶, ou seja, em nome do segundo passo, não se dava o primeiro, levando a concluir que: “... o principal efeito escamoteado do condicionamento da ‘divisão’ ao ‘amparo’, está em que esse último é impossível, praticamente, sem a divisão preliminar.”³⁷

Na verdade, o que ocorria era o desinteresse governamental em implementar a pequena propriedade e esse foi um dos fatos que contribuiu para intensificar a questão agrária na área da Amazônia Legal. Tome-se o caso dos habitantes das pequenas propriedades, nem sempre proprietários legais, muitas vezes, posseiros ou índios da região, que se viam expulsos de suas terras de origem por grileiros representantes das grandes empresas. Eram eles empurrados para outras áreas e, em seguida, vítimas de novos constrangimentos.

Por outro lado, os projetos governamentais de desenvolvimento e integração nacional, e a militarização da área referente à Amazônia Legal estimularam o grande capital, o que repercutiu profundamente na vida dos indígenas da região. O problema ficou mais acentuado com as migrações de posseiros e trabalhadores rurais para os cauchais ou para a exploração dos

³⁶ Idem, p.79.

³⁷ Ibidem, p.80.

castanhais, sem que fossem mais sazonais. Fato que gerou a problemática que Zilda Iogue³⁸ explicou como “duas frações das classes subalternas em conflito”, o que levou a destruição de ambas e a liberação de áreas anteriormente ocupadas, que passaram a ser alvo da especulação.

Ademais, essas migrações e a exploração econômica de certas áreas, a partir de 1960, reduziram as áreas de circulação dos indígenas, além de lhes colocar frente a novos segmentos sociais que significaram problemas graves para o seu dia-a-dia na floresta. O governo Médici optou pelo projeto de colonização, a fim de assentar as famílias de migrantes nas novas áreas abertas pela Transamazônica, mas o INCRA não ordenou essas ocupações previstas, uma vez que o interesse do Estado privilegiou a exploração dos minerais, da madeira e a especulação imobiliária.

Foi assim que no sudeste do Pará os migrantes promoveram a colonização espontânea, ocupando as terras devolutas nas matas do Tocantes e do Araguaia. Entretanto, os grandes especuladores, fazendeiros grileiros que disputavam essas terras para formar novos latifúndios, destruíram as áreas, que habitualmente significavam a base de sustentação dos indígenas e demais habitantes da floresta.³⁹

Os posseiros, embora pudessem legalmente transformarem-se em verdadeiros proprietários, continuaram, à margem da própria legislação, por faltar-lhes condições materiais e instruções técnicas para acessar às próprias instâncias do judiciário. Esta contradição, dentro do próprio Estado, de alguma forma, favoreceu às forças sociais mais conservadoras do país: os grandes empresários rurais, grandes concentradores de terras que, facilmente, recorriam ao Poder Judiciário para obterem títulos de propriedade, legalizarem grilagens ou as posses que os

³⁸ IOKOI, Zilda Grícole. Brasil: Igreja e Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 124.

³⁹ Idem, p.126.

movimentos sociais haviam reivindicado em nome daqueles que não poderiam ter acesso à terra, através da compra, e para quem a terra tinha um valor de trabalho. São fatos indicativos de que não podemos pensar sobre a questão agrária sem relacioná-la a alguma alternativa para o problema, como por exemplo:

Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomente, por medidas adequadas, o acesso da mesma população trabalhadora a propriedade fundiária. Esse seria o ponto fundamental da reforma agrária, pois com a sua realização se atingiria o essencial que a reforma tem em vista: a elevação do nível de vida da população rural. Na medida em que ela ascendesse à propriedade da terra, melhorariam suas condições de vida.⁴⁰

Logo, a modernização da agricultura não efetivou uma mudança estrutural no campo capaz de superar a questão agrária brasileira mantendo-a como problema central, mesmo após o golpe de Estado. A ênfase dada à política econômica priorizou o sentido geral do progresso técnico do capitalismo, ou seja, o de aumentar a oferta dos bens agrícolas através da produtividade do trabalho, potencializando a apropriação de mais-valia sobre cada trabalhador.

1.5 Política de modernização e a diversidade de formas de trabalho

A contrapartida desta política de modernização, levada ao campo, gerou um desemprego tecnológico que Francisco Grassiano Neto⁴¹ analisou como oriundo da substituição da força de

⁴⁰ PRADO JUNIOR, Caio. Ob. Cit.p.83.

⁴¹ GRAZIANO NETO, Francisco. A Questão Agrária – crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.33.

trabalho por novas técnicas de produção, típico mecanismo do sistema capitalista que gera a dispensa de uma série de trabalhadores, acarretando o ônus do agravamento das questões sociais. Aquela perspectiva contida no Estatuto da Terra de se realizar uma reforma agrária no País, assentada na redistribuição das terras, foi preterida em função do desenvolvimento de grandes propriedades que passaram à função de empresas rurais.

Essas empresas, que se caracterizaram por uma produção mais avançada, foram marco de modificação na composição e uso da mão de obra, sem corresponder a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da área da Amazônia Legal. Como demonstrativo de que modernização técnica não corresponde, obrigatoriamente, a uma humanização nas relações de produção, foram surgindo novas modalidades de trabalho. Um deles foi o “bóia fria” ou trabalhador volante, mas, o que se tornou mais comum na década de 1970, foi o “peão”, que na região, teve características específicas.

Recebendo um pagamento correspondente ao trabalho ou tarefa realizada, conseqüentemente, “acontece que o ‘bóia-fria’ trabalha exaustivamente, pois é a única perspectiva que tem para melhorar sua remuneração. Neste trabalho brutal ele envolve normalmente a mulher ou os filhos menores, que o ajudam a aumentar a produtividade do seu trabalho.”⁴²

As grandes empresas agropecuárias instaladas na chamada Amazônia Legal, após 1960, entretanto, deram destaque e disseminaram, por toda região, uma determinada forma de subordinação do trabalho que atingiu ao contingente mais numeroso dos seus trabalhadores, foram os chamados “peões” que, assim, estavam submetidos:

⁴² Idem, p.76.

Ao estudo desses três elementos (imobilização por dívida, remuneração por produção e intermediação) se acrescentaria, como fundamental para a compreensão da peonagem, pelo menos como se configura na atual fase de ocupação da Amazônia, a consideração da imobilização física através do confinamento espacial e da força armada acionada pelas empresas.⁴³

A forma de contrato que as grandes empresas agropecuárias estabeleceram com o contingente de mão-de-obra disponível, o submeteu a condições de vida bastante decadentes que Neide Esterici chegou a qualificar “como uma espécie de nova e espúria escravidão”⁴⁴. Não é possível concordar que lá houvesse um trabalho escravo pelo fato da autora se referir que havia, por parte do trabalhador, a perda do controle de sua força de trabalho através da instituição da dívida. Embora reconhecendo o nível cruel de exploração a que foram submetidos, a sua grande fragilidade passou, nos primeiros anos da década de 1960, pela ausência de uma legislação trabalhista no campo.

O grau de exploração do trabalho refletia aspectos do dito capitalismo selvagem, no qual prevalece, apenas, a perspectiva do lucro do empresário, sem nenhuma consideração pelos aspectos humanos que devem ser levados em conta nas relações de produção. É bem verdade que tal consideração se fazem valer nas sociedades em que o trabalhador se organiza, reivindica e passa a ser respeitado quando se formula e se põe em ação um aparato legal para protegê-lo. Em um período de ditadura, as formas de organização social eram reprimidas tanto no campo como na cidade e, no período analisado, embora já houvesse uma legislação trabalhista, desde 1963, o Golpe bloqueou o processo de expansão da cidadania, inclusive, os meios para reivindicar direitos trabalhistas e melhoria nas condições de vida.

⁴³ ESTERICI, Neide. “Peonagem na Amazônia” in *Dados*. Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, nº 20, 1979, p.124.

⁴⁴ Idem, p.123.

A própria autora para diferenciar sociologicamente “peões”, caracterizados como homens solteiros, dos “bóias-frias” como homens, mulheres e até toda a família, os separou em dois grupos sociais distintos para se referir ao primeiro, que vende apenas sua força de trabalho, e o segundo que pode chegar a vender a força de trabalho familiar. Já o escravo exerce um trabalho compulsório, no qual não lhe pertence, sequer, sua própria força de trabalho por estar na condição de mercadoria que pertence a outro.

A seguir uma linha de raciocínio de que a imobilização por dívida é uma forma de escravidão, mais adequado é dizer que houve sujeição ao trabalho, num ambiente social marcado pela exclusão ao acesso a terra, pelo trabalho não regido por normas trabalhistas e pela falta de esclarecimento e acesso à defesa própria.

Dentre os três tipos de dívida que o “peão” contrai com as empresas (abono, despesas de viagem e o fornecimento), foi o abono, segundo Esterci, o responsável pela imobilização do trabalhador ao contrair uma dívida, antes mesmo de realizar o próprio trabalho. Também aqui não há trabalho escravo, porque, ainda que pressionado por forças circunstanciais do mercado, não houve uma escolha involuntária do trabalhador que o levasse àquela opção.

Ademais o item fornecimento se refere à aquisição de ferramentas e utensílios que lhes eram necessários para o trabalho e, desta forma, tornavam-se donos de alguns meios de produção, o que os desqualifica da condição de escravo. Melhor explicando: “O escravo era, ele próprio, uma mercadoria de propriedade privada a quem era perpetuamente negada a posse dos meios de produção, o controle sobre seu trabalho e de sua própria reprodução. Isso não acontecia com o servo, com o peão, com o camponês da Sociedade Asiática”.⁴⁵

⁴⁵ BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p.132.

O mesmo também não aconteceu na Amazônia Legal, pois apesar de todas as arbitrariedades as quais tenham sido submetidos, os “peões” responderam por situações de trabalho, temporárias, uma espécie de trabalho não-livre, algo que pode ser compreendido no quadro da questão agrária. Ademais, o “peão” possuía uma família e ficava apartado dela para que esta conservasse alguma forma de acesso à terra, mantendo sua condição camponesa, embora, o período de 1964 a 1978 tenha sido marco da destruição das formas autônomas de organização, assim como das representações das classes subordinadas.

Conseqüentemente, foi surgindo uma diversidade de formas de trabalho que, podem ser compreendidas no âmbito do conceito de classes subalternas, que para Martins vai além do reducionismo relativo as duas classes principais existentes no sistema capitalista. “Isso fica claro se nos dermos conta de que cada uma das classes subalternas, e de coletividades tão amplas (...), tem contradições, conflitos, enfrentamentos e confrontos distintos⁴⁶(...). Desse modo, participam do sistema capitalista na condição de colonos, pequenos proprietários, posseiros e índios que perderam suas terras, como também os “bóias-frias” e os “peões”.

Eles se tornaram muitos e a função que ocuparam, no mercado de trabalho, extrapolou o mecanismo existente, desde os primórdios do capitalismo: o de formar uma reserva de mão-de-obra necessária, definida por José de Souza Martins⁴⁷ como “exclusão integrativa”. Na Amazônia Legal emergiram, no processo capitalista de modernização do campo e o autor os qualificou como excedentes populacionais “úteis”, dando destaque aos camponeses que “constituem uma espécie de grupo emblemático da condição subalterna”⁴⁸ e, ainda:

⁴⁶ MARTINS, José de Souza. Caminhada no Chão da Noite. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p.98.

⁴⁷ Idem, p.99.

⁴⁸ Ibidem, p.101.

Para não falar de casos mais dramáticos, como a da peonagem, a escravidão por débito, no Brasil, a que estão submetidos milhares de trabalhadores em diferentes regiões do país. Uma recriação contínua de relações sociais arcaicas juntamente com a progressiva criação de relações sociais cada vez mais modernas.⁴⁹

Embora, por um lado, o Estatuto da Terra tenha significado um conjunto de leis socialmente avançado, por outro, foi responsável pela promoção de mecanismos de intervenção estatal sobre qualquer forma de organização da categoria trabalhador, o que repercutiu também na formação da categoria de subalterno. Permitiu ainda um maior controle governamental sobre a organização dos pequenos proprietários, incidindo sobre as cooperativas e o movimento cooperativo.

O sindicalismo da CONTAG passou a ser totalmente controlado pelo Governo, além de outros setores sociais que foram mediados pela assistência social no sentido de implementar algumas prioridades do Estado. Estabeleceu-se, desse modo, uma relação vertical, de cima para baixo, do Estado sobre as classes subalternas ou sobre os trabalhadores, em geral. A postura intervencionista estatal, ainda assim, não conseguiu eliminar, no período analisado, a própria existência da luta dos excluídos da terra.

A questão agrária se intensificou porque deixara de ser uma questão relevante para o projeto modernizador da agricultura, cujo objetivo era integrar esse setor econômico ao novo conceito da agroindústria de insumos e processamento de matérias-primas. O Estado se imbuíu do papel de estabilizador entre as necessidades do mercado interno e o externo, além de gerador de infraestrutura em prol da expansão do setor. Seus fins alcançaram altos índices de produtividade e maior rentabilidade para o capital, em detrimento das necessidades humanas da maior parte da

⁴⁹ Ibidem, p. 100.

população rural da área que abrange a Amazônia Legal. Mas, apesar de todo aparato repressor e interventor do Estado, este não foi capaz de conter o descontentamento social rural, frente à política de modernização levada ao campo.

Os espaços de tensões se diversificaram de acordo com as demandas das diversas classes subalternas, que, em geral, passavam pelo conflito por terra ou para se manter na terra. Neste cenário social, em que pesou a vitória dos grandes proprietários rurais, o grito dos excluídos, dos miseráveis da terra foi, mais uma vez, disputado por várias lideranças sociais. Pelo relevante papel ocupado por um dado segmento da Igreja Católica junto ao movimento social rural, em uma área em que ocorriam inúmeros conflitos, mortes e assassinatos, o processo de inserção política deste segmento da Igreja será uma via importante para a compreensão dos desdobramentos sociais, decorrentes da questão agrária brasileira, a partir do caso da Amazônia Legal.

Faz-se importante para o desenvolvimento deste trabalho, levar em consideração dois aspectos historiográficos apontados por Zilda Iokoi⁵⁰: um bloco moderno e outro arcaico. O primeiro deles considera a questão camponesa fruto do atraso econômico e, portanto, necessitada de uma intervenção estatal que realize a reforma agrária para tirar o camponês da condição de arcaico ou atrasado. Para o segundo, a questão agrária e camponesa resultam de uma dada formação econômica e social que, no modo de produção capitalista, deflagra desigualdades de tempos históricos simultâneos, sobrepondo o valor da fábrica ao da economia camponesa.

Nesse último bloco situa-se a resistência camponesa, em função da perda da sua terra e o questionamento das classes subalternas acerca das desigualdades sociais existentes. Será visto que a participação de um segmento do clero brasileiro na luta pela terra na Amazônia Legal

⁵⁰ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit., p.14.

somou os seus esforços àqueles cuja reforma agrária poderia trazer-lhes uma opção de vida mais digna. Não se efetivando tal expectativa, este mesmo clero “progressista” passou a apoiar a resistência dos excluídos da terra, como forma de luta. Trajetória esta na qual a perspectiva dos analistas do moderno e do arcaico, passaram a conviver, simultaneamente, no dia-dia dos sem terra.

Capítulo 2- Camponeses - porta de entrada para a Igreja Católica viver a Teologia da Libertação

2.1 Do conformismo a propostas de transformações sociais

Para compreender como uma fração de religiosos católicos optou por lutar ao lado dos excluídos da terra, na área referente à Amazônia Legal, é preciso compreender que essa opção não foi isolada do contexto eclesial. Resultou, antes, de um processo reflexivo acompanhado de certas mudanças que se processaram na prática religiosa, a partir das orientações vindas da própria hierarquia da Igreja de Roma.

Este processo foi conduzido pelos seus “intelectuais orgânicos”⁵¹ que, com esmerada formação acadêmica ficam atentos aos principais movimentos da sociedade ocidental e, a cada tempo, produzem documentos que vem mediando a presença da Igreja no mundo terreno, em nome do espiritual. Portanto, embora falando sobre o campo metafísico, a Instituição indica valores morais normatizadores da ordem social e tornou-se, pela força de sua presença no mundo, uma referência de ordem cultural enraizada em muitas almas.

A Igreja foi protagonista da história ocidental, durante toda Idade Média - século V ao XV. Na Idade Moderna -do século XV ao XVIII- foi questionada pela ciência e viu alguns de seus dogmas serem contestados pela razão humana. Um exemplo disso é Galileu Galilei (1564-1642) que, ao completar a visão heliocêntrica de Copérnico, contrariou o princípio teocêntrico defendido pela alta hierarquia da Igreja. Outro foi Charles Darwin (1809-1882) em cuja obra Teoria da Evolução das Espécies atribuiu ao primata primitivo a qualidade de ascendente comum

⁵¹ PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.85. Portelli analisa o conceito gramsciano: “Os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes. (...) Esse vínculo é particularmente estreito, orgânico, quando o intelectual se origina da classe que representa (...) Tal situação não se reproduz, no caso das classes subalternas, que são obrigadas a ‘importar’ seus intelectuais...”

ao homem e aos macacos, desfazendo a idéia do paraíso de Adão e Eva. Ainda assim, não por acaso, a Igreja atravessou os tempos, chegou a Idade Contemporânea ocupando lugar de relevância no contexto histórico social.

Pela força de sua presença no mundo, é possível perceber que não foi a criação de uma doutrina social, na virada do século XIX para o XX, que fez a Igreja voltar-se para o campo social, desde sempre, espaço de sua pregação. Além de que o fenômeno “fé e política” também não se traduz em uma originalidade histórica dos precursores da Teologia da Libertação. Os meios pelos quais a Instituição se utiliza para permanecer inserida e valorizada no mundo coaduna pregações religiosas e opções políticas com as quais se afina, observa o mundo e produz seus documentos, formalizando princípios unificadores, normas e pensamentos condutores do seu próprio “rebanho”.

Deste modo, vem mantendo uma massa significativa da população ocidental, principalmente na América Latina, a ela atrelada, constituindo, coletivamente, uma força social por meio de valores espirituais assentados em uma identidade cristã. Por caminhos diversos, a Igreja vem se mantendo universal. Iokoi⁵² contextualiza que, no pós-Guerra, iniciou uma mudança no interior da instituição. As Igrejas da América Latina, estimuladas pelas as da Ásia e África, criadas num processo de expansão missionário mundial, romperam, em parte, com a dependência da Igreja européia. Entretanto, esse rompimento parcial será mais visível, socialmente, após o Concílio Vaticano II (1962-1965) e, sobretudo, após II Conferência Episcopal Latino-Americana, em Medellín, no ano de 1968.

Porém, a idéia de que “fora da Igreja não há salvação” começou a ser abalada na virada do século XIX para o XX, quando as massas operárias européias passaram a receber forte influência

⁵² IOKOI, Zilda G. Ob. Cit.,p.22.

do pensamento de Karl Heinrich Marx⁵³ (1818-1883) através da sua obra O Capital. Por meio desta, emergiu um método de análise científica do social, embasado nos princípios do materialismo histórico, descortinando as contradições de classe da sociedade e a exploração do homem pelo homem no sistema capitalista. Este método indicou como alternativa para a transformação social a criação de um partido político que promovesse o socialismo como pré-condição para se alcançar o comunismo e, deste modo, realizar-se-ia uma revolução social.

Também o surgimento da psicanálise como método científico de investigação do inconsciente ou lugar que diz respeito à subjetividade do sentimento humano, mexeu, há mais longo prazo, com a relação individual de dependência do leigo com o pároco. Esta descoberta de Sigmund Freud⁵⁴, na mesma virada de século, abriu novas possibilidades de auto-conhecimento e formas de se ouvir e interpretar o sofrimento humano por intermédio de um processo de conscientização do paciente acerca das origens dos problemas aflitivos, alojados no que Freud chamou alma humana. A alma em debate passou a ser compreendida pela ciência, criando uma diferenciação entre esta e aquela que, até então, esteve sob os cuidados monopolizados da Igreja e acalentada pelos princípios religiosos.

⁵³ GORENDER, Jacob. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. “Apresentação” in MARX, O Capital, Vol. 1, São Paulo: Editor Victor Civita, 1983, pp.VII, XXIV, XXV. “Em 1867, vinha à luz, na Alemanha, a primeira parte de uma obra intitulada O Capital. Karl Marx, viveu, então, um momento de plena euforia (...) – o de apresentar ao público, conquanto de maneira ainda parcial, o resultado de suas investigações no campo da Economia Política (...). Aquela altura, sua produção intelectual abrangia trabalhos de Filosofia, Teoria Social, Historiografia e também Economia Política. Quem já publicara *Miséria da Filosofia*, *Manifesto do Partido Comunista*, *A Luta de Classe em França*, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Para a Crítica da Economia Política*.

Obra de Economia Política e de Sociologia, O Capital também é obra de Historiografia. A tese de que o modo de produção capitalista tem existência histórica, de que nasceu de determinadas condições criadas pelo desenvolvimento social e de que criará, ele próprio, as condições para o seu desenvolvimento e substituição por um novo modo de produção (...).

Embora de maneira de todo inconveniente, O Capital se credencia como realização filosófica basilar.(...) Marx desenvolveu a metodologia do materialismo dialético e se situou, a justo título, a par com aqueles criadores de idéias que marcaram época no pensamento sobre o pensamento – de Aristóteles a Descartes, Bacon, Leibniz e Hegel.

⁵⁴ FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão e Mal estar na civilização in Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Editora Imago, fev. de 1975. Reflexões de Freud sobre religião e psicanálise podem ser encontradas nas obras citadas.

Estas evidências históricas fazem ver que não havia emergido nenhuma força social, como foi o caso do Movimento da Reforma, do século XVI, que fora do âmbito religioso, tivesse superado a hegemonia da Igreja Católica como formuladora de normas sociais e valores morais no mundo ocidental. Logo, ao ver-se confrontada com o avanço das Ciências Sociais, apontando uma perspectiva revolucionária para o proletariado, de pronto, a Instituição respondeu ao desafio político-econômico da conjuntura publicando a *Rerum Novarum*⁵⁵, em 1891.

Redigida pelo Papa Leão XIII, esta Encíclica tornou pública uma doutrina social da Igreja a partir do debate sobre as relações de trabalho no mundo capitalista. Na realidade, este não foi o primeiro documento em que a Instituição se preocupou com o social, uma vez ser sempre esse espaço o receptor de suas instruções. O documento citado, embora de caráter religioso, seguiu a idéia de que, a cada tempo, oportunizar-se-ia o pensamento da Igreja frente às novas demandas da sociedade.

No momento, emergia uma doutrina marxista que se fazia relacionada a um determinismo econômico ao qual estava submetido o homem diante do sistema capitalista. Através do método dialético aplicado à análise das classes sociais, sob a perspectiva do materialismo histórico, tornou-se possível responder, de modo diferente do teológico, sobre as origens das diferenças materiais entre os homens.

Esta doutrina teve grande repercussão social exigindo uma resposta da Igreja que se fez, igualmente, através da formulação de outra doutrina centrada no debate sobre os menos favorecidos, mudando sua visão teológica assentada no conformismo diante das adversidades da vida para emitir críticas e propor transformações sociais. Porém, a Instituição se posicionou

⁵⁵ *RERUM NOVARUM* – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 1965.

contrária à mudança do regime econômico capitalista vigente no mundo, e contra seu maior pressuposto, a propriedade privada.

Até ao advento da Teologia da Libertação, nos anos de 1960-70, a Igreja enquanto Instituição defendeu uma visão anti-comunista indicando que, no mundo do pós-Guerra, marcado pela Guerra Fria, ela estava alinhada ao bloco capitalista. Explicou que “entre os diversos caminhos que levam a uma justa regeneração social, não podemos escolher nem o do marxismo ateu, nem o da rebelião sistemática, nem muito menos o do derramamento do sangue e o da anarquia.”⁵⁶

Frente à força revolucionária que se expandia no mundo, a Instituição, através de seus documentos oficiais, foi saindo de uma posição radicalmente acrítica a todos os preceitos do sistema capitalista, passou por posições moderadas com ênfase nas propostas sociais mais humanizadas do mesmo sistema, chegando a formulações radicais, à esquerda, ou seja, propondo uma sociedade socialista. O Papa que bem expressou esta mudança da Igreja, afinada com princípios mais moderados frente ao conflito ideológico entre capitalistas e comunistas, foi João XXIII (1958-1963).

Através dele, a Igreja apresentou suas próprias críticas sociais e, para tanto, tomou para si algumas “armas” conceituais originárias do inimigo, ou seja, do materialismo histórico, que vinha dividindo a compreensão de mundo dos muitos fiéis católicos. Deste modo, a Instituição entrou na seara do grande debate social científico, refletindo sobre os mesmos conceitos, porém, os submetendo a um ponto de vista teológico e, deste modo, deu atualidade ao pensamento da Igreja.

⁵⁶ Conclusões da Conferência de Medellín , 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? – Texto Oficial, São Paulo: Paulinas, 1998, p.23.

O ponto de partida foi assumir que, doravante, “em face dos países subdesenvolvidos, a Igreja se apresenta tal como é e quer ser: a Igreja de todos e, particularmente, a Igreja dos pobres.”⁵⁷ Deste modo, a doutrina social da Igreja passou a focar, tal como a doutrina marxista, uma preocupação com os menos favorecidos da sociedade através de sua opção pelos pobres. Criou também um método de investigação social visando levar leigos e religiosos, igualmente, a uma *práxis* com a finalidade de superar a questão social, como nos mostra, a seguir:

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação, apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes, exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: *ver, julgar e agir*.⁵⁸

2.2 A Igreja diante da proposta desenvolvimentista

No Brasil, a radicalização política aumentava em relação à estrutura rural em Minas Gerais, Estado do Rio e em vários estados do nordeste. A organização do Congresso Nacional de Camponeses, em Belo Horizonte, em novembro de 1961, com presença de Francisco Julião⁵⁹ marcou o início de uma luta, que se tornou freqüente, entre posseiros com direito ao usucapião e

⁵⁷ “Igreja dos Pobres” in Mensagem proferida no Concílio Vaticano II, pelo Papa João XXIII, em 11 de setembro de 1962, p.682.

⁵⁸ *MATER ET MAGISTRA* – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João XXIII sobre a Evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã. São Paulo: Paulinas, 1962, p. 74.

⁵⁹ KELLER, Vilma e BENJAMIN, César. “JULIÃO, Francisco” in DHBB, pp. 1658-1661. Sobre Julião diz que, em 1940, montou um escritório de advocacia, em Recife e iniciou suas atividades como defensor de camponeses. Ele afirmava que a “grande revolução” em curso se limitava a “tirar o camponês da porta da delegacia para a porta do juiz” e sua atuação mais freqüente dizia respeito ao combate as prestações de trabalho como, por exemplo, o “cambão”, dentre outros. No ano de 1955, ele foi convidado a assumir a defesa jurídica dos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), primeira associação camponesa do estado organizada pelos moradores do engenho da Galiléia, situado no município de Vitória de Santo Antão. As associações camponesas formadas depois da SAPP tornaram-se conhecidas como Ligas Camponesas e o tiveram como líder.

especuladores que insistiam em expulsá-los de suas terras. Neste mesmo ano, o Papa João XXIII publicou a Encíclica *Mater Et Magistra* dedicando uma parte integral da mesma, à reflexão acerca dos problemas enfrentados pela agricultura no mundo, abordando o tema como um novo aspecto da questão social. Diz o documento:

... é incontestável que se dá um êxodo das populações rurais em direção aos centros urbanos. É um fato que se verifica em quase todos os países e, algumas vezes, atinge proporções enormes e cria problemas humanos complexos, difíceis de resolver (...). Mas, julgamos que não se pode duvidar de que este êxodo é também provocado pelo fato de ser o setor agrícola, quase em toda a parte, um setor deprimido, tanto no que diz respeito ao índice de produtividade da mão-de-obra, como pelo que se refere ao nível de vida das populações rurais.⁶⁰

Na tentativa de pensar soluções para o êxodo rural, em função do subdesenvolvimento da agricultura comparado ao crescimento da indústria, o Papa traçou algumas diretrizes para que a implementação do sistema econômico se processasse, porém, que fosse de modo gradual e harmônico. Ainda nessa mesma Encíclica, fez o seu alerta para os perigos do alto grau de modernização da lavoura, sem, entretanto, desenvolver o tema.

João XXIII atribuiu ao poder público o favorecimento à iniciativa privada por meio de uma política econômica hábil, no campo agrícola. Isso se daria através do regime especial de crédito, da previdência social, da defesa dos preços, do fomento das indústrias complementares e da modernização dos estabelecimentos. O acesso aos lavradores à taxa razoável de juros, permitiria a existência de empresas familiares. Nelas, a associação seria vital para o desenvolvimento de cooperativas e associações profissionais ou sindicais.

⁶⁰ *MATER ET MAGISTRA*. Ob. Cit., p.41.

Se por um lado, o documento valoriza o empenho do poder público como o agenciador do desenvolvimento agrícola, por outro, adverte que “os protagonistas do progresso econômico, social e da elevação cultural nos meios rurais fossem os próprios lavradores.”⁶¹. Desse modo, deu ênfase ao trabalho laborioso para o sucesso da empresa agrícola, respeitando, naturalmente, os limites necessários à manutenção do sistema capitalista. Para tanto, fez a seguinte advertência: “contudo, os lavradores como, aliás, os trabalhadores de qualquer outro setor produtivo, ao utilizarem suas multiformes organizações, devem conservar-se dentro da ordem moral e jurídica;...”⁶².

Foi, entretanto, na Carta Encíclica *Pacem in Terris*⁶³, produzida em 1963, que João XXIII indicou o tipo de Estado capitalista o qual a Igreja seria favorável. Propugnou que este deveria ser democrático e constitucional e que nele fosse possível relacionar aos direitos do homem “à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida: tais são especialmente o alimento, o vestuário, a moradia, o repouso, a assistência sanitária, os serviços sociais indispensáveis.”⁶⁴ Cabendo “ainda a dignidade da pessoa o direito de participar ativamente da vida pública, e de trazer assim a sua contribuição pessoal ao bem comum dos concidadãos”.⁶⁵

Ao relembrar as palavras de Pio XII (1939-1958), o Papa João XXIII enfatizou o direito inalienável do homem à segurança jurídica frente a qualquer impugnação arbitrária. Entretanto, o Estado continuaria sendo o agenciador da promoção humana social, garantindo ao cidadão, inclusive o direito de lutar por seus legítimos interesses, além de que, seria da competência pública promover um desenvolvimento econômico correspondente ao progresso social.

⁶¹ *MATER ET MAGISTRA*. Ob. Cit., p.47.

⁶² *Idem*, p.48.

⁶³ Carta Encíclica *PACEM IN TERRIS*. São Paulo: Paulinas, 1963.

⁶⁴ *Idem*, p.10.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 16/17.

Tudo indica que o Sumo Pontífice estava defendendo o modelo *Welfare state* ou Estado do Bem Estar Social constituído por meio do fundo público, a partir da mudança do papel do Estado frente ao capitalismo contemporâneo, datado a partir do “impacto da Grande Crise de 1929/33 e as necessidades da reconstrução europeia do imediato pós-2ª Guerra. Realidades que exigiram a redefinição dos fundamentos da economia clássica e do próprio papel da política nas sociedades capitalistas ocidentais.”⁶⁶.

Este modelo de Estado se expandiu em alguns países capitalistas centrais que buscavam construir sociedades mais humanizadas, em resposta ao conflito ideológico de maior proporção num ambiente mundial de Guerra Fria. O confronto entre socialistas e comunistas, por um lado, e capitalistas por outro, expressou contradições entre a supremacia das necessidades humanas *versus* as necessidades do capital, idéia que o Estado social democrata desenvolvido em países europeus, procurou equacionar.

Entretanto, contradições forjavam-se no interior da Igreja, no Brasil, a partir da criação da CNBB, em 1952 e do CELAM. Alfredo Wagner Berno de Almeida⁶⁷ entende que esses eventos não marcaram uma ruptura continental da Igreja Católica, mas redirecionaram linhas de força atreladas a doutrina social católica. “Foi esse novo espaço conquistado institucionalmente o que permitiu a formulação de uma ‘teologia da libertação’”⁶⁸, trazendo novas propostas a serem seguidas.

No início de 1960, o setor conservador da Igreja considerava João Goulart condescendente com os comunistas. “Entretanto, havia também bases filosóficas claras na sua oposição, já que

⁶⁶ HONORATO, César. “No Rio, Conflito entre capitalistas” in *Revista Memória*. São Paulo: ELETROPAULO, ano III, nº 7, abril/maio/junho de 1990, p.16.

⁶⁷ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Conflito e Mediação – Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Vol. Rio de Janeiro, PPGA Social / UFRJ, 1993, p.28, (Tese).

⁶⁸ *Idem*, pp,28/29.

responsabilizava o proselitismo ateu e comunista como obstáculo à realização da ‘Palavra de Deus’ e da manutenção da família.”⁶⁹ Para Iokoi, o setor progressista, embora, criticando os privilégios da hierarquia da Igreja, também criticava os defensores da revolução proletária.

O grupo mais radical foi em defesa do “Welfare State” como proposta importada para solucionar os problemas internos do país, uma fórmula capaz de promover a paz e a justiça social de acordo com estudos feitos em 1962, segundo Iokoi⁷⁰. Acrescentou a autora que do ponto de vista da Igreja melhor seria seguir o modelo da Itália e Holanda ao de Cuba, argumentavam as lideranças.

Porém, se o Papa João XXIII apostou neste tipo de Estado para as sociedades capitalistas, de um modo geral e pôde assistir ao insucesso deste modelo na América Latina porque, aqui, não houve uma política de inclusão social, mesmo naqueles países que atingiram taxas de crescimento econômico e níveis de modernização como o Brasil, a Argentina, o México e o Chile.

Logo, comparando-se o *Welfare state* ou Estado do Bem Estar Social implantado nas democracias capitalistas centrais com os latino-americanos não poderíamos deixar de caracterizar estes, como Estados de Mal Estar Social pelo caráter incompleto que apresentam, pela manutenção da exclusão e pela má qualidade dos poucos serviços sociais que apresenta.⁷¹

Uma vez que a Carta *Pacem in Terris* apontava para um modelo de Estado onde a sociedade civil fosse devidamente respeitada nas suas necessidades vitais, criticou à desproporção entre as

⁶⁹ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit., p. 29.

⁷⁰ Idem, p.30.

⁷¹ Ibidem, p.15.

grandes propriedades cultiváveis espalhadas no mundo e o número de habitantes nela contido. Foi no ano de sua publicação, no Brasil que estava sendo extinto um parlamentarismo e, João Goulart alcançara a presidência do Brasil com pleno poder executivo.

Nomeou o economista Celso Furtado⁷² para ocupar a pasta de Ministro do Planejamento que, nessa função, foi um dos mentores de um plano de desenvolvimento econômico nacional baseado em estudos da CEPAL. Justo, neste momento, a esquerda cobrava uma mudança radical nas estruturas do país, ao passo que a Igreja Católica, embora não afinada com as idéias mais radicais, concordava que se fazia necessário modificar a estrutura arcaica do País, manifesta na agricultura e na educação, conforme orientações vindas de João XXIII.

Berno de Almeida⁷³ explica que a CEPAL formulou, nos anos de 1950, a ideologia do desenvolvimento e recebeu, para tanto, incentivo de muitos organismos internacionais como: a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Aliança para o Progresso, além do apoio dos movimentos populistas. Os seus ideólogos acreditavam que alguns países da América Latina estariam em condições de fazer uma “decolagem para o crescimento auto-sustentado” –terminologia de Rostow-, caminho percorrido pelas sociedades modernas centrais.

⁷² KELLER, Vilma e ARAÚJO, Emanuel. “FURTADO, Celso” in DHBB, pp.1414-1417. Formou-se em advogado, exerceu a função de técnico da administração do Departamento Administrativo do serviço Público (DASP), onde permaneceu até 1946, e teve artigos publicados na *Revista do Serviço Público*. Em 1949 passou a integrar a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) – órgão regional da ONU, criado em 1948 com sede em Santiago, Chile -, ocupando a chefia da Divisão de desenvolvimento econômico. De 1950 em diante, participou das conferências realizadas pela CEPAL em diversos países, defendendo a teoria que propunha o desenvolvimento para a América Latina através de transformações da estrutura econômica, tais como a reforma agrária e mudanças nas relações de comércio exterior.. Sustentava também que o desenvolvimento deveria apoiar-se na industrialização nacional, colocando-se numa posição antimonetarista. Em 1959 foi nomeado superintendente da SUDENE, tendo João Goulart como vice-presidente de Jânio Quadros instituiu o sistema de incentivos fiscais, que deveria canalizar recursos para obras prioritárias no NE. No governo Goulart, na função de Ministro do Planejamento, criou o Plano Trienal executado sob a sua direção e a de San Tiago Dantas que ocupou a pasta da Fazenda.

⁷³ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Ob. Cit., pp.39/40.

Os países de “periferia” deveriam, portanto, superar o “crescimento para fora” baseado na exportação de matérias-primas e importação dos manufaturados e evoluir para “desenvolvimento para dentro”: industrialização, substituição das importações e ampliação do mercado interno. Para tanto, era preciso vencer os obstáculos dos “setores tradicionais” através da intervenção estatal a fim de superar os graves problemas sociais.

No governo Goulart foi criado o Programa San Thiago Dantas⁷⁴-Celso Furtado que fundamentou o Plano Trienal oriundo da tese central da CEPAL. “Este documento, escrito, principalmente, por Celso Furtado, em fins de 1962, esboçava um grupo de objetivos baseados em uma análise do crescimento econômico do pós-guerra do Brasil, e do evidente impasse a que o país havia chegado em 1962.”⁷⁵

Skidmore⁷⁶ elucida que o Plano Trienal pretendia reduzir a inflação em três anos, mantendo um índice de crescimento real na base de 7% e, ao mesmo tempo, pretendia implementar reformas educacionais, agrárias e administrativas, atendendo, deste modo, os anseios de Goulart que proclamava por “reformas estruturais” para o País. O presidente insistia em modificar o sistema fiscal e a estrutura agrária, o que necessitaria, para tanto, de uma emenda na Constituição de 1946, na qual a desapropriação da terra estava vinculada ao pagamento prévio, em dinheiro.

⁷⁴ KELLER, Vilma e BENJAMIN, César. “DANTAS, San Tiago” in DHBB, pp.1052-1056. Formou-se em Direito, em 1932. Participou do movimento integralista na mesma década. Em 1945, trabalhou no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), órgão ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Atuou como assessor de Vargas durante os estudos preparatórios do anteprojeto de criação da Petrobrás. Em 1961, no governo Goulart, passou a ocupar o Ministério das Relações Exteriores e reatou as relações do Brasil com a União Soviética interrompidas, desde 1947. Em 1962 foi reeleito deputado federal pelo PTB. Em 1963, Goulart formou um Gabinete com San Tiago Dantas na pasta da Fazenda, comprometendo-se com um programa de austeridade econômica baseado nas diretrizes traçadas, em fins de 1962, pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, de autoria de Celso Furtado, ministro extraordinário para o Planejamento do novo Gabinete.

⁷⁵ SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 288.

⁷⁶ Idem, pp.288-289.

O Programa previa a reforma agrária como meio eficaz para atacar um arcaico sistema de propriedade rural que vinha impedindo o aumento da produção agrícola e a expansão da economia financeira, ou seja, a criação de um mercado para os bens manufaturados. Esse sistema gerava um “engarramento” no processo de desenvolvimento econômico. Através da reforma agrária e fiscal apostavam em uma melhor distribuição dos lucros “anti-sociais” obtidos pelos setores mais ricos da sociedade e, por último, buscar-se-ia alterar o equilíbrio político através da inclusão do voto dos analfabetos ou programas de alfabetização de massa.

Porém, o tema da reforma agrária polarizou a opinião pública enquanto San Tiago Dantas e Celso Furtado estavam ocupando pastas ministeriais, pois estava relacionado às “reformas de base” previsto no Plano Trienal. Goulart, de acordo com sua política populista⁷⁷, acreditava que o projeto de reforma agrária o aproximaria das “forças populares” e, agradaria aos críticos de esquerda. Sendo assim, apresentou ao Congresso uma lei de reforma agrária em que a indenização seria através de apólices do Governo e não em moeda corrente, o que poderia ser viabilizado através de uma emenda no Artigo 141 da Constituição.

Segue o que interessa desse artigo inserido na Constituição Federal:

⁷⁷SAES, Décio. República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Bomtempo, 2001, p.77. Segundo o autor “a personalização da política – ou o que poderíamos chamar “populismo *lato senso*” – é, portanto, um processo regular e nada extraordinário nas sociedades capitalistas, avançadas (como os Estados Unidos) ou periféricas (como os países da América Latina). Mas um segundo fenômeno político, analiticamente distinto do primeiro, tem sido corretamente qualificado como uma manifestação do populismo. Nos processos latino-americanos de transição para o capitalismo, o Estado, representado por um líder, teria substituído a organização político-partidário independente das classes trabalhadoras na luta pela redistribuição da riqueza nacional a favor dessas classes. E deveriam ser definidas como populistas, nesse caso, tanto a postura do Estado diante das massas como a prática política da liderança estatal. É nesse sentido específico que os analistas detectaram a exigência de um populismo latino-americano no período que se estende, *grosso modo*, de 1930 a meados da década de 1960.”

Capítulo II – Dos Direitos e das Garantias Individuais

Art. 141 – A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§ 16 – É garantido o direito de propriedade, salvo de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.⁷⁸

Prossegue Skidmore dizendo que a lei da reforma agrária encontrou reação na Câmara dos Deputados, cuja composição contava com boa parte dos proprietários de terras representados na Ação Democrática Parlamentar, formada pela União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Na realidade, os lavradores e trabalhadores rurais eram impedidos de escolher seus representantes, pois muitos eram analfabetos, não tinham, portanto, direito ao voto.

Fato é que o tema da reforma agrária dividiu a Instituição Igreja, deixando transparecer que a mesma não era um bloco monolítico de idéias. A ala “progressista” era favorável a uma política populista e apoiou a proposta de reforma. Em contrapartida, a política populista de Goulart mobilizou as massas, fato que ameaçou a Igreja conservadora, uma vez que a mesma confundia aquela mobilização popular com uma proposta de cunho revolucionário comunista e, por isso, reagiu à reforma.

⁷⁸ Constituição Federal de 1946.

Acabou que o projeto-de-lei apresentado ao Congresso para se efetivar uma reforma agrária foi rejeitado pela Comissão da Câmara dos Deputados, entretanto, o mundo rural manteve-se mobilizado.

No interior, o crescimento das Ligas Camponesas e as invasões de terra cada vez mais frequentes indicavam o despertar do setor agrário atrasado. A controvérsia em torno da lei de reforma agrária acendeu o ânimo dos organizadores da revolta agrária, que se constituíam tanto de esquerdistas radicais como centristas de espírito reformista, como o clero progressista do Nordeste.⁷⁹

O que Skdmore chamou de “revolta agrária” referia-se a uma nomenclatura utilizada pelos militares para interpretar o movimento das Ligas Camponesas, associando-o a uma revolução agrária comunista que estaria em andamento. Na verdade, esta “revolta” traduzia-se nas diversas formas de lutas legítimas pela terra ocorridas em muitas regiões do Brasil. Cada uma delas, segundo suas lideranças, tinha uma proposta de luta para o campo brasileiro. As principais lideranças estavam associadas, distintamente, às Ligas Camponesas, ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – o qual o autor, provavelmente, se referiu relacionando-o aos “esquerdistas radicais”, além da participação de uma fração da Igreja Católica, ou seja, os “progressistas”, objeto a ser investigado nesta dissertação.

A inquietação da Igreja com a chegada de comunistas no campo brasileiro, o desconforto em relação a idéia de que viessem a organizar os movimentos sociais rurais, marcou o início da preocupação da Igreja Católica com a problemática rural brasileira. Reagindo a essa presença ameaçadora, no ano de 1950, a Igreja redigiu e publicou a Carta Pastoral de Dom Inocêncio

⁷⁹ SKDIMORE, Thomas. Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 - 1964). Ob. Cit. p. 309.

Elgelker⁸⁰, bispo de Minas Gerais, marco histórico da preocupação inicial da Igreja em relação ao mundo rural brasileiro. Nesta, a Igreja, claramente, se posicionou diante dos fazendeiros ou “patrões cristãos”, com uma *performance*, a mais conservadora, chamando a atenção para o fato de que Pio XI afirmara ter sido o maior escândalo do século XIX - a Igreja perder a massa operária - e agora, portanto, não poderia perder o operariado rural para os “agitadores” que estavam chegando ao campo.

“A principal consequência imediata da investida comunista no campo foi a mobilização da Igreja Católica numa ampla cruzada de conscientização e organização sindical dos trabalhadores rurais.”⁸¹ A partir do posicionamento dos bispos do nordeste, a Instituição passou a apoiar o modelo desenvolvimentista e modernizador de Juscelino Kubitschek (1955-60), cujo partido político do qual fazia parte, o PSD, era representante legítimo das grandes oligarquias regionais. Porém, a Igreja considerava injusta a forma como a terra era dividida por não atender às regras do bem comum e da justiça social. Estabeleceu, portanto, uma diferença entre terra e capital e supôs que o desenvolvimento capitalista traria progresso material favorável à promoção humana.

... os documentos episcopais ainda indicam que para os bispos o desenvolvimento econômico, e claramente desenvolvimento capitalista, orientando-se no sentido de justa distribuição de riqueza, resolveria o problema da miséria rural e, conseqüentemente, suprimiria a possibilidade do proselitismo e da expansão comunista entre os camponeses. É justamente neste sentido que o golpe de Estado, de 31 de março de 1964, foi acolhido pela Igreja.⁸²

⁸⁰ ELGELKE, Dom Inocêncio. Ob. Cit.

⁸¹ MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. Ob.Cit., pp.66/67.

⁸² Idem, p.110.

As políticas desenvolvimentistas acabaram por se mostrar inaptas a partir de algumas de suas teses essenciais. Primeiro, abordou a realidade latino-americana por meio de um modelo externo, depois, acreditou que a pobreza poderia ser vencida com a industrialização e, por último, manteve-se presa a uma ótica economicista, esquecendo-se da dimensão política do processo.

2.3 Teologia da Libertação – novas linhas de força da doutrina social da Igreja

Com o decorrer do tempo, a Igreja Católica da América Latina percebeu que a proposta desenvolvimentista era altamente economicista e modernizante, promovida por organismos internacionais tais como: ONU, OEA, BID, FMI e fora, cuidadosamente, implantada de forma a não ferir os interesses dos representantes econômicos destes organismos. Em sua crítica a este modelo Gustavo Gutiérrez⁸³ afirma que: “desenvolvimentismo passou assim a ser sinônimo de reformismo e modernização.”⁸⁴ A “teoria da dependência” surgiu, posteriormente, e com uma perspectiva mais original e a ela se aproximou os teólogos “progressistas”.

Na década de 1960, segundo Gutiérrez, deu-se a consciência, nos países pobres, de que o subdesenvolvimento era decorrente do que se passava com os países desenvolvidos, gerando uma situação de conflito, cuja perspectiva de desenvolvimento passou a ser outra. Fazia-se necessário atacar as causas do subdesenvolvimento, o que implicaria mexer em fatores de ordem econômico, social, político e cultural. Desse modo, o termo libertação, então, alcançaria um entendimento mais humano tornando-se razão política. Sob esta perspectiva, o teólogo da libertação expôs a necessidade de romper radicalmente com o modelo desenvolvimentista

⁸³ Teólogo peruano, o primeiro a formular, teoricamente, a Teologia da Libertação, no ano de 1971, através da publicação abaixo citada.

⁸⁴ GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação. Tradução de Jorge Soares, Petrópolis: Vozes, 1976, p. 33.

vigente nos países pobres e proclamou uma teoria da revolução socialista para a América Latina, apontando como referência J. C. Mariátegui. Para tanto, expõe Gutiérrez:

Tentar melhorias dentro da ordem atual era pouco eficiente. (...) Só uma quebra radical do presente estado de coisas, uma transformação profunda do sistema de propriedade, o acesso ao poder da classe explorada, uma revolução social que rompa com tal dependência, pode permitir acesso a uma sociedade diferente, a uma sociedade socialista. Ou, pelo menos fazer com que esta seja possível.”⁸⁵

Como entender duas posições, tão radicalmente opostas, dentro da mesma Igreja? Uma expressa por um importante intelectual orgânico da Igreja, Gustavo Gutiérrez, e a outra conservadora, e que nos anos iniciais da década de 1960, predominou no clero brasileiro, levando-o a apoiar o golpe de Estado.

As fontes históricas deixam transparecer que este apoio dado pela hierarquia da Igreja Católica brasileira ao golpe foi motivado por um espírito anti-comunista que, como foi comentado anteriormente, refletia a limitada visão tanto dos militares, quanto da Igreja conservadora, ao confundir movimento das massas populistas com o movimento das massas em direção a um processo revolucionário.

Qualquer mobilização popular de cunho humanista e social, no período de Guerra Fria, era, de pronto, interpretada, temerariamente, como uma sendo uma revolução comunista em andamento. Em nome desse anti-comunismo, as forças conservadoras tanto da sociedade civil como da sociedade política, acabaram perseguindo, em maior proporção, os movimentos de caráter populista que predominavam no período anterior ao golpe de estado de 1964.

⁸⁵ Idem, pp.33/34.

Sob esta perspectiva equivocada, a Igreja apoiou o golpe, porém, quando uma minoria do clero, representante da ala “progressista da Igreja”, reagiu a política desenvolvimentista, passou, então, a ser vítima do regime político. O desenrolar histórico da ala “progressista” explicará o objeto desta pesquisa, ou seja: a relação entre uma fração de clero brasileiro na luta pela terra no Brasil, na década de 1970, na área correspondente a Amazônia Legal.

Nessa década de 1970, a ala “progressista”, embora minoria do clero brasileiro, teve sua *práxis* no mundo rural incentivada por certos indicativos vindos de Roma e, sobretudo, de Medellín. Por meio da sua vivência no campo, os “progressistas” tornaram-se um dos principais mediadores entre os interesses dos excluídos da terra e o Estado. Deste modo, negando as ações de um Estado opressor, essa fração do clero, pela primeira vez, questionou a importância governamental como condutora de políticas que trouxessem soluções para a questão agrária.

Procurou, portanto, ocupar mais espaço, dando maior sentido ao papel político da Igreja como intermediária dos anseios sociais do mundo rural. Não mais se pôs ao lado do Estado, apoiando e apostando nas suas políticas, mas sim, passou para o lado dos excluídos, tornando-se legítima defensora de seus interesses frente às políticas governamentais.

Esse grupo “progressista” da Igreja agiu sobre as áreas de conflito da Amazônia Legal, o que repercutiu diretamente na realização de uma nova teologia, já anunciada, mas até então não vivida. Embora a Igreja, como Instituição, tenha desfrutado de uma posição privilegiada frente ao regime militar e, por isso, muitos movimentos sociais vieram se abrigar em seu interior, ainda assim, religiosos engajados nas lutas sociais, sofreram as consequências do regime repressivo passando por torturas e, em alguns casos, perdendo suas vidas. “A repressão contra os católicos

que desenvolviam um trabalho educativo e conscientizador entre camponeses e trabalhadores rurais, ocorreu apesar do apoio da Igreja ao golpe militar de 1964 ...”⁸⁶.

Na década de 1960 ocorriam transformações no “chão eclesiológico”, uma vez que a Igreja romana percebia que a teologia clássica entrava em crise. Fato que implicou em questionamentos acerca da sua prática social e litúrgica. Suas propostas foram avaliadas pelos bispos da América Latina, que para além de mudanças teóricas, propuseram a criação de uma teologia da *práxis* ou da libertação.

Essa reordenação tem múltiplos sentidos, quais sejam, os de recuperar a dinâmica da Igreja em sua relação com os diferentes níveis da prática religiosa: a criação da teologia que respondesse às necessidades locais e desse corpo doutrinário à nova prática; (...) busca de reconhecimento que colocasse a visão total do homem em seu conteúdo econômico, político, cultural e religioso; formação de quadros que tenham a liberdade de oposição e de realização dentro da Igreja; a recuperação do sentido da comunidade responsável e crítica às instituições em abstrato partindo da crítica de si mesma....⁸⁷

Entretanto, a atuação de alguns padres e bispos, por vezes aqui, foi além do que fora proposto por grupos de intelectuais orgânicos da hierarquia da Instituição romana. Portanto, alguns dos teólogos da libertação, tal como Leonardo Boff ao escrever Igreja Carisma e Poder, em 1981, foram obrigados a ir a Roma prestar depoimentos ao “ ‘Santo Ofício’ sobre o conteúdo dessa

⁸⁶ MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit. p.119.

⁸⁷ IOKOI, Zilda, G. Ob. Cit., pp.24/25.

teologia que contrariava formalmente os ideólogos do Vaticano. Boff, por exemplo, foi condenado ao silêncio pela “*Inquisição*”⁸⁸ ou “Instruções” Romanas.

Justamente, numa relação dialética entre o que fora anunciado, sobretudo nos anos de 1960, pela hierarquia e o que fora vivido por certos religiosos junto às bases, especialmente, na região da Amazônia Legal, é que se consubstanciou uma nova teologia que passara a ser vista como revolucionária, a partir de sua aplicação fundamentada em uma filosofia da *práxis*. Aquilo que fora anunciado, teoricamente, pelos teólogos da libertação emergiu reformulado e reformulando teorias eclesiais. Além da relação dialética entre o anunciado pela hierarquia e a prática de alguns padres e bispos vivida, no Brasil, deu-se também uma relação complementar de interesses entre os últimos e as bases do mundo rural, durante o processo decorrido na década de 1970.

Os setores sociais nos quais o trabalho da Igreja, influenciado pelo “clero progressista do episcopado”, era mais significativo, isto é, no campo e nas escolas, não foram setores somente escolhidos preliminarmente como áreas a serem defendidas. A ação dos católicos nesses setores (nessas zonas sociais) se deu porque tais setores começaram a se mobilizar na defesa de seus interesses e por transformações nas estruturas do país. Foi essa mobilização que possibilitou a ação da Igreja e que, de certa forma, a solicitou.⁸⁹

Entretanto, é indiscutível que a força da hierarquia da Instituição se fez presente em cada momento de transformação do dito “chão eclesiológico”, ou melhor, abriu pressupostos para que certos padres e bispos pudessem viver uma prática social religiosa e política do tipo “engajada”

⁸⁸ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Ob. Cit., pp. 47/48.

⁸⁹ LIMA, Luis Gonzaga de Souza. Evolução Política dos Católicos e da Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979, p.33.

socialmente, que, não por acaso, destacou-se junto ao movimento social rural, na Amazônia Legal, dos anos de 1970. Na verdade, o que fora anunciado pela hierarquia religiosa da América Latina, através da II Conferência Geral do Episcopado, em Medellín, Colômbia, em 1968, na verdade, expressou exigências vindas do Vaticano.

Esta religiosidade, mais do tipo cósmico, em que Deus é resposta a todas as incógnitas e necessidades do homem, pode entrar em crise e, de fato, já começou a entrar com o conhecimento científico do mundo que nos rodeia. Antes esta religiosidade se apresenta à Igreja um dilema: ou continua a ser Igreja universal ou converte-se em seita e, portanto, não os incorpora a si os homens que se expressam sob este tipo de religiosidade.⁹⁰

Ou melhor, em um momento histórico em que a Igreja perdia fiéis, ela voltou o seu olhar para o continente latino-americano, onde uma grande massa da população ainda vivia uma religiosidade do tipo popular. Algumas propostas elaboradas tanto em Roma, quanto em Medellín foram chave para se abrir nova possibilidade de inserção da Igreja, junto aos operários e subalternos rurais e urbanos, sobretudo, na América Latina. Foi, claramente, indicado “procurar a formação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos.”⁹¹

Sobretudo, nos interessa as CEBs que surgiram na Amazônia Legal, pois a partir do trabalho pastoral que desenvolveram, nasceu uma Comissão específica para tratar de assuntos relativos a terra, a CPT, fundada em 1975. Procurando falar aos oprimidos, a Igreja os convocou a tomar as rédeas do seu próprio destino e comprometeu-se a apoiá-los em suas reivindicações. Em

⁹⁰ Conclusões da Conferência de Medellín – 1968... Ob. Cit. , p.110.

⁹¹ Idem, p.115.

Medellín, fora aprovada uma linha pastoral de incentivo ao povo para que o mesmo criasse e desenvolvesse as suas próprias organizações de base.

Também foi relevante a importância de alguns pedagogos junto a Igreja, com destaque para o método de Educação Paulo Freire no trabalho de conscientização política entre operários e classes subalternas. Através deste dois elementos: CEBs e educação de base poderemos explicar como se deu a inserção de certos religiosos no mundo rural, levando-os a praticar uma nova teologia, a da Libertação, que se tornou, de fato, realidade a partir da vivência concreta de alguns destes religiosos, na Amazônia Legal, justamente na luta pela terra.

2.4 Os braços da ação política dos católicos

O desenrolar da luta do mundo rural contando com a participação de padres e bispos, no Brasil, decorreu, indiscutivelmente, das demandas da Instituição haja visto que, em 1965, através da *Gaudium Et Spes*⁹², Paulo VI reconhecia que a Igreja estava perdendo espaço no mundo modernizado, dito “mundo de hoje”, onde a propagação do ateísmo era crescente. Para que a Igreja voltasse a ocupar uma posição de destaque na chamada “nova era da história humana” os teólogos voltariam seus olhares para este homem, fruto do mundo moderno e, a ele comunicaria a doutrina social da Igreja objetivando torná-lo protagonista de toda vida social e econômica.

Tratava-se de um novo momento anunciado pela hierarquia eclesial, através do qual, a Igreja queria se aproximar deste homem moderno, cheio de contradições e formas de organização. Um canal encontrado foi proposto por Paulo VI reafirmando a função social da propriedade, já

⁹² *GAUDIUM ET SPES*. Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de Hoje. São Paulo: Paulinas, 1966.

anunciada pela Igreja, desde Leão XIII, na *Rerum Novarum*⁹³, endossada na Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João XXIII – *Mater Et Magistra*⁹⁴ e, incorporada ao Estatuto da Terra⁹⁵, em 1964, como se extrai da leitura do § 2º do Art. 2º, do referido Estatuto (Lei nº 4.504/64), o qual dispõe:

Art. 2º - É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

(...)

§ 2º - É dever do poder público:

a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

§3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam...

O Art. 2º abriu precedente às reivindicações dos movimentos sociais rurais cujo pressuposto pode ser encontrado no pensamento contido na *Gaudium Spes*, onde há ênfase de que “aquele,

⁹³ Ob. Cit., p. 114.

⁹⁴ Ob. Cit. p. 38.

⁹⁵ Ob. Cit.

porém, que se encontra em extrema necessidade, tem direito a tomar, dos bens dos outros, o que necessita.”⁹⁶

A Igreja para resgatar seus fiéis foi de encontro aos menos favorecidos de uma parte do mundo afirmando sua opção pelos pobres. Isso foi incentivado pela publicação da *Populorum Progressio*⁹⁷, em 1967, na qual consta que “a violenta inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países em via de industrialização, atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua imerecida miséria.”⁹⁸

Nessa Carta Encíclica, os bispos da América Latina foram incentivados a convocar a II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, em Medellín, na Colômbia, em 1968, onde foi assumido que a fé, no “mundo de hoje” estava ameaçada pelas correntes subversivas em proporções crescentes. Foi sugerido, então, que houvesse justiça e colaboração sob a forma de um humanismo iluminado pelo Evangelho para que, desta forma, houvesse paz entre as classes sociais, acrescentando que:

A América Latina apresenta uma sociedade em movimento, sujeita a transformações rápidas e profundas. Isto repercute na Igreja e exige dela uma tomada de posição. A Igreja latino-americana deve exprimir seu testemunho a seu serviço neste continente, que enfrenta problemas angustiosos como os da integração, desenvolvimento, profundas mudanças e misérias.⁹⁹

⁹⁶ Ob. Cit, p.97.

⁹⁷ *POPULORUM PROGRESSIO* Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: Paulinas, 1990.

⁹⁸ Idem, p. 13.

⁹⁹ Conclusões da Conferência de Medellín: 1968 ... Ob. Cit., p. 182.

A América Latina se destacava pela grande religiosidade popular mantida, sobretudo, no seio das massas camponesas, constatação que faz ver a relevância de Medellín para a Igreja. Era um grande “rebanho”, o latino-americano, que fora constituído, segundo Paulo VI, nos tempos de Conquista e que se mantivera através da Pastoral de Conservação. Esta, durante muito tempo, foi capaz de atender às estruturas sociais que respeitavam as estruturas religiosas e, por conseguinte, aquelas garantiam que os valores sociais ficassem impregnados dos valores cristãos, que eram transmitidos pela tradição.

Porém, a realidade dos anos de 1960 correspondeu ao desenvolvimento da ciência, colocando em cheque a religiosidade e a idéia de que Deus era resposta para todas as incógnitas. Na busca para manter a Instituição viva e a hierarquia, o Vaticano põe um desafio nas mãos dos bispos da América Latina, uma vez que neste continente havia uma grande massa de católicos, principalmente no mundo rural, muito negligenciada em seu aspecto sócio-econômico. Houve, inclusive, um compartilhar da crise da fé com outros teólogos do âmbito protestante, a partir de 1968, pela larga experiência dos mesmos, vividos na África e Ásia.

Os bispos, em Medellín, analisaram a situação do continente, não sob o prisma dos países centrais, antes se começava a adotar o ponto de vista dos povos periféricos com suas angústias e aspirações. Traçaram uma linha pedagógica pastoral que assegurasse uma reevangelização apta às necessidades do homem moderno que, portanto, deveria atender a sua dimensão pessoal e comunitária. Foram, então, criadas as chamadas comunidades eclesiais de base nas paróquias, especialmente, nas zonas rurais ou entre os marginalizados urbanos.

Buscava-se efetivar uma evangelização relacionada com “os sinais dos tempos”, contando não somente com o trabalho dos sacerdotes como também dos leigos que, deveriam, além de identificar os problemas da América Latina, buscar soluções para os mesmos, em especial,

fazendo um estudo para se efetivar uma reforma agrária. “A II Conferência Episcopal não quer deixar de expressar sua preocupação pastoral pelo amplo setor camponês, que embora compreendido implicitamente em tudo o que fora dito requer, por suas características especiais, uma atenção imediata.”¹⁰⁰

Para Paulo VI, a consciência entre os camponeses já se ampliara e tenderia a aumentar através da educação de base e a alfabetização. A “educação libertadora” seria um meio para que os homens deixassem de ser objetos para se tornarem agentes de sua própria história. A educação foi considerada a chave para libertar os povos de toda servidão, portanto, a Conferência de Medellín valeu-se de estudos feitos por vários pedagogos em julho, meses antes da Conferência de 1968. Dentre eles estava Paulo Freire, apresentando a alfabetização de adultos, através de um método humanista.

A expectativa era de que, recorrendo ao instrumento educacional como tarefa cristã, auxiliado pelos líderes comunitários de mesma concepção se formaria um povo conscientizado e organizado contra toda forma de violência. Esta organização social, na prática, se viabilizaria através do movimento sindical e cooperativista rural e operário com destaque para os seus líderes. Estes, por sua vez, deveriam ser assistidos pela Igreja para realizarem o trabalho de conscientização do grupo cujo objetivo assumido pela Igreja era à promoção humana. Entretanto, transparece que outro objetivo seria alcançado: tornar, ela própria mediadora dos movimentos sociais, ocupando frente a estes o papel de intelectual orgânico “importado”.

¹⁰⁰ Idem, p. 53.

Enrique Dussel¹⁰¹ afirma ter sido a América Latina o berço da formulação da Teologia da Libertação (1969-1972) e situa a obra de André Gunder Frank: Capitalismo y Subdesarrollo en América Latina, publicada em 1965, como marco desta formulação, revolucionando o pensamento teórico latino-americano. Dessa obra consta a primeira avaliação crítica à “teoria do desenvolvimento”, a partir da idéia de que a riqueza se origina na pobreza, nascendo, então, a “teoria da dependência”. A mudança de posição da Igreja “progressista” latino-americana ocorreu com a perda de esperanças depositadas no desenvolvimentismo cujo sentido era de:

...a realização das modificações propostas não estabelecia nenhum antagonismo com as classes dominantes, e além do mais permitia o estabelecimento de relações de colaboração com as classes governantes. As modificações estruturais propostas pelo grupo progressista do episcopado deveria ocorrer dentro dos limites do populismo e seu projeto de desenvolvimento.¹⁰²

Sob influência da “teoria da dependência”, o clero “progressista” buscou compreender a realidade sócio-econômica do continente, a partir dos referenciais internos dos países periféricos. Conseqüentemente, a expectativa deixou de ser depositada nas resoluções estatais e passou a ser compreendida como algo que deveria partir das bases da sociedade.

Tomando como referência a mesma teoria, a Ação Católica Brasileira (ACB) se estruturou através da Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC), além de contar com militantes católicos na liderança da organização operária e camponesa. Um dos

¹⁰¹ DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação: Um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes. 1999, p.59. Nesta mesma obra, na orelha do livro, consta que o autor é argentino de Mendoza. Formou-se em História e Teologia na França e Alemanha. Perseguido durante o regime militar argentino, radicou-se no México. Foi durante muitos anos o presidente da Comissão de História da Igreja Latino-Americana (CEHILA). Durante três décadas publicou mais de trinta trabalhos dedicados principalmente à reflexão sobre a história da Igreja na América Latina. Ele é o principal responsável pela “periodização” da história da Igreja em nosso continente.

¹⁰² LIMA, Luis Gonzaga de Souza. Ob. Cit. p.34.

pontos que a ACB salientou em seu trabalho foi à necessidade de “uma análise da estrutura social brasileira, identificando o capitalismo, o subdesenvolvimento e a dependência como sendo os elementos responsáveis pelas contradições da estrutura, contradições que o movimento se propunha a superar.”¹⁰³

Prossegue Souza Lima, o conteúdo de classe dado pelo ACB criou uma divisão entre este grupo e os bispos conservadores que se estendeu a um ponto de vista divergente sobre a Instituição Igreja. O grupo conservador manteve-se centrado no indivíduo, enquanto a ACB o analisava inserido na estrutura social. Os bispos “progressistas” ainda tentaram defender as posições da ACB, mas os antagonismos dentro da hierarquia evoluíram dentro dos marcos de radicalização e crise política brasileira dada entre 1960 e 1963.

A ACB força social obrigatoriamente envolvida por essas lutas, operava organicamente, integrada com as forças de esquerda ligava-se progressivamente aos setores mais ativos do movimento de massas (...) constituía ao mesmo tempo a força principal (os quadros) do Movimento de Educação de Base (MEB), que agia principalmente na organização de sindicatos camponeses visando, através da educação, elevar o nível de consciência política das massas do campo brasileiro. Agia como uma organização política, de fato. ¹⁰⁴

Entretanto, a Igreja, segundo Souza Lima, procurou estabelecer um trabalho orgânico com os não católicos e a ACB e, para tanto, foi criada a Ação Popular (AP), em 1962 com membros da ACB. A partir de então, passou a ser regra que membros da JUC e JEC tivessem militância tanto

¹⁰³ Idem, p. 38.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 40.

na ACB como na AP, criando um novo curso da ação política dos católicos. A AP difundiu-se rapidamente entre os camponeses e o movimento operário, no qual a Igreja sempre teve dificuldade de penetrar. A ideologia da AP propunha um engajamento político dos cristãos, no sentido de realizar um projeto socialista para o País, a partir de motivações humanistas cristãs fundidas com o materialismo histórico, sem percorrer os caminhos da União Soviética.

Os militantes da AP permitiram a Igreja penetrar nos movimentos libertários, nos anos de 1960, quando o cristão engajado na idéia de “fé e política” saiu de posições reformistas para outra que Henrique Dusse¹⁰⁵ qualifica de revolucionárias em resposta a uma época em que a fé entrara em crise. Dentre três aspectos, destaca-se um que esse autor qualificou como pano de fundo para esta dada mudança teológica:

... é a do compromisso de outros jovens cristãos em outro tipo de relação entre “fé e política”: a nascente tradição revolucionária. A revolução cubana de 1959 causou igualmente impacto nos cristãos. Muitos se separam então da Democracia Cristã, e seguindo o desenvolvimento do pensamento de Jacques Maritain passam para o de Emanuel Mounier, e deste para o compromisso revolucionário, não necessariamente para o marxismo – e quando assumem essa posição se inspiram numa linha de pensamento gramsciano, crítica, antidogmática.¹⁰⁶

Na II Conferência Geral do Episcopado, em Medellín, a nova teologia foi sendo germinada através de alguns dos documentos lá produzidos. Posteriormente, em seu processo histórico de formulação, a questão da “Igreja e cultura” alimentou o diálogo entre os teólogos do Terceiro Mundo. Neste particular Gustavo Gutierrez contribuiu dizendo: “(...) para que seja autêntica e

¹⁰⁵DUSSEL, Enrique. Ob. Cit., pp. 53/54.

¹⁰⁶Idem, pp. 53/54.

plena, deverá a libertação ser assumida pelo próprio povo oprimido, e por isso deverá partir dos próprios valores desse povo. Só nesse contexto pode ser levada a bom termo uma verdadeira revolução cultural.”¹⁰⁷

Este teólogo também resgatou a tese gramsciana da “prioridade da ação”, focando a idéia de que “a teologia parte da práxis, mas é uma ‘reflexão crítica’ da referida práxis”¹⁰⁸, além de recorrer a tese da sociologia latino-americana crítica a teoria do desenvolvimento. Hugo Assmann partindo da concepção de que “Libertação” se opõe à dependência, em 1969, pela primeira vez, estabeleceu um diferencial entre a Teologia da Libertação e outras teologias, apresentando-a com um “conteúdo sócio-analítico e semântico” novo. Para o teólogo João Batista Libânio:

..., nasce a teologia da libertação toda vez que uma situação do nosso continente, trabalha por instrumental científico, ao ser atravessada pela Palavra de Deus, sai num embate dialético, iluminada por essas Palavras, mas também a enriquece na sua compreensão. A novidade específica da Teologia da Libertação está no único ato produtivo teológico de uma dupla percepção: nova compreensão da Palavra (que não teria sido possível sem o impacto da realidade cientificamente analisada) e nova percepção da realidade (que não seria possível sem a palavra iluminadora de Deus).¹⁰⁹

Esse autor explica que no passado metafísico-cosmológico, cuja matriz era a natureza, o homem dava um sentido a realidade e aos textos tal como a natureza regida por uma essência imutável. Os eixos fundamentais para se ter uma verdade giravam em torno da tradição e da

¹⁰⁷ GUTIERRÉZ, Gustavo. Ob. Cit., pp.87/88.

¹⁰⁸ DUSSEL, Enrique. Ob. Cit. p.66.

¹⁰⁹ LIBÂNIO, João Batista. Teologia da Libertação. São Paulo: Edições Loyola, 1987, p.219.

autoridade. “Evidentemente, nesse horizonte cultural não havia espaço para o problema propriamente hermenêutico.”¹¹⁰ Romper com esta visão significou substituir a matriz-natureza pela matriz-homem, que se tornou o centro da explicação da realidade. Toda linguagem passou a ser compreendida em seu sentido antropológico. Esta ruptura com o *logos* antigo veio com a revolução científica moderna e o aparecimento das ciências do homem; a Teologia da Libertação seguiu nesta perspectiva.

O pensamento de Gutiérrez extrapola ao novo sentido dado às palavras do Evangelho interpretadas em consonância com um contexto de realidade vivido. Entendeu libertação além do âmbito social, chegando a outras instâncias: “liberdade interior entendida não como evasão ideológica de confronto social, mas com a interiorização de uma situação de servidão, mas em referência ao mundo do psiquismo humano tal como é compreendido desde Freud.”¹¹¹

O maior empenho intelectual em modernizar a Igreja universal partiu dos bispos da América Latina e de alguns teólogos que se destacaram em formulações teóricas. Ainda assim, uma dada questão permanecia, justo na inserção entre “fé e política”: “tratava-se da perda da fé ante uma práxis de ação política revolucionária. Fazia-se necessário ‘criar’ uma teologia que correspondesse, a partir da tradição da fé e como parte da Igreja, a essa exigência histórica”¹¹².

Além do esforço destes teólogos em buscar novas interpretações acerca da palavra no seu sentido religioso ou psicanalítico, fez-se necessário uma nova percepção da realidade, que teoricamente foi se desenvolvendo de acordo com o paradigma da ciência, especialmente das Ciências Humanas e Sociais. Foi, entretanto, com a *práxis*, na luta pela terra, somando experiências com teólogos protestante de larga vivência social em países de Terceiro Mundo, que

¹¹⁰ Idem, p.140.

¹¹¹ GUTIÉRREZ, Gustavo. Ob. Cit., p.38.

¹¹² DUSSEL, Enrique. Ob. Cit., p.66.

padres e bispos católicos conheceram a realidade pertinente à questão agrária brasileira acentuada com as políticas econômicas impróprias à elevação humana no campo, dadas pelo regime militar.

Enrique Dussel estabeleceu uma delimitação temporal que o próprio autor relacionou ao terceiro período da Teologia da Libertação na América Latina, definindo-o por: “Teologia da ‘Igreja dos pobres’ no cativo e no exílio (1972-1979)”¹¹³. Sobre esse período é que buscar-se-á compreender como se deu à inserção de padres e bispos na questão da terra, na área correspondente a Amazônia Legal. Será observado, além dos aspectos que acabaram por reprimir a ação destes religiosos, seja por parte do Estado ou da hierarquia de Roma, outros mais importantes para esta dissertação, relativos aos mecanismos pelos quais uma fração do clero brasileiro se valeu para ganhar destaque irrefutável, no aspecto agrário da História Social do Brasil.

¹¹³ Idem., p.79.

Capítulo 3: Amazônia Legal – espaço onde a Igreja Católica tratou dos assuntos do céu e da terra

3.1 Ditadura militar: mudanças de rumos para os que vivem da terra

Na noite de 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva promulgou o AI-5 e, através deste instrumento militar, a censura atingiu a imprensa ocorrendo inúmeras prisões, subtraindo dos cidadãos os seus direitos políticos. Não bastando, nos seis meses seguintes, o governo promulgou outros atos institucionais, atos suplementares e decretos a fim de ampliar os poderes do executivo. A censura também tratou de proibir a publicação de qualquer notícia que versasse sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes e a mídia passou a ser supervisionada pelos tribunais militares. Vários intelectuais das mais importantes universidades do País foram aposentados, antecipadamente.

Através do AI-6 de 1º de fevereiro de 1969, o presidente passou a ofensiva contra o Judiciário reduzindo de 16 para 11 o número de magistrados do Supremo, além de “transferir todos os delitos contra a segurança nacional ou as forças armadas para a jurisdição do Supremo Tribunal Militar e dos tribunais militares de categoria inferior.”¹¹⁴ Justificou suas medidas autoritárias como necessárias para “reativar a Revolução”.

No governo Médici (1969-1974) foi acentuada a repressão e a censura. Os estudantes que faziam fortes protestos se calaram, não havia mais marchas estudantis, piquetes de trabalhadores em greve e comício. A ação da ditadura também repercutiu sobre as universidades, causando expulsões, prisões, torturas, mortes e exílios do País. Até mesmo a oposição, que se fazia através

¹¹⁴ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo 1964-1985. Ob. Cit. p.167.

do MDB, passou a ter seus pronunciamentos censurados. Não foi diferente com a Guerrilha do Araguaia que foi perseguida até sua extinção, no início dos anos setenta.

A multiplicação dos conflitos fundiários na Amazônia, mas não só nela, parecia sugerir que os agrupamentos políticos de esquerda tinham (...), sobretudo, uma grande capacidade de mobilização, organização e orientação revolucionária sobre as populações rurais. A Guerrilha do Araguaia parecia confirmar esse temor do governo, reforçando, portanto, uma compreensão da questão agrária, em que ela aparecia como questão militar e não como questão social.¹¹⁵

Ao mesmo tempo, o governo Médici desencadeou um rápido crescimento econômico, tendo como base de sustentação política uma elite favorecida pelo capital, com destaque para os tecnocratas e administradores de empresas, ao passo que milhões de brasileiros, moradores no campo, não sentiam nenhuma melhoria em suas vidas, sofriam forte controle das autoridades e proprietários de terra, que dificultava sua organização em movimentos sociais.

Configurou-se um período de fechamento político na história do Brasil, iniciado com o golpe de 31 de março de 1964 e acentuado com o AI-5, em 1968. A partir de então, o discurso oficial em torno da reforma agrária foi substituído pela ênfase dada à colonização, a ocupação dos espaços vazios e pela transformação tecnológica da agricultura tradicional. No governo Médici foi baixado o Decreto-Lei¹¹⁶ nº 1.164, de 1º de Abril de 1971, a seguir:

Art. 1º- São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do

¹¹⁵ MARTINS, Souza. José de Souza. *O Poder do atraso*. Ob. Cit., p.81.

¹¹⁶ Decreto-Lei Nº 1.164, de 1º de Abril de 1971, Artigos: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto: Transamazônica e trechos.(Redação dada pela Lei nº 5. 917, de 10/9/1973)

(...)

Art. 2º- Ficam incluídas entre os bens da União, nos termos do artigo 4º, item I da Constituição, as terras devolutas a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º- As posses legítimas, manifestadas por morada habitual e cultural efetiva, sobre porções de terras devolutas nas faixas de que trata o artigo 1º, serão reconhecidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos termos dos artigos 11 e 98 do Estatuto da Terra.

(...)

Art. 4º- O Conselho de Segurança Nacional estabelecerá as normas para a implantação de projetos de colonização ou a concessão de terras, bem como para o estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional, nas terras devolutas das faixas mencionadas no artigo 1º.

Art 5º- São ressalvados, nas áreas abrangidas pelo artigo 1º:

- a) os direitos dos silvícolas, nos termos do artigo 198 da Constituição;
- b) as situações jurídicas constituídas, até a vigência deste Decreto-lei, de conformidade com a legislação estadual respectiva.

Na realidade, esse decreto destaca alguns aspectos relevantes à compreensão do objeto de pesquisa dessa dissertação. Em primeiro lugar, as terras devolutas foram delimitadas para atender às demandas do Estado que, então, normatizaria a colonização e a concessão de áreas para o estabelecimento das empresas. Porém, o indicativo era de que as terras dos indígenas e as posses constituídas seriam respeitadas. Um aspecto crítico apresenta-se frente ao posicionamento do Estado: tomou para si uma grande quantidade de terras, na maior floresta tropical do planeta e, inclusive, aquelas nas quais viviam inúmeras tribos indígenas.

De pronto, pode-se aquilatar o problema que começou a ocorrer com os nativos e posseiros ocupantes de espaços por onde passariam a rodovia e seus inúmeros trechos. Ademais o Decreto-lei que parecia ter o foco nas terras devolutas, para transformá-las em áreas de colonização e empreendimentos industriais sob o controle do Estado, alterou o seu lugar central nesse processo, quando viu que a possibilidade de uma revolução comunista, apoiada pelos camponeses, tornar-se-ia praticamente nula.

Martins menciona que foi a varredura repressiva do Estado, em 1973, sobretudo, no sul do Pará, nos estados de Goiás, Mato Grosso e até Maranhão, que pôs fim à guerrilha e, “justamente a partir daí o governo federal passou a abandonar sua política de colonização oficial das terras amazônicas, para em seu lugar favorecer a colonização por meio de empresas privadas, beneficiárias de amplas concessões territoriais com essa finalidade.”¹¹⁷. Tal fato implicou na chegada de colonos prósperos do Sul em detrimento dos colonos nordestinos, além de “um amplo favorecimento da violência paramilitar e privada dos grandes proprietários da terra. Nunca na história do Brasil, o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada (...)”¹¹⁸.

Os projetos desenvolvimentistas foram implementados, agressivamente, nas terras do índio e do posseiro, subtraindo da população pobre local as mínimas condições favoráveis ao trabalho e à sobrevivência. Os conflitos por melhores salários ou a resistência dos posseiros para permanecerem em suas terras, frente à chegada dos grandes projetos agropecuários à região Amazônica, marcaram a década de 1970 como a de maior violência no campo. Fato que se agravou com a postura de muitos proprietários que se valeram da conjuntura favorável aos seus interesses e da desmobilização social, para realizarem expulsões arbitrárias das propriedades, que passavam ao seu poder. Entretanto, o descontentamento social não deixou de se fazer ouvir.

¹¹⁷ MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit. p. 82.

¹¹⁸ Idem, p.83.

Fragmentada, desarticulada, a resistência se fazia cada vez mais presente. Na maior parte dos casos, tratava-se de uma resistência individual, de pequenos grupos, que encontrou na resposta violenta sua forma de expressão, uma vez que o recurso à justiça contra os 'grilos' era inútil: desde logo ficava patente que a grilagem só proliferava com a conivência das instituições judiciárias. Por outro lado (...) o Incra, na grande maioria dos casos fechava os olhos às expulsões em massa e às irregularidades de titulação fundiária.¹¹⁹

3.2 A reação armada

Na década de 1970, ocorriam inúmeros conflitos por terra em vários estados do País, além daqueles que despontaram na Amazônia Legal, região que se destacou no cenário nacional, da época, por ter sido tratada como uma área nova para se realizar empreendimentos. Estado de coisa que gerou, na região, uma questão agrária, que antes não existia e que foi resultante das precárias condições humanas em que foram submetidos os trabalhadores frente aos projetos desenvolvidos, tanto pelo Estado, quanto por particulares.

Identifica-se, ao menos, uma razão histórica para que o Estado tenha dado tamanha autonomia às empresas privadas gerando, conseqüentemente, problemas sociais na região nas quais estiveram envolvidos padres e bispos da Prelazia de Conceição do Araguaia. Para encontrar essa razão faz-se necessário remontar à década de 1960, quando frente a todas as medidas estatais repressoras sobre a sociedade civil e política, o silêncio da oposição se fez, forçosamente. Em contrapartida, emergiu, no Brasil, uma reação armada ao regime militar em consonância com o clima de guerrilhas pelo qual passava a América Latina, após o triunfo de Fidel Castro e Camilo

¹¹⁹ Ibidem, p. 108.

Cienfuegos sobre o Estado ditatorial de Fulgêncio Batista (1940-1944 e 1952-1959) derrotado através da Revolução Cubana, em 1959.

Posteriormente, alguns brasileiros obtiveram apoio de Cuba, Coréia do Norte, dentre outros países, tanto no treinamento em tática de guerrilha, como na obtenção de armas. No Brasil, após o golpe de 1964, o PCB, estando na clandestinidade, manteve-se, apenas, fazendo denúncias contra o regime militar. Radicalmente em oposição ao regime, colocaram-se principalmente dois grupos, sendo um deles composto pelo PC do B, maoísta, e o POLOP - um dos grupos trotskistas, além daquele formado pelo movimento católico: Ação Popular, Movimento de Educação de Base (MEB) e Juventude Universitária Católica. Em relação a tais grupos Skidmore fez a seguinte consideração:

Quem participou (ou apoiou) das guerrilhas, e por quê? Não foi o PCB, cuja posição alienou – em geral revoltou – os militantes de esquerda. Alguns membros do PCB que não puderam tolerar por mais tempo aquela posição desertaram e, juntamente com veteranos de grupos trotskistas e católicos, formariam a espinha dorsal da resistência armada ao governo militar.¹²⁰

Não obstante, esta afirmação não esclarece exatamente o nível de envolvimento de cada grupo citado com o projeto armado para a região do Araguaia. Os verbos participar e apoiar foram utilizados na citação sem que o autor tenha feito as distinções necessárias entre a ação objetiva de cada sujeito envolvido na ação guerrilheira, o que necessita ser elucidado.

¹²⁰ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. Ob. Cit., p.174.

Na região referente à Conceição do Araguaia, parte do município que foi subdividido, em 1961, com a elevação da Vila de Sant'Ana à categoria de cidade, segundo Iokoi¹²¹, na década de 1970, foi criada a Prelazia de São Félix do Araguaia. Desde 1960, a região foi saindo do seu grande isolamento com a construção da estrada Belém-Brasília, a BR 153.

A partir de então a ação governamental passou a ser efetivada em nome de uma preocupação com a Amazônia, uma grande área desocupada que, portanto, punha em risco a segurança nacional. Para integrá-la à nação foram abertas rodovias, implementados projetos de mineração e agropecuários e houve incentivo à migração para aquela região, fatores analisados no capítulo 1, que leva a compreender o quanto contribuíram para ampliar a questão agrária já existente no Brasil.

Martins¹²² informa que desde a revolta camponesa, no Paraná, em 1957, os militares começaram a ficar atentos ao que ocorria no campo. Foram mais incisivos quando criaram o Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) que, embora elaborado no governo Goulart, serviu de modelo intervencionista militar na questão agrária, durante o período da ditadura militar.

Fechando a década pesquisada, em 1980, vendo o Estado a intensidade do envolvimento de uma fração da hierarquia católica na questão indígena e camponesa e, tomando como modelo o GETSOP, “o governo militar iniciou o seu programa de militarização da questão agrária com a criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia –Tocantins (GETAT), notório instrumento de intervenção militar.”¹²³

O cenário conflituoso da década de 1970 originou-se, principalmente, de uma questão social grave, sobretudo no sul do Pará. O governo, através de um dos seus órgãos: a Superintendência do

¹²¹ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit., p.118.

¹²² MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. Ob. Cit. p.68.

¹²³ Idem, p.85.

Desenvolvimento da Amazônia “havia aprovado 33 projetos agropecuários para Conceição do Araguaia e 20 foram para Sant’Ana do Araguaia. Conceição foi o município do País que, até 1975, teve o maior número deles aprovados e Sant’Ana o segundo”¹²⁴, sendo que para este último foi dispensado maiores quantias financeiras.

A partir de 1960, o Estado vendeu glebas de terras nestes dois municípios sem levar em consideração os muitos posseiros que, lá, viviam há muitos anos. Os conflitos acentuaram-se com a chegada das companhias, principalmente as paulistas, que haviam comprado milhares de alqueires, graças aos incentivos fiscais oriundos da SUDAM. As empresas utilizaram-se dos meios, os mais desumanos, para desalojar os posseiros: “tapeação, mentira, perseguição, casas queimadas, roças invadidas, ameaças etc.”¹²⁵

O Araguaia foi o local escolhido, não por acaso, para se criar focos guerrilheiros que objetivavam combater o regime militar e instaurar uma “democracia popular”. Desde final de 1966, quadros do PC do B seguiram para o sul do Pará a fim de montar um “exército popular” e, para tanto, fazia-se necessário uma base sólida de sustentação para suas atividades revolucionárias dependentes, em parte, do nível da adesão alcançado, junto à população e aos religiosos da localidade.

Em 1968, quando chegaram ao Baixo Araguaia, os guerrilheiros fundaram, três núcleos - Caianos, Apinajés e Gameleira - e cada um deles contava com uma média de vinte e três quadros do partido.

Faziam treinamentos militares na mata e buscavam conquistar a simpatia da população, chegando alguns, inclusive, a fazer amizade com os frades. Até que em 1972 estourou a

¹²⁴ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A Justiça do Lobo – posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986, p.21.

¹²⁵ Idem, p.8.

bomba: o Exército os havia descoberto e iniciou-se a guerra de guerrilhas, que terminou só em janeiro de 1975. A população, perplexa, não entendia o que se passava. Eram rapazes e moças tão educados, bons, caridosos; cuidavam dos doentes, davam aulas aos seus filhos e quando contratavam um peão não exploravam. Como, pois, explicar a violência do Exército.¹²⁶

Foi também a época da instalação das grandes fazendas do Bradesco, Volkswagem, Manah, Bamerindus, família Lunardelli, Supergasbrás, dentre outras. O Estado transformou, assim, glebas em mercadorias. Com isso surgiram os litígios agrários como fruto daquela decisão política do Estado. A Igreja, até a década de 1970, manteve relações harmoniosas com o Estado porque concordava com a visão de que a chegada dos grandes projetos traria progresso para a região.

Até então, o conjunto das idéias que norteavam as concepções e a ação da Igreja em relação à questão agrária estavam centralizadas no princípio de que o progresso promoveria a equitativa distribuição dos bens, isto é, o próprio capital poderia resolver a questão agrária. A dificuldade estava em que o progresso era lento, não se dava no ritmo adequado à urgência dos problemas. Nesse sentido, a intervenção do Estado, para promover essa aceleração, era necessária.¹²⁷

3.3 A reação da Igreja

Os religiosos católicos chegaram naquela região no início do século XX. A descoberta da borracha a transformou em uma rica área econômica atraindo uma crescente migração que passou a ser constante em função do caucho. A população local chegou a alcançar, em 1911, o número de onze mil pessoas. Esse crescimento, do início do século, transformou Conceição do Araguaia em

¹²⁶ Ibidem, p.28.

¹²⁷ MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit., pp.124/125.

Vila, em 10 de junho de 1911 e por Decreto de Pio X foi transformada em sede de uma nova Prelazia denominada Santíssima Conceição do Araguaia. Mais tarde, Paulo VI definiu seus limites geográficos:

O decreto de ereção da Prelazia, “Quo commodius”, assinado por Paulo VI, aos 13 de março de 1970, define assim os limites estritos da Prelazia de São Felix: ‘Ao norte, os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que naturalmente delimitam os estados do Pará e Mato Grosso; ao leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e ao oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja, os rios Araguaia e Xingu; ao sul, a linha traçada em direção noroeste desde a confluência dos rios Cúria e da Mortes; e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingu’.¹²⁸

Casaldáliga¹²⁹ se refere a localização da Prelazia como inserida na Amazônia Legal, envolvendo o município de Barra do Garças, no coração do Brasil, com uma área equivalente a 150.000 Km² de extensão, com sede no distrito de São Félix, no nordeste de Mato Grosso, incluindo a Ilha de Bananal, em Goiás. Nela, acrescenta Rezende¹³⁰, havia o único hospital com uma única médica, irmã dominicana, além de todas as escolas pertencerem aos religiosos. Chegou a ponto de existir uma estreita ligação entre os dominicanos e a Força Aérea Brasileira, que lhes favorecia o transporte para outros locais.

Desde o final do século XIX, o autor relata que os dominicanos, de origem francesa da província de Toulouse, chegaram ao sul do Pará, vindos de Goiás e foram para Conceição do Araguaia com a intenção de catequizar e batizar índios da região: os Karajás e os Kaiapós. Posteriormente, chegaram freiras para educar as meninas indígenas. Como mostra de uma boa

¹²⁸ CASALDÁLIGA, Pedro. “ Situação Geográfica, São Félix do Araguaia” in Carta Pastoral: Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social, 10 de outubro de 1971, p.1.

¹²⁹ Idem, p.61.

¹³⁰ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Ob. Cit. p. 15.

relação mantida, até a década de 1970, entre a Igreja Católica e o Estado, dentro da jurisdição de Barra do Garça, havia, além da sede da Prelazia, povoados, sede da prefeitura, lugarejos e na Ilha de Bananal, onde estava Santa Isabel do Morro, ficava o aeroporto oficial da FAB.

Na área delimitada à Prelazia, havia aldeias indígenas tanto do Parque Nacional do Xingu, como de São Domingos, de Santa Isabel, de Fontoura e de outras localidades. Porém, ao lado da população relativamente fixa, outra flutuante tornou-se significativa nos anos de 1960 e 1970, na maioria formada de sertanejos. Era composta de camponeses nordestinos que, segundo Casaldáliga¹³¹, vieram do Maranhão, Ceará, Piauí e outros estados, inclusive oriundos de Goiás. Foram eles os desbravadores da região que deram origem aos “posseiros”.

O restante da população era formada de fazendeiros, de gerentes e do pessoal administrativo das fazendas-latifundiárias ou empreendimentos agropecuários chamados de Fazendas ou Companhias. Dentre elas estavam Suiá-Missu S/A “com 695.843 ha, que corresponde aproximadamente a 300.000 alqueires (...) maior que o Distrito Federal, de propriedade de uma única família, Ometto¹³². Além da Cordeara, Reunidas, Frenova, Guanabara, Elagro, Tamakavy etc., que para lá se dirigiram com a aquiescência da SUDAM.

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para o município do Barra do Garças e Luciara, 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a Bordon S/A, dos Frigoríficos Bordon, Nacional S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente era, então, o ex-ministro das relações exteriores, Magalhães Pinto, Uirapuru S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser etc.¹³³

¹³¹ CASALDÁLIGA, Pedro. Ob. Cit. p.1.

¹³² Idem. p.3.

¹³³ Ibidem, p.3.

De início, estes empreendimentos encontraram o apoio da Igreja local, que acreditava que o desenvolvimento poderia trazer mais empregos, logo, melhor qualidade de vida para a população. Entretanto, tanto os frades dominicanos como o então bispo da região do Araguaia, D. Estevão Cardoso de Avelar, frente à questão agrária que se instalara passaram a fazer denúncias pela Rádio Educadora da própria Prelazia, ou entravam em contato com a justiça e autoridades civis e militares em Belém, Marabá e Brasília.

“A Prelazia não podia se omitir diante das injustiças e denunciava de uma maneira geral tudo quanto se fazia contra os homens da terra, sob o pretexto do desenvolvimento. Não havia na época nem juiz, nem advogado. A causa dos pobres era assumida pela Prelazia.”¹³⁴ Segundo documentos de época, enquanto a Igreja da região acreditava em soluções governamentais fazia reivindicações, em nome dos trabalhadores e subalternos da região. Não compreendia que o problema local era resultante de uma questão estrutural do País.

As autoridades religiosas, embora, bem recebidas pelos políticos, não tinham seus pedidos de socorro atendidos para o homem do campo. Criou-se, gradativamente, um ambiente de conflito, não somente entre posseiros e representantes das empresas, como também entre a Igreja e o Estado, a ponto de os próprios religiosos serem acusados de comunistas e subversivos, por estarem ao lado dos menos favorecidos. Conseqüentemente:

São perseguidos diversos agentes pastorais, leigos e religiosos são presos e espancados ou assassinados, como se deu com o Gringo. Outros são ameaçados de morte, sofrem atentados, emboscadas, campanhas de difamações; ela (a Igreja) teve sua rádio Educadora silenciada e levada às barras do tribunal.¹³⁵

¹³⁴ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Ob. Cit., p.24.

¹³⁵ Idem, pp.13/14.

Com o passar do tempo, ficou claro o conflito frontal de interesses entre o capital e o Estado em oposição aos direitos dos lavradores, influenciando, sobremaneira, na mudança de posição da Prelazia de Conceição. A Igreja atuou realizando denúncias aos ministérios e à Presidência da República, enquanto os conflitos eram tratados por via administrativa do aparelho do Estado ou diretamente pelos trabalhadores, por via sindical, ou não.

Para Martins, a partir de 1973, ocorreram reformulações nas orientações católicas diante dos confrontos sociais e étnicos na região. “A Amazônia é que passa a ser, então, a grande referência social na aplicação da doutrina social da Igreja.”¹³⁶ Os religiosos passaram a se sensibilizar com os problemas graves enfrentados pelos “peões” sem terra e posseiros que perdiam as suas, para aqueles que faziam valer títulos de propriedade.

Dessa forma, a fração do clero local se posicionou diante das injustiças e arbitrariedades cometidas em nome do desenvolvimento. Martins veio a contribuir com o assunto diferenciando os interesses dos sem-terra, do dos posseiros, embora, ambos tenham em comum, a luta pela terra:

A luta dos posseiros introduz a legitimidade da posse, contornando a legalidade da propriedade. Concretamente, não opõe uma coisa à outra, embora essa luta contenha no seu interior a necessidade de redefinição dessa legalidade e contenha uma oposição implícita ao direito atual. Já os sem-terra, na sua prática, não tem como deixar de questionar a legalidade da propriedade, não podem deixar de considerar ilegítimo, e também iníquo, injusto, o que é legal, que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar...¹³⁷

¹³⁶ MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit. p.84.

¹³⁷ MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984, 103.

Conceição do Araguaia tornou-se local emblemático para se viver a opção pelos “pobres”. Dom Pedro Casaldáliga expressou o sentimento do povo desta Prelazia, onde havia forte presença dos sertanejos e a eles se referiu: “Acredita em Deus, sem discussão. Com fé primitiva, entre o ‘temor de Deus’ e a gratidão mais sentida. Tudo vem de Deus. Diretamente. Toda desgraça é um castigo de Deus. Deus é um instrumento mágico.”¹³⁸

Lá, também estavam muitas tribos indígenas evangelizadas e outras passíveis de evangelização, além de um número significativo de migrantes nordestinos que chegavam na região expressando uma religiosidade passiva e abnegada. Ampliou-se a problemática social da região, por volta da década de 1970, e isso foi importante para a mudança da prática religiosa católica que permanecia sob os moldes de uma Igreja conservadora, abaixo caracterizada.

Fora criada a Prelazia de São Félix do Araguaia, área até então atendida pelas prelazias de Guiratinga e Conceição do Araguaia, no regime de desobrigas: uma ou duas vezes por ano, o padre descia o rio Araguaia celebrando missas, batizando, casando, crismando, introduzindo nos barracos, instalados à beira do rio, a palavra da Igreja. A desobriga era recebida com festas, onde não faltavam arroz, feijão, tartaruga, o jabuti, os peixes e farinhas para a chegada do padre e da bênção da Igreja.¹³⁹

Ao Estado, naturalmente, interessava a presença desse modelo de Igreja na região, onde se aglutinavam os maiores investimentos agropecuários. A expectativa provável era de que a Instituição continuasse a regular o comportamento social, dentro dos moldes tradicionais, pregando aceitação aos problemas da terra para alcançar a salvação no céu. Não obstante, algumas

¹³⁸ CASALDÁLIGA, Pedro. Ob. Cit. p.3.

¹³⁹ IOKOI, Zilda Grícole. Ob. Cit. ,p.118.

questões foram significativas para que os religiosos do Araguaia começassem a repensar a sua prática.

A chegada do bispo D. Pedro Maria Casaldáliga a São Félix foi um marco, pois ele afirma que “chegou um pouco tarde nessa região, mas que teve sorte de chegar depois do Concílio Vaticano II e do Encontro de Medellín. Uma vez que este foi o momento de profunda modificação na linha de ação da Igreja.”¹⁴⁰

Com a implantação do Regime Militar, entretanto, especialmente a partir de 1968, a trajetória da Igreja foi de constante evolução em suas preocupações sociais, resultando disso um distanciamento crescente das autoridades governantes, um posicionamento crítico frente as suas medidas, uma defesa corajosa dos Direitos Humanos. E a conseqüente perseguição, repressão, o confronto.¹⁴¹

Casaldáliga deparou-se com uma realidade em que os posseiros assistiam à venda de suas terras pelo Estado, sem lhes comunicar ou lhes indenizar. A SUDAM, que, inicialmente, foi o órgão através do qual a Igreja recebia verbas para as suas obras educacionais e assistenciais, incentivou a entrada das grandes companhias na região. Essas empresas não respeitavam os direitos trabalhistas nem o direito de posse da terra, agravando a questão agrária. Isso despertou a Igreja para as contradições da política desenvolvimentista.

O momento era o de deslocamento dos militantes do PC do B para essa área estratégica. A ofensiva estatal contra os guerrilheiros foi até 1975, e de acordo com Rezende¹⁴², militares observaram que alguns guerrilheiros chegaram a estreitar amizade com frades com os quais fizeram batizado, confissões e assistiram, inclusive, a missas. Tais fatos levaram, as Forças

¹⁴⁰ Idem, p. 118.

¹⁴¹ Arquidiocese de São Paulo. Ob. Cit., pp.147/148.

¹⁴² FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Ob. Cit., p.30.

Armadas a desconfiar também dos religiosos, muitos foram levados à tortura, sob a acusação de que eram guerrilheiros.

Em setembro de 1972, o exército ocupou a área da Prelazia em ação antiguerrilheira, torturou e cometeu vários abusos contra os moradores. As denúncias sobre as arbitrariedades não produziam nenhum efeito, e a violência aumentou. (...) No dia 30 de maio, o Padre Jentel foi condenado pelo Tribunal Militar de Campo Grande a dez anos de prisão. D Pedro procurou escrever aos fiéis animando-os a resistir à provação que viviam. (...) Sua casa foi cercada, transformada em prisão, mas mesmo assim conseguiu remeter uma carta ao episcopado brasileiro, denunciando a clandestinidade imposta à sua equipe.¹⁴³

No ano de 1976, descreve Rezende¹⁴⁴ que o Exército tomou uma atitude extrema neutralizando, por dentro, a Ação Pastoral da Igreja, ao deslocar para a Prelazia um capelão militar, frei Pedro Tarelli, à revelia do bispo e sob as ordens do “major Curió”. O frade franciscano deposto foi levado à OP3 (Estrada Operacional, onde foram assentados diversos antigos guias das Forças Armadas), em cuja área foi forçado a realizar uma missa - local, até então, vetado aos sacerdotes para celebrações litúrgicas.

Inclusive, o frade foi obrigado a vestir por baixo da veste sacerdotal um uniforme do Exército e exibi-lo, durante a celebração, destacando a supremacia da força militar. Foi uma festa planejada com churrasco e ônibus que transportaram vários lavradores, para o local, motivando-os a assistir a uma missa com o “padre verdadeiro”. Este fato marcou o rompimento oficial entre o bispo da região e o Estado, fato que vinha desde o momento em que “o governo, não contando com o apoio

¹⁴³ Idem, p.119.

¹⁴⁴ FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Ob. Cit. p.27.

do clero, passou então a desconfiar da instituição, de possíveis ligações mesmo orgânicas de seus membros com os guerrilheiros.”¹⁴⁵

Neste clima de forte controle sobre a liberdade individual e institucional, desde 1964, a Igreja Católica, como instituição, ainda assim, foi resguardada em sua prática. Dois motivos podem ser destacados: o primeiro está relacionado a um dos direitos constitucionais mantidos durante o regime militar que dizia: “É plena a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes”¹⁴⁶; o segundo, a ser a Igreja Católica um referencial de importante valor cultural para a maior parte da população brasileira.

A liberdade de culto, entretanto, não significou um clima de segurança política para todo o clero, nem uma posição unívoca do mesmo em relação às torturas e prisões pelas quais passavam muitos padres e leigos católicos. A tortura marcou, sobretudo, o governo Médici, que em junho de 1972 “anunciava que as restrições às liberdades civis continuariam por causa da ameaça subversiva. A Anistia Internacional informara (...) que havia confirmado 1.076 casos de tortura no Brasil praticados por nada menos que 472 torturadores.”¹⁴⁷

A partir de 1969, os militares criaram sua própria rede de repressão através do setor de inteligência de cada serviço armado, dando autonomia a cada um deles para efetuar prisões e investigações. Foram eles: CIEX (para o Exército), CISA (para a força Aérea) e CENIMAR (para a Marinha). Eles atuaram sobre salas de aula das universidades, sedes de sindicatos, seminários, associações de advogados, escolas e grupos religiosos. “Os linha-duras afirmavam que os subversivos se haviam infiltrado em todas as instituições, portanto devia haver grande quantidade

¹⁴⁵ Idem, p. 30.

¹⁴⁶ Artigo 150, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1967.

¹⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Ob. Cit. p.250.

de suspeitos entre os ativistas do clero, entre os alunos e professores das universidades, entre os militares expurgados, os artistas e jornalistas.”¹⁴⁸

Faz-se necessário explicar o percurso político desta fração que Skdmore chamou de “ativistas do clero”. Em 1968, Brasil Nunca Mais¹⁴⁹ apresenta as causas que fizeram da Igreja uma instituição importante contra a ditadura militar: muitos cristãos passaram a reagir à repressão militar; estabeleceu-se o AI-5; iniciou-se a implementação das Comunidades Eclesiais de Base; foi o ano do encontro de Medellín que enfatizou:

As injustiças sociais cada vez mais graves que se faziam presentes em todos os países representados levaram os bispos a afirmar, na resolução final: “Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da Palavra mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da Ação.”¹⁵⁰

3.4 A Igreja pelos caminhos da terra – “opção pelos pobres”

Já em meados dos anos de 1950 observa-se um esforço do clero nas disputas políticas ocorridas no meio social rural, porém sob uma perspectiva oficial do Estado. Foi uma década de fortes demandas dos trabalhadores rurais em prol da sindicalização. Carolina Ramos¹⁵¹, ao abordar o tema mostra que dentre as lideranças que disputaram lugar frente à organização dos sindicatos rurais, estiveram presentes o PCB, que atuou por intermédio de uma organização criada sob a sua orientação, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), fundada em

¹⁴⁸ Idem, p. 266.

¹⁴⁹ Arquidiocese de São Paulo. Ob. Cit. p.148.

¹⁵⁰ Idem, p. 148.

¹⁵¹ RAMOS, Carolina. Sindicato Patronal e Reforma Agrária no Brasil. Niterói, PPGH / UFF, 2006, p.6, (Dissertação).

1954. Nesse período o PCB adotou uma conduta política de conciliação que se consolidou em 1960, quando sistematizou “um caminho pacífico para a revolução”¹⁵².

A autora continua explicando que a partir de então, o PCB passou a estimular uma sindicalização que respeitasse os marcos legais existentes e, desse modo, propunha uma revolução democrático-burguesa, cuja base estaria na aliança operário-camponesa sob a liderança operária. Em direção oposta seguiram as Ligas Camponesas, surgidas em meados dos anos de 1950, em Pernambuco. Justo em 1960, elas abandonaram uma postura legalista e passaram a animar os camponeses a se insurgirem a fim de desencadear a Revolução Brasileira, mesmo que isso pudesse “queimar etapas” para implantar o socialismo.

A Igreja fez-se presente no campo de disputas sindicais, a partir do nordeste, procurando formar sindicatos registrados no Ministério do Trabalho, em 1960, através do Serviço de Assistência Rural (SAR) fundado em 1940 por D. Eugenio Sales. Esse Serviço intensificou o seu esforço no treinamento de lideranças rurais, criou um setor de Sindicalização Rural, utilizou também emissoras de rádio, além da confecção da Cartilha do Trabalhador, através da qual lhes ensinava formar sindicatos “cristãos” sem a presença de “demagogos e esquerdistas”.¹⁵³

Outra fração da Igreja, igualmente ligada a CNBB e que atuou no mesmo sentido, foi o Círculo Operário Cristão que, em 1961, criou o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), além de Equipes de Sindicalização em diversas Arquidioceses de várias cidades nordestinas. Com uma perspectiva política ligada aos grupos de esquerda, porém, oriunda da própria Igreja, esteve a Ação Popular, vinda de dentro da Ação Católica Brasileira - força principal do Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁵⁴.

¹⁵² Idem. p.7.

¹⁵³ Ibidem. p.9.

¹⁵⁴ MEDEIROS, Leonilde S. de. Ob. Cit. p. 77. “Em 1961 foi criado o MEB, por decreto do governo federal. Através de escolas radiofônicas e orientado pela Confederação Nacional do Bispos do Brasil, esse órgão passou a

As disputas pela sindicalização no campo acirraram-se, após 1963, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, além da aprovação de uma legislação que norteava a formação de sindicatos patronais reunidos na Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e a dos trabalhadores agrícolas reunidos na CONTAG, que representaria trabalhadores assalariados, arrendatários, parceiros, meeiros e pequenos proprietários, os quais a autora se refere, abaixo, como o “conjunto dos trabalhadores rurais”.

A intensidade da disputa pelo controle da diretoria da CONTAG pode ser explicada pelos diferentes interesses representados por esses grupos, assim como pela importância política e simbólica de dominar um órgão que, além de contar com espaço nos aparatos estatais voltados para a elaboração e execução de políticas agrícolas, constituía-se em detentor do monopólio da fala oficial do conjunto dos trabalhadores rurais.¹⁵⁵

As mesmas forças que vinham disputando a liderança sindical no campo passaram a disputar entre si o controle da CONTAG que Carolina Ramos qualificou como “sindicato máximo de representação dos trabalhadores”. Embora a chapa vencedora para representar a CONTAG tenha sido resultante de uma aliança entre a AP e a ULTAB, foi a última que conquistou a presidência, logo, a hegemonia sobre a confederação. Portanto, a ULTAB exaltaria a CONTAG, na imprensa, como: “ ‘um poderoso instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores do campo’, assegurando que teria sido ela ‘criada já nas mãos dos legítimos representantes dos camponeses’ ”.¹⁵⁶

ser um impulsionador da sindicalização em diversos locais, especialmente em Sergipe, Maranhão e Bahia, onde sua atuação foi mais direta. Em alguns estados eram os Círculos Operários que estimularam a sindicalização: São Paulo, Rio de Janeiro. Em outros ainda eram as Frentes Agrárias, como no Rio Grande do Sul. Em diversos locais se articulava a ação de organismos de Igrejas distintas, como foi o caso da Paraíba, onde a sustentação da equipe de sindicalização era dada pelos Círculos Operários.

¹⁵⁵ RAMOS, Carolina. Ob. Cit., p.14.

¹⁵⁶ Idem, p.15.

Torna-se curioso pensar que, logo nos primeiros anos do regime militar, foi proibido o uso do termo “camponês”, exigindo-se sua substituição por termos mais técnicos como rurícolas, agricultores de baixa renda, sobretudo, trabalhador rural. Para Regina Novaes¹⁵⁷ este combate ideológico foi o próprio reconhecimento da conotação política daquela identidade social, construída em um processo de luta contra o latifúndio. Embora, inicialmente, a imprensa tenha se utilizado do termo camponês, pejorativamente, para estigmatizar as associações de lavradores do Nordeste que se organizaram na metade do ano de 1950 e início de 1960, o termo acabou por designar tais associações como “Ligas Camponesas”.

..., no decorrer do tempo, a categoria “camponês” passou de denominação externa a termo designativo de uma identidade social positiva construída através de um conjunto de eventos, de enfrentamentos e de redefinição de espaços, de experiências coletivas vivenciadas por diferentes categorias de trabalhadores do campo.¹⁵⁸

Embora, nos anos sombrios da ditadura, o sindicalismo tenha se reestruturado, a Portaria 71, de 2/2/1965, do Ministério do Trabalho passou a reconhecer, apenas, a categoria “trabalhador rural” como “pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empregador autônomo, neste caso, em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados.”¹⁵⁹

Leonilde afirma que o processo de reconstituição do sindicalismo, no pós-golpe, foi o de dar uma nova direção aos sindicatos de acordo com os interesses da política econômica

¹⁵⁷ NOVAES, Regina dos Reis. De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997, p. 86.

¹⁵⁸ Idem, p.36.

¹⁵⁹ MEDEIROS, Leonilde S. de. Ob. Cit. p.95.

modernizadora. De início, a Igreja teve um papel importante, indicando interventores e juntas governativas para reorganizarem os sindicatos. Apesar da existência de interventores ser absolutamente antidemocrática, ainda assim, a repressão abateu também certos sindicatos “cristãos”.

O processo que atingiu sindicatos e federações também atingiu a CONTAG, criada pouco antes do golpe. Nessa entidade, a intervenção foi imediata e feita através dos membros dos Círculos Operários. Para a sua presidência foi nomeado José Rotta, que dirigia, já antes de 1964, a federação de linha cristã.¹⁶⁰

No ano de 1966, suspensa a intervenção na Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, a mesma passou a conduzir os sindicatos frente aos conflitos emergentes, agindo dentro dos parâmetros legais e tomando como referência o Estatuto da Terra, importante documento para orientar as reivindicações dos trabalhadores rurais, em uma conjuntura marcada pelo medo. O que ela privilegiou foi a forma de organização do trabalhador, aquele reconhecido através do Ministério do Trabalho, ou seja, o assalariado ou proletário.

Entretanto, o problema sindical não ficou resolvido, pois além de uma diversidade de linhas de ação existente, a CONTAG era uma confederação oficial que representaria diferentes categorias do campo. Dois problemas se sucederam: um é que sendo ela oficial e, nesses primeiros anos, estando sob a direção de um interventor escolhido pelas instâncias do poder, não era combativa e gerava insegurança a muitos trabalhadores; o segundo é que, privilegiando a nomenclatura oficial de “trabalhador rural”, muitos, não assalariados, não se sentiam contemplados em suas demandas, nesta confederação.

¹⁶⁰ Idem, p. 90.

Esta realidade exigia que os mais diversos trabalhadores do campo, incluindo os subalternos, construíssem outras formas de organização e representação que fossem expressão de alguns anseios comuns a todos. Ao mesmo tempo, bispos da Amazônia Legal, das áreas mais profundamente atingidas pelo perverso desenvolvimento capitalista gerador dos latifúndios modernos, proclamavam por uma reorientação ampla do trabalho de pastoral que vinha sendo posta em prática em alguns lugares, desde 1968.

Nessa região, o que predominava, como vimos, não era o trabalhador assalariado e sim a recriação de formas subalternas de trabalho, tais como “bóias-frias” e “peões” que alguns autores, como Ricardo Rezende e Neide Esterci, dentre outros, qualificaram como sendo de uma “escravidão moderna”, embora, possam ser entendidos como trabalhadores submetidos a outras formas de trabalho não livres, apresentadas pela história.

A Igreja, pós Medellín, buscava viver a “práxis” junto aos pobres, sobretudo do meio rural. “O Papa Paulo VI havia destacado a responsabilidade da América Latina na recuperação do lugar da Igreja no Mundo.”¹⁶¹ A reorientação proclamada pelos bispos da Amazônia deveu-se a várias mudanças no interior do trabalho das igrejas que “ganham corpo na criação de duas agências especializadas do trabalho pastoral: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, ambos vinculados à Linha de Ação Missionária da CNBB.”¹⁶² No Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal:

...surgiu a Comissão Pastoral da Terra, como entidade de apoio as lutas dos trabalhadores, definindo-se como serviço de articulação e de assessoria. Seu eixo de trabalho era o apoio à organização popular: “Os trabalhadores precisam organizar-se livremente, desde as formas mais

¹⁶¹ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit. p. 34.

¹⁶² MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit., p. 139.

localizadas de comissões ou associações até a constituição de partidos políticos que canalizem suas forças para organizar ou reorganizar a sociedade segundo suas aspirações.”¹⁶³

A história da criação da CPT relaciona-se a acontecimentos ocorridos no mundo rural, na Região Norte, com os quais se envolveu a Pastoral da Terra de São Félix do Araguaia e seu pastor, o bispo Pedro Casaldáliga. Essa Comissão parece ter se antecipado à livre organização dos trabalhadores que defendeu. Ocupou o espaço político necessário a orientar e assessorar a organização dos vários trabalhadores rurais que a CONTAG dividiu ao privilegiar o “trabalhador rural”, entendendo-o como aquele que estivesse sob condição trabalhista reconhecida oficialmente.

No ano de 1975, a Igreja já se opunha ao Estado, justamente, pelos problemas enfrentados pela população do campo, na região da Amazônia Legal, em função da sua política econômica. Em consequência dessa política, a maior parte dos trabalhadores da região se constituiu em “bóias-frias” e “peões”, homens simples, de baixa ou nenhuma escolaridade, desgarrados de suas terras de origem, enfrentando formas de sobrevivência que, em muitas situações, lhes tiravam a própria vida.

Como poderiam se organizar se até mesmo as formas de confinamento geográfico, que o trabalho lhes impunha, afastavam uns dos outros? Quem poderia ouvi-los, se eram deixados à própria sorte imposta pelas grandes empresas que se desenvolviam com total apoio do Estado? O clero da região fez-se representante dos interesses desses subalternos rurais, através da criação de uma comissão específica para tratar de assuntos relativos ao problema da terra.

Embora a Igreja tivesse uma capacidade representativa diferenciada da CONTAG junto às instâncias do Judiciário, a CPT se propôs a dar, a todos os trabalhadores, assessoria na área

¹⁶³ MEDEIROS, Leonilde S. de. Ob. Cit., p.112.

jurídica, na formação de líderes etc. Desse modo, ocupou o fosso organizacional existente entre os trabalhadores da região, criado pelo Estado.

A ação governamental agiu no sentido de dividir o movimento social rural que havia se constituído, no Brasil, nos anos de 1950 e 1960, por meio da nomenclatura “camponês”. O regime militar, por sua vez, optou pela nomenclatura “trabalhador rural”, aquela que a CONTAG acatou, realizando, socialmente, uma cisão entre os diversos trabalhadores do campo brasileiro. A Confederação incluiu, em seu interior, algumas categorias de trabalhadores reconhecidas sob a designação oficial e desconheceu a importância de organizar e valorizar outros segmentos sociais que atendiam ao mercado de trabalho da região da Amazônia Legal, mas que estavam à margem dos direitos trabalhistas.

Este fato, em si, suscita crítica seja pela intenção óbvia de dividir o movimento social rural, seja pela indisposição do Estado em ouvir ou dar voz aos trabalhadores desqualificados, uma vez que eles eram fruto da própria política do Estado. Ignorar a sua existência, contraditoriamente, era o meio de mantê-los sob o controle dos interesses estatais e dos grandes proprietários. Tê-los desorganizados, sobretudo, era funcional para os novos empreendimentos da região.

Usando a mesma nomenclatura oficial, a Igreja se ofereceu a todos os trabalhadores para assessorá-los na luta pela terra e, dessa forma, abriu caminhos para sua “práxis” através das CEBs organizadas junto aos trabalhadores e subalternos rurais. Ocupou, junto aos excluídos, o papel de intelectual orgânico “importado”, segundo Hugues Portelli, ou por “adesão”, assim definido por Antonio Gramsci. Este lugar foi conquistado graças aos monitores e coordenadores das “comunidades de base” escolhidos e formados pelas instâncias superiores do clero para orientar o trabalho de base. Leonardo Boff, um dos expoentes da teologia da libertação no Brasil, afirma que:

Há uma conexão muito estreita entre o fenômeno das CEBs e a teologia da libertação. No contexto latino-americano, um não pode ser pensado sem o outro. As comunidades eclesiais e a teologia da libertação são dois momentos de um mesmo processo de mobilização do povo e de um processo que parte do povo. As comunidades eclesiais representam a prática da libertação popular e a teologia da libertação, a teoria dessa prática.¹⁶⁴

A atuação da Igreja passou a ser mais organizada, quando, em 1975, foi criada a CPT encorajando padres e leigos a auxiliar os excluídos em defesa dos seus direitos. Nesse ano, as disputas por terra geraram conflitos mais intensos, principalmente na Região Norte 1 da CNBB e, segundo Iokoi¹⁶⁵ a ação pastoral procurou aproximar índios e seringueiros incentivando-os a organizar sindicatos com o objetivo de constituírem uma “frente institucional” de luta na região.

No geral, a ação da CPT voltava-se, sobretudo, para as áreas onde a questão da luta pela terra era a mais candente. O trabalho junto a assalariados, por exemplo, nunca marcou sua prática (...). e isso se dava (e se dá) muito em função da visão ruralista da Igreja, segundo a qual a sociedade é vista predominantemente sob a ótica da terra e onde o modelo ideal seria a comunidade de pequenos agricultores.¹⁶⁶

Em São Félix do Araguaia, como em muitas outras igrejas e comunidades, a pastoral da terra existia antes da CPT articulando-se, posteriormente, em várias regionais brasileiras. Diz o estatuto da CPT¹⁶⁷, no artigo 1º da parte referente à Natureza e dos Fins. “Esta Comissão é uma entidade jurídica de direito privado e de caráter filantrópico, com sede em Goiânia, a serviço dos agentes de pastoral rural e das diversas categorias de trabalhadores rurais”. Colocando-se a serviço das

¹⁶⁴ BOFF, Leonardo. Novas Fronteiras da Igreja, o futuro de um povo a caminho. São Paulo: Versus Editora, 2004, p.145.

¹⁶⁵ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit., p.129.

¹⁶⁶ MEDEIROS, Leonilde S. de. Ob. Cit., p.113.

¹⁶⁷ Estatuto da Comissão Pastoral da Terra, 1977.

diversas categorias de trabalhadores rurais, a CPT, dessa forma, respondeu socialmente ao problema referente à representatividade da CONTAG que excluiu todos àqueles que encontraram apoio na pluralidade de categorias de trabalhadores abraçada pela CPT. Dentre as finalidades dessa Comissão, no artigo 4º, consta:

interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham pastoralmente em favor dos homens sem terra e dos demais trabalhadores rurais; promover a formação e acampamento de agentes de pastoral para atuar no meio rural; elaborar e divulgar materiais pedagógicos, especialmente sobre a legislação agrária e trabalhista, para a formação dos trabalhadores rurais; organizar assessorias jurídicas em colaboração com as Seções Regionais, CPT e Igrejas locais, dentre outras.

A criação da Comissão Pastoral da Terra foi fruto do trabalho realizado nas Comunidades Eclesiais de Base, e, nesse sentido, indicam que houve um processo de reconstrução do papel da Igreja, no Brasil, que lhe exigiu novas estratégias de aproximação dos excluídos, diferente daquela dada nos tempos de Conquista, por meio da prática da Desobriga.

A década de 1960 marcou a crise sofrida pela religião e, em contrapartida, o avanço das Ciências Sociais trouxe inúmeros e acalorados debates acadêmicos, como resposta às desigualdades e injustiças sociais. “Os estudos sobre o campesinato se multiplicaram, exatamente no momento em que suas lutas se tornaram mais agudas, fazendo com que a polarização moderno/arcaico desse lugar ao desvendamento crítico de manifestações sociais tão diversas...”¹⁶⁸

No entanto, a ditadura militar calou intelectuais e os movimentos sociais foram sufocados. Como a Igreja manteve a sua liberdade de expressão, pôde tornar-se a voz dos excluídos. “Nesse

¹⁶⁸ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit., p.71.

processo de desvendamento do vivido e do construído, os camponeses ressurgem apoiados por setores da Igreja, cada vez mais engajados na construção da sua resistência transformadora.”¹⁶⁹

A Igreja ganhou legitimidade junto aos camponeses utilizando-se de uma nova metodologia de trabalho inspirada na própria Ciência Social. Criou, para tanto, o método dialético: “ver, julgar e agir”, onde estava implícito a necessidade filosófica da “práxis”, que foi a base do trabalho realizado nas CEBs.

Na época, os sindicatos eram utilizados pelo governo para fazer chegar, às populações rurais, alguns serviços assistenciais que, ao mesmo tempo, pretendiam esvaziar qualquer conteúdo político reivindicatório dessas populações. Mas nas regiões de maior tensão, os sindicatos conseguiram se transformar na grande força de representação dos trabalhadores rurais e, neste particular, o trabalho da Igreja se destacou com uma posição sindical renovada, em relação aos primeiros anos da sua militância no campo.

A Comissão Pastoral da Terra tornou ativa a presença da Igreja nas regiões de conflitos sociais que vitimam os camponeses. Ela se propôs a constituir-se num canal suplente de expressão e apoio para que os trabalhadores se organizassem, especialmente, nos sindicatos, e exijam respeito por seus direitos reconhecidos em lei e, até mesmo, avancem na direção do reconhecimento legal de seus costumes relativos à concepção do direito de propriedade. A ação pastoral da CPT somou-se à do sindicato no sentido de transformar a violência, que os proprietários da terra levavam aos camponeses, numa disputa legal.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Idem. p. 71.

¹⁷⁰ MARTINS, José de Souza. O Poder do atraso. Ob. Cit.,p.140.

3.5 Amazônia Legal brasileira – A Igreja conquista seu lugar no mundo moderno

O pensamento da fração da Igreja qualificada como “progressista” ou “igreja popular”, não correspondia ao pensamento de todo o clero brasileiro. Iokoi¹⁷¹ informa que em 4 de maio de 1977, D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, tornou público um relatório que pretendia denunciar à infiltração comunista, inclusive, na Igreja. Referiu-se a D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino, como os responsáveis pela crise entre a Igreja e o Estado, assim como pelo assassinato dos padres João Bosco P. Burnier e Rodolfo Lunkeinben. Desqualificou o trabalho do CIMI e definiu as CEBs como núcleos de uma guerra de sublevação esquerdista, além de criticar a participação das mulheres nas reuniões destas comunidades.

José de Souza Martins¹⁷² destaca que, na origem do trabalho de base da Igreja, houve dois desafios: a militância comunista no meio rural e, particularmente, a ação das Ligas Camponesas, de inspiração socialista e radical. Isso levou a instituição a uma ação pastoral, além de aprender com comunistas e socialistas como fazer um “trabalho popular e de base”.

Na realidade, as CEBs ganharam espaço social e tornaram-se foco de preocupação das forças mais conservadoras, tanto estatais, como eclesiais, porque foram canais, embora de caráter religioso, que trataram da mobilização popular em toda a América Latina, a partir de 1968. Este fato foi ameaçador tanto para o regime militar, como para todos os que comungavam dos seus preceitos ideológicos discriminatórios. Leonardo Boff explica o funcionamento das CEBs, contextualizando-as diferentemente do que fez José de Souza Martins:

A inserção cada mais profunda do continente no sistema capitalista transnacional trouxe contradições sociais que foram imediatamente sentidas e elaboradas pelas camadas populares, marginalizadas em face dos benefícios do desenvolvimento. Com o advento dos regimes militares de Segurança

¹⁷¹ IOKOI, Zilda G. Ob. Cit., p.121.

¹⁷² Idem, p.103.

Nacional e a conseqüente repressão dos canais populares (partidos, sindicatos, associações operárias, camponesas, etc.) as comunidades eclesiais assumiram, para além do seu significado primeiro, religioso, uma importância social considerável.¹⁷³

O aparecimento das CEBs deve-se a três outros movimentos da Igreja: o Movimento dos Catequistas Populares, o Movimento de Educação de Base (MEB) com suas escolas rediofônicas, unindo evangelização e promoção humana, entre os pobres e oprimidos, e os Planos de Pastoral de Conjunto da Conferência Nacional dos Bispos que propunham a dinamização das paróquias e o laicato.

A estrutura e o funcionamento de uma CEB se fazia em torno de umas 15 famílias, ou mais que se reuniam em nome da Palavra de Deus tirada da Bíblia e confrontada com a realidade. Através dos círculos bíblicos iam se aglutinando pessoas, formando monitores e coordenadores para formar futuras comunidades. Caracterizavam-se pelo agrupamento familiar e de vizinhança, com atuação igualitária, uma vez por semana, sendo o elemento religioso fator estrutural.

Os participantes, em sua grande maioria, pertenciam à base da sociedade: operários, empregados, subempregados, camponeses, pequenos proprietários etc. No fim das reuniões, baseado no método ver-julgar-agir, tomavam algumas resoluções práticas, partindo da necessidade de vida dos próprios participantes. O trabalho de conscientização passava por três etapas: descobrir a Igreja, depois os problemas da vida e, finalmente, desvendar os mecanismos de dominação social. A mobilização popular era feita em nome do Evangelho, para, em seguida, tratar de problemas concretos, como a obtenção de escolas, água, ônibus, melhores salários etc.

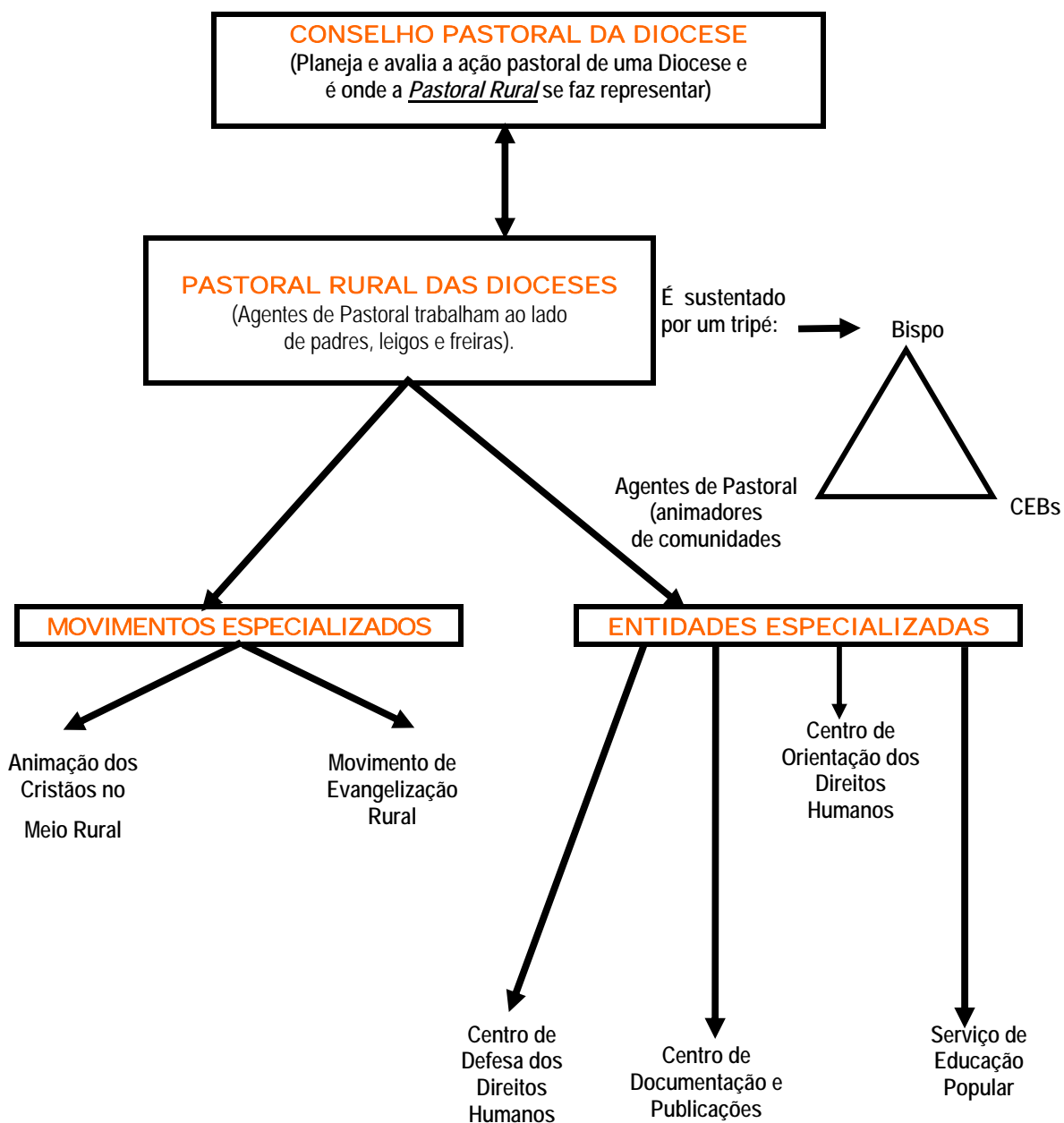
¹⁷³ BOFF, Leonardo. Ob. Cit., p.146.

Regina Reyes Novaes, ao realizar sua pesquisa sobre a região canavieira da Paraíba, no início da década de 1970, contribui com essa dissertação mostrando a estrutura necessária ao “trabalho de base”, explicando o complexo mecanismo de organização da Igreja e a importância dos “agentes de pastoral” como canal de vinculação dos “anseios e necessidades do povo”. Acrescenta a autora que: “(...), ainda que na mesma Igreja existam aqueles que ‘não estão na caminhada’, há sempre a possibilidade de novas adesões (alguns dizem até ‘novas conversões’ para a Igreja da Libertação)(...).”¹⁷⁴

A mesma explica o funcionamento da Pastoral Rural das Dioceses tendo no topo da organização o Conselho Pastoral da Diocese e abaixo a Pastoral Rural das Dioceses, sustentada por um tripé composto por: Bispo, Agentes de Pastoral e Cebs. Interligados à Pastoral Rural vêm, por um lado, os Movimentos Especializados que se dividem em animação e evangelização e, por outro, as Entidades Especializadas que são: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Centro de Documentação e Publicações Populares, Centro de Orientação dos Direitos Humanos e o Serviço de Educação Popular.

¹⁷⁴ NOVAES, Regina Reyes. Ob. Cit., p.148.

Eis um organograma da Pastoral Rural das Dioceses:



O ponto de partida do trabalho das CEBs estava na hermenêutica libertadora, que Leonardo Boff e Clodovis Boff¹⁷⁵ explicam através da leitura referentes as Escrituras Bíblicas, buscando o seu sentido “textual”, em função do sentido “atual”. Ou melhor, nos textos bíblicos procura-se a

¹⁷⁵ BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. Como fazer Teologia da Libertação. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

“energia transformadora” que leve à mudança da pessoa (conversão) e da história (revolução). “Finalmente, a releitura teológica-política acentua, sem reducionismo, o ‘contexto social’ da Mensagem. Coloca cada texto em se contexto histórico para assim fazer uma tradução adequada, não literal, dentro do nosso contexto histórico.”¹⁷⁶

Imbricada a essa hermenêutica da libertação esteve a contribuição do método de educação Paulo Freire, através do qual os agentes de pastoral acessavam o universo simbólico dos oprimidos adultos do campo com os quais trabalhavam nas comunidades. O bom resultado do trabalho dependia da capacidade dos educadores populares penetrarem no sentido dado ao vocabulário dos próprios oprimidos. Desta forma, percebiam sua realidade social e seus anseios, ao mesmo tempo em que criavam meios de aproximação entre os agentes da Igreja e os excluídos, podendo falar-lhes a partir das próprias experiências vividas.

A visão humanista da educação, passada por Paulo Freire, atendeu ao ideal de uma educação libertadora porque: “Realmente, fica claro que sua opção radical pela conscientização e libertação do oprimido não exclui sua opção (...) por um novo humanismo que, ao libertar o oprimido, cria também a condição básica para a libertação dos opressores. E considerava esta ‘a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos.’”¹⁷⁷ Sem dúvida, a Igreja “progressista” conquistou, através da adesão ao método Paulo Freire, um projeto de transformação social inovador, pois fugia aos parâmetros de uma revolução que dependia da tomada do poder pelo operariado.

Vários textos foram produzidos pelos bispos brasileiros preocupados com a questão da terra. Os bispos do Centro-Oeste, em 1973, redigiram o documento intitulado: “Marginalização de um Povo – gritos das Igrejas”, no qual refletiram sobre as condições de vida do homem do campo, utilizando dados estatísticos e um recurso lingüístico acessível aos leitores, de um modo geral.

¹⁷⁶ Idem, p.60.

¹⁷⁷ SANTOS, Paulo de Tarso. “Paulo Freire: aspectos de seu humanismo radical” in A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.173.

A exemplo desse texto, outros surgiram produzidos pela CNBB, nos quais se observa a mesma metodologia coerente com o trabalho de Paulo Freire: eram levantados e analisados vários problemas sócio-econômicos vividos pelo lavrador, a fim de suscitar, no leitor, uma visão social crítica e conscientizador da realidade vivida por esta fração populacional do campo.

Realizando um trabalho de base, fundamentado em uma organização, e intelectualmente bem elaborado, a Igreja alcançou, através da sua experiência na região da Amazônia Legal, os seus intentos: reconquistou o seu lugar no mundo dito moderno, enfrentou os desafios sociais vindos das bases, assim como outros, que se anteciparam a partir das questões postas pelo mundo intelectual e científico.

Essa nova teologia, por meio do clero “progressista”, articulou estratégias oriundas de Roma e privilegiou as orientações da CNBB e CELAM e, dessa forma, ocupou páginas dos jornais; a própria teologia da libertação passou a objeto de investigação das Ciências Sociais e Humanas, nos anos de 1970-80. De forma engenhosa, a Igreja pós-Medellín, recuperou o seu “rebanho” e consolidou sua força religiosa e cultural por meio de estratégias políticas que tiveram como ponto de partida o exemplo do Cristo libertador dos pobres e oprimidos.

Sendo assim, a Instituição cumpriu mais uma das suas etapas históricas, até ver-se de novo ameaçada pelo aparecimento de novas seitas e pela proliferação das igrejas evangélicas, o que vem determinando o retorno às práticas mais tradicionais, centradas no aspecto puramente metafísico. Os conflitos de idéia, entre tradicionais ou conservadores e “progressistas”, gerados no interior da Instituição ficaram claros na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, ocorrida em Puebla de los Angeles, no México, em 1979.

Conclusão

Os objetivos dessa dissertação foram alcançados graças à investigação feita em vários documentos primários e secundários que iluminaram as hipóteses iniciais dessa pesquisa. Não foi um percurso fácil, uma vez tratar, ao mesmo tempo, de dois temas complexos e abrangentes, tais como a instituição Igreja e a questão da terra no Brasil.

Verificou-se que, por um lado, os quinhentos anos de latifúndio no País expressam o poder de forças sociais e políticas que predominaram, na década de 1970, através dos chamados latifúndios modernos, a despeito das conseqüências sociais responsáveis pela questão agrária. Por outro, novos agentes sociais emergiram, desde a década de 1950, reagindo ao modelo agrário tradicional e passaram a ganhar voz, através dos movimentos sociais, tais como: as Ligas Camponesas e outros que contaram com a organização do Partido Comunista.

O aspecto concentrador que vem permanecendo no campo brasileiro, antes centrado nas grandes propriedades particulares, passou às mãos das grandes empresas, na década de 1970, impedindo a realização de uma reforma agrária no País. Em conseqüência, gerou uma questão agrária que levou uma fração da Igreja Católica denominada por “progressista”, no Brasil, a participar da luta pela terra ao lado dos excluídos, na região da Amazônia Legal brasileira, na mesma década.

A “práxis” desses religiosos transformou a sua própria percepção acerca da função social da terra, assim como a do Estado, enquanto agente principal para efetivar mudanças favoráveis à superação da questão agrária do País. As mudanças de posicionamentos sócio-político e eclesial ocorridas com alguns padres e bispos brasileiros permitiram a constatação das hipóteses levantadas, inicialmente, na Introdução. Para tanto, a questão social instalada na região da

Amazônia Legal foi importante para atender as demandas vindas do Vaticano preocupado em recuperar o “rebanho” católico que se evadiu para o lado das forças políticas de esquerda.

A princípio, a América Latina havia sido selecionada como espaço privilegiado para que a Igreja realizasse um trabalho novo de evangelização voltado para uma vasta população, sobretudo rural, sensível ao cristianismo e vítima do enorme abandono social. Em consequência, o continente, nos anos de 1960, apresentava inúmeros e desordenados conflitos sociais que apareciam, sobretudo, nas disputas pela terra.

Apesar da presença das forças reacionárias e repressoras oprimindo os movimentos sociais rurais, principalmente, no período político referente à década de 1970, em que o Brasil esteve sob o regime militar, uma nova Igreja despontou. Alguns fatores favoreceram as mudanças ocorridas numa fração do clero brasileiro. Foram eles: a Instituição não teve suas portas fechadas pelo regime político; os movimentos sociais estavam controlados pelas forças repressivas do Estado; a Igreja universal necessitava reconquistar o seu lugar no mundo.

Parte da Igreja, no Brasil, acatou as orientações vindas de Roma no sentido de envolver leigos no papel de líderes comunitários e, desse modo, desenvolveu um trabalho junto às bases por meio das CEBs rurais. Pôs em prática uma estrutura organizacional pensada pelos bispos, em Medellín, montando, dessa forma, uma engrenagem social que envolveu milhares de fiéis na perspectiva de alcançarem uma melhor organização para se lutar pela conquista da terra.

Em nenhum momento se pretendeu tratar, nessa dissertação, a Teologia da Libertação vista em seu aspecto eclesial, mas sim, procurou-se compreendê-la sob uma perspectiva analítica histórica. Essa opção implicou certos desafios, uma vez que essa teologia emergiu dos espaços cristãos católicos e evangélicos, porém, não foi uma única referência teológica da Igreja católica, do período. Ademais, a premissa para se criar uma Teologia da Libertação era construir uma

teologia da “práxis”, o que se efetivou, exatamente, nas regiões de conflito por terra, na Amazônia Legal.

A mostra cabal do quão complexa é a Igreja Católica enquanto um aparelho burocrático e, produtora de conhecimento está na gama de documentos oficiais, por ela, produzidos que exigem leitura atenta e o confronto dessa produção, entre si, e com os demais produzidos no meio acadêmico que tratam do curto período em que a Teologia da Libertação fez-se como tal, na luta pela terra no Brasil. Tanto os documentos de caráter primário, quanto secundário revelam divergências, contradições e disputas que existem no interior do próprio corpo da Igreja.

Realizar a devida crítica aos documentos exigiu do pesquisador uma vigilância permanente para que houvesse um distanciamento necessário, dele próprio, com o seu objeto de pesquisa, que, afinal, impregnou a cultura latino-americana por quinhentos anos e a ocidental por dois mil anos. Algumas experiências de campo, entretanto, puderam dar maior realidade a esse trabalho, sobretudo, aqueles vivenciados na Romaria da Terra e nas agrovilas, na Bahia; nas visitas a assentamentos que se fizeram com o apoio da CPT, no Espírito Santo; nas conversas informais com religiosos e leigos que realizam ou realizaram trabalho na CPT.

No ano de 1979, entretanto, em Puebla de Los Angeles, no México, reuniu-se a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, para reconsiderar os temas, já debatidos, na década anterior e, assumir compromissos novos, sob a inspiração do Evangelho de Cristo. Puebla, por um lado, retomava as idéias defendidas por Paulo VI, presente na abertura do evento; e por outro, a fala de João Paulo II acenava para os latino-americanos com a seguinte perspectiva:

Situar nossa evangelização em continuidade com o que foi realizado nos últimos cinco séculos e cujos fundamentos ainda perduram, depois de ter dado origem a um radical substrato católico na

América Latina. Este substrato se revigorou ainda mais depois do Concílio Vaticano II e da II Conferência Geral do Episcopado celebrada em Medellín, com a consciência, cada vez mais clara e mais profunda que tem a Igreja de sua missão fundamental: a evangelização.¹⁷⁸

Ainda, nos anos de 1980, as vozes da Teologia da Libertação se fizeram presentes em vários movimentos sociais e o trabalho realizado pela CPT ganhou tamanha notoriedade que dele desdobraram-se outros de grande relevância para a sociedade civil organizada no campo. O mais importante foi à criação do Movimento dos Sem Terra (MST), em 1985, além do trabalho com as populações ribeirinhas, movimento das barragens, movimento das mulheres, dentre outros.

Entretanto, o que fora realizado pela CIMI e CPT teve o seu esplendor por uma década e meia, uma vez que após Puebla as forças sociais da Igreja foram condicionadas por novos indicativos vindos de Roma. As atenções voltaram-se, sobretudo, para as questões metafísicas a serem fortalecidas frente ao crescimento das seitas e de outras igrejas de cunho protestante.

Em consequência, algumas poucas vozes da Igreja, no Brasil, hoje, permanecem voltadas para a questão da terra e a CPT passa por dificuldades financeiras, permanecendo, talvez, como espaço já conquistado que, portanto, deve ser mantido. A relevância da CPT, enquanto comissão ecumênica ligada a CNBB voltada para o trabalho de assessoria e educação junto aos vários movimentos sociais no campo, hoje, guarda uma trajetória merecedora de atenção e investigação por parte dos pesquisadores.

¹⁷⁸ Conclusões da Conferência de Puebla- Texto oficial. São Paulo: Paulinas, 2001, p.85.

FONTES

Carta Encíclica *PACEM IN TERRIS*. São Paulo: Paulinas, 1963.

CASALDÁLIGA, Pedro. “Situação Geográfica, São Félix do Araguaia” *in Carta Pastoral: Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, 10 de outubro de 1971.

CNBB. “Marginalização de um Povo – gritos das Igrejas”. 1973

Conclusões da Conferência de Medellín – 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?-
Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 1998.

Conclusões da Conferência de Puebla - Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 2001.

Constituição Federal de 1946.

Constituição Federal de 1967.

Decreto Lei Nº 1.164, de 1º de abril de 1971.

Estatuto da Comissão Pastoral da Terra de 1997.

ELGELKER, Dom Inácio. “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a revolução rural” *in Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Pastoral da Terra*, São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

GAUDIUM ET SPES - Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no Mundo de Hoje. São Paulo: Paulinas, 1966.

IBASE. “Alguns dados sobre o solo agrário no Brasil” *in Dados*, agosto de 1982.

“Igreja dos Pobres” *in* Mensagem proferida no Concílio Vaticano II pelo Papa João XXIII, em 11 de setembro de 1962, p. 682.

Lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências.

MATER ET MAGISTRA – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João XXIII sobre a Evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã. São Paulo: Paulinas, 1962.

POPULORUM PROGRESSIO – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. São Paulo: Paulinas, 1990.

RERUM NOVARUM – Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 1965.

SILVA, G. J. e HOFFMAN, R. .“A Concentração Fundiária” *in* *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Nov/Dez de 1980.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de... [et al.] (coord.). Dicionário Histórico Brasileiro 1930-1983, Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária: FGV/CPDOC/FINEP, 1984. 2º Vol.

ALMEIDA, Alfredo W.B. de. Conflito e Mediação: Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado, Rio de Janeiro PPGAS do Museu Nacional / UFRJ, 1993, 1º Vol.(Tese).

Arquidiocese de São Paulo. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. Comunidades Eclesiais de Base. Estratégias de Construção e de Organização da Memória e do Espaço Social. Rio de Janeiro, PMMS / UNIRIO, 2002. (Dissertação).

BOFF, Leonardo. Novas Fronteiras da Igreja, o futuro de um povo a caminho. São Paulo: Versus Editora, 2004.

----- e BOFF, Clodovis. Como fazer Teologia da Libertação. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

DELGADO, Guilherme. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DUSSEL, Henrique. Teologia da Libertação: Um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ESTERCI, Neide. "Peonagem na Amazônia" *in Dados*. Publicação do Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, nº 20, 1979.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A Justiça do Lobo – posseiros e padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão e Mal estar na civilização in Obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Editora Imago, 1975, Vol. 21.

GORENDER, Jacob. “Apresentação” in O Capital, Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo: Editora Victor Civita, 1983, Vol. 1.

GRAZIANO NETO, Francisco. A Questão Agrária – crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRYNSZPAN, Mario. “A Questão Agrária no Brasil pós-1964 e o MST” in O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da Libertação. Tradução de Jorge Soares, Petrópolis: Vozes, 1976.

HONORATO, César. “No Rio, Conflito entre capitalistas” in Revista Memória. São Paulo: ELETROPAULO, ano III, nº 7, abril/maio/junho de 1990.

IOKOI, Zilda Grícole. Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 1996.

LIBANIO, João Batista. Teologia da Libertação. São Paulo: Loyola, 1987.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARTINS, José de Souza. A Militarização da Questão Agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Vozes, 1984.

----- . Caminhada no chão da Noite. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

----- . O poder do atraso. São Paulo, Editora Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.

NOVAES, Regina Reyes. De Corpo e Alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JUNIOR, Caio. A Questão Agrária. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

RAMOS, Carolina. Sindicato Patronal e Reforma Agrária no Brasil. Niterói, PPGH / UFF, 2006. (Dissertação).

SAES, Décio. República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil. São: Paulo: Bomtempo, 2001.

SANTOS, Paulo de Tarso. “Paulo Freire: aspectos do seu humanismo radical” in A Pedagogia da Libertação em Paulo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SAMPAIO, Plínio. Capital e Estrangeiro e Agricultura no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

SKIDMORE, Thomas. De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

----- . Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 - 1985. Tradução de Mario Salviano Silva, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SORJ, Bernardo. “O Novo padrão de desenvolvimento agrícola: caráter da intervenção estatal” *in* Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOTELO, Inácio. Sociologia da América Latina. Tradução de José Fernandes Dias, Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1975.

O GRITO PELA TERRA – Religiosos católicos e subalternos rurais na Amazônia Legal Brasileira, na década de 1970

Maria Margarida Crespo Cardoso

ERRATA

Capítulo 1:

p.30 – 2º parágrafo, onde se lê: Leonilde, leia-se: Leonilde S. de Medeiros.

p.31 – Citação, onde se lê: é por volta de 1960 que a Igreja se voltou par..., leia-se: ...é por volta de 1960 que a Igreja se voltou para ...

p.31 – 1º parágrafo, onde se lê: ... foi aprovado no ano de 1961 o Estatuto do Trabalhador Rural..., leia-se: ...foi aprovado no ano de 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural...

p.31 – 2º parágrafo, onde se lê: Leonilde, leia-se: Leonilde S. de Medeiros.

p.33 – Pé de Página, onde se lê: No governo Garrastazu Médice..., leia-se: No governo Garrastazu Médici...

p.39 – Citação, onde se lê: O interesse de Médice..., leia-se: O interesse de Médici...

p.45 – Citação, onde se lê: ... nas matas do Tocantes e do Araguaia, leia-se: ...nas matas do Tocantins e do Araguaia.

p.46 – 2º parágrafo, onde se lê: Grassiano, leia-se: Graziano.

Capítulo 2:

p.56 – Pé de Página, nº 53, fechar aspas após Hegel.

p.58 – 1ª linha, onde se lê:..., e contra seu maior pressuposto, a propriedade privada. Leia-se: ...e do seu maior pressuposto, a propriedade privada.

p.64 – Pé de Página, nº 72, onde se lê: Departamento Administrativo do serviço Público (DASP), leia-se: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); onde se lê: Divisão de desenvolvimento econômico. Leia-se: Divisão de Desenvolvimento Econômico.

p.71 – 3º parágrafo, onde se lê: ...como uma sendo..., leia-se: ...como sendo...

Capítulo 3:

p.87 – 3º parágrafo, onde se lê: MDB, leia-se: Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

p.104 – 1º parágrafo, onde se lê: Skdmore, leia-se: Skidmore.

p.106 – Pé de Página, onde se lê: ...estimularam a sindicalização; São Paulo, Rio de Janeiro. Leia-se: ...estimulavam a sindicalização: São Paulo, Rio de Janeiro.

p.107 – 1º parágrafo, onde se lê: ... na metade do ano de 1950 ..., leia-se: na metade da década de 1950 ...

p.107 – 3º parágrafo, onde se lê: Leonilde, leia-se: Leonilde S. de Medeiros.

p.119 – 3ª linha, onde se lê: Coloca cada texto em se contexto..., leia-se: Coloca cada texto em seu contexto...

p.120 – 1º parágrafo, onde se lê: ...uma visão social crítica e conscientizador da realidade... , leia-se uma visão social crítica e conscientizadora da realidade ...

Conclusão:

1º parágrafo – onde se lê: ... do curto período em que a teologia da libertação..., leia-se: ...do curto período em que a Teologia da Libertação...